

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Acadêmico**

Douglas Camilo Gonçalves D'Angelo

**A DINÂMICA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES
PEQUENAS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAMPO GRANDE – MS:
O CASO DE RIBAS DO RIO PARDO**

Douglas Camilo Gonçalves D'Angelo

**A DINÂMICA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES
PEQUENAS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAMPO GRANDE – MS:
O CASO DE RIBAS DO RIO PARDO**

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia na Área de Concentração: Integração, Território e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva

**CAMPO GRANDE – MS
2026**

D182d D'Angelo, Douglas Camilo Gonçalves

A dinâmica industrial e o desenvolvimento nas cidades pequenas da Região Geográfica Imediata de Campo Grande - MS: o caso de Ribas do Rio Pardo / Douglas Camilo Gonçalves D'Angelo. - Campo Grande, MS : UEMS, 2026.
112 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva

1. Industrialização — Aspectos econômicos — Brasil — Campo Grande (MS) 2. Desenvolvimento econômico regional 3. Cidades pequenas — Condições econômicas 4. Geografia econômica 5. Divisão Territorial do Trabalho I. Silva, Paulo Fernando Jurado da II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. III. Título.

CDD 23 ed. 338.098171

Douglas Camilo Gonçalves D'Angelo

**A DINÂMICA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES
PEQUENAS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAMPO GRANDE – MS:
O CASO DE RIBAS DO RIO PARDO**

Essa Dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Campo Grande, 1º de julho de 2026.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva
Orientador
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Prof.^a Dr.^a Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli
Avaliadora Interna
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Prof.^a Dr.^a Eliana Lamberti
Avaliadora Externa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Ponta Porã - MS.

Prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

**CAMPO GRANDE - MS
2026**

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio, a compreensão e o incentivo de muitas pessoas e instituições, a quem dedico minha mais profunda gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva, minha eterna gratidão por todo o apoio, paciência e aprendizado ao longo destes anos. Agradeço por ser meu orientador desde o primeiro ano da graduação, sempre incentivando um acadêmico que entrou na universidade aos 33 anos de idade, com a base de aprendizagem de um garoto de sétima série. Sua confiança em meu potencial, seus ensinamentos rigorosos e generosos, e sua capacidade de enxergar além das minhas limitações foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Mais do que um orientador, foi um mestre que acreditou em mim quando eu mesmo duvidava.

À Profa. Dra. Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli, agradeço com igual intensidade pela empatia, pelos ensinamentos e por sempre expor conceitos que conceitualizaram minha vida, não apenas na Geografia, mas em toda a minha trajetória pessoal. Sua sensibilidade e rigor acadêmico me inspiram profundamente.

Ao meu amigo Robson de Paula Vazes, companheiro de graduação e de mestrado, agradeço por toda a parceria ao longo dessa caminhada, cuja amizade ultrapassou os muros da universidade.

Ao Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), por permitir que eu pudesse concluir o ensino médio, abrindo as portas para que este sonho se tornasse possível.

À UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelas oportunidades de ser bolsista de Iniciação Científica, de realizar o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e o Programa de Residência Pedagógica, que foram essenciais para minha formação acadêmica e docente.

À CAPES e ao PIBAP-UEMS (Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação), pela bolsa concedida, que possibilitou a conclusão do mestrado.

Por fim, à minha esposa, Bárbara D'Angelo Reina Camilo, a quem tenho muito amor e admiração. Agradeço por todo o apoio incondicional, sempre sem medir esforços para que alcançássemos nossos objetivos. Sua parceria foi, e sempre será, meu maior alicerce.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central analisar a dinâmica industrial nas cidades pequenas da Região Geográfica Imediata (RGI) de Campo Grande – MS, com ênfase no processo recente de industrialização do município de Ribas do Rio Pardo a partir da implantação da indústria de celulose da Suzano. A pesquisa parte da hipótese de que a industrialização nessas cidades ocorre de forma seletiva e contraditória, promovendo reestruturações territoriais articuladas às exigências do capital, mas que não resultam, necessariamente, em desenvolvimento. O referencial teórico ancora-se na Geografia Econômica e Urbana, mobilizando autores que discutem desenvolvimento, disseminação do modo industrial, divisão territorial do trabalho e o papel das cidades pequenas na rede urbana contemporânea. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica, trabalho de campo, levantamento e análise de dados secundários (IBGE, RAIS/MTE, FIEMS) e produção cartográfica. Os resultados demonstram que a industrialização na RGI de Campo Grande é marcada por forte concentração setorial na agroindústria, estruturada nas atividades frigorífica, sucroenergética e de celulose. Municípios como Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia apresentam inserção significativa em cadeias produtivas globais, impulsionados por fatores locais, políticas federais e incentivos fiscais estaduais. A análise aprofundada de Ribas do Rio Pardo revela que a instalação da fábrica da Suzano reposicionou o município na divisão territorial do trabalho, elevou expressivamente seu PIB e PIB *per capita*, mas também aprofundou contradições socioespaciais. Entre elas, destacam-se a especulação imobiliária, o déficit habitacional, a precarização das condições de moradia e a seletividade dos benefícios gerados pelo empreendimento, evidenciando uma dissociação entre crescimento econômico e melhoria proporcional da qualidade de vida da população. Dessa forma, o estudo conclui que o modelo de desenvolvimento baseado na atração de grandes corporações agroindustriais, sustentado por incentivos fiscais e infraestrutura estatal, tende a reproduzir e aprofundar as desigualdades socioespaciais, reforçando a inserção subordinada de Mato Grosso do Sul na divisão territorial e internacional do trabalho como fornecedor de *commodities*.

Palavras-chave: Industrialização, Cidades Pequenas, Desenvolvimento, Mato Grosso do Sul, Divisão Territorial do Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the industrial dynamics in small towns within the Immediate Geographic Region (RGI) of Campo Grande – Mato Grosso do Sul, Brazil, with emphasis on the recent industrialization process in the municipality of Ribas do Rio Pardo following the implementation of the Suzano pulp and paper mill. The research is based on the hypothesis that industrialization in these small towns occurs in a selective and contradictory manner, promoting territorial restructurings aligned with the demands of capital, which do not necessarily result in development. The theoretical framework is grounded in Economic and Urban Geography, drawing on authors who discuss development, the dissemination of the industrial mode, the territorial division of labor, and the role of small towns in the contemporary urban network. Methodologically, the study combines a literature review, fieldwork, collection and analysis of secondary data (IBGE, RAIS/MTE, FIEMS), and cartographic production. The results demonstrate that industrialization in the Campo Grande RGI is marked by strong sectoral concentration in agribusiness, structured around meat processing, sugar and ethanol production, and pulp and paper manufacturing. Municipalities such as Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel do Oeste, and Sidrolândia show significant integration into global production chains, driven by locational factors, federal policies, and state tax incentives.

An in-depth analysis of Ribas do Rio Pardo reveals that the installation of the Suzano plant repositioned the municipality within the territorial division of labor, substantially increasing its GDP and GDP per capita. However, it also deepened socio-spatial contradictions, including real estate speculation, housing deficits, precarious living conditions, and the selectivity of the benefits generated by the enterprise. These findings highlight a dissociation between economic growth and proportional improvements in the population's quality of life. The study concludes that the development model based on attracting large agribusiness corporations, supported by tax incentives and state infrastructure, tends to reproduce and deepen socio-spatial inequalities. This reinforces the subordinate insertion of Mato Grosso do Sul into the territorial and international division of labor as a commodity supplier.

Keywords: Industrialization, Small Towns, Development, Mato Grosso do Sul, Territorial Division of Labor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEHAB MS - Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BR – Rodovia Federal Brasileira.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial.

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade.

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

FIEMS - Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

IPE – Indústria Primária Exportadora.

IPi - Imposto sobre Produtos Industrializados.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

ISS – Imposto Sobre Serviços.

I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

MS – Mato Grosso do Sul.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

PBA - Programa Básico Ambiental.

PIB - Produto Interno Bruto.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PIS - Programa de Integração Social

PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento.

PPA - Planos Plurianuais

PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose.

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento do Cerrado.

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.

PRODEGRAN – Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados.

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal.

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PRÓ-INDÚSTRIA – Programa Estadual de Incentivos à Industrialização.

PROMAT - Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso

PROSUL - Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul

PSI – Processo de Substituição de Importações.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

RILA - Rota de Integração Latino-Americana

RGI – Região Geográfica Imediata.

SEMADE-MS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul.

SEMADESC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

SIN - Sistema Interligado Nacional.

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

UTE - Usina Termoelétrica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total de Mato Grosso do Sul por Regiões Geográficas Imediatas, 2022	24
Tabela 2 - Série histórica da população na RGI de Campo Grande (1991-2022)	27
Tabela 3 – Quantidade de vínculos e estabelecimentos industriais nos municípios polos de Mato Grosso do Sul, 2024	47
Tabela 4 - Estabelecimentos rurais de até 10 hectares na Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, 2017.....	59
Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, 2021	70
Tabela 6 - Valor da Produção de Soja, Milho e Cana-de-Açúcar na Região Geográfica Imediata de Campo Grande - MS – Safra 2023/2024	72
Tabela 7 – Salário nominal médio nas indústrias de transformação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande - MS, 2024.....	78
Tabela 8 - Estrutura fundiária de Ribas do Rio Pardo – MS, 2017	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, nos anos de 2000 e 2010	74
Gráfico 2 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, nos anos de 2013 e 2023	75
Gráfico 3 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (desagregado), dos Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, 2023	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS.....	24
Mapa 2 - Estabelecimentos industriais na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024	51
Mapa 3 - Vínculos empregatícios da indústria na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024	54
Mapa 4 - Fluxos de exportação da Indústria de Transformação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025	62
Mapa 5 - Fluxos de importação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025	64
Mapa 6 - Localização do município de Ribas do Rio Pardo – MS	84
Mapa 7 - Infraestrutura de Transportes da Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais empresas beneficiadas com as renúncias fiscais IRPJ, CSLL, IPI e PIS/COFINS na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2023	40
Quadro 2 - Principais atividades industriais e vínculos na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024.....	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem de satélite da localização da planta industrial da Suzano e sua proximidade com o Rio Pardo, em Ribas do Rio Pardo (MS)	88
Figura 2 - Moradias adaptadas em contêineres, 2025	93
Figura 3 – Maquete eletrônica do futuro condomínio Mantena Resort Park, 2026	93
Figura 4 – Projeto habitacional para funcionários da Suzano, 2025	95
Figura 5 – Residencial Santo Antônio, construído pela Suzano, 2025.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	16
1.1 Cidades pequenas	26
2 A INSERÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NA ECONOMIA NACIONAL	33
2.1 Industrialização e incentivos fiscais: breve análise de Mato Grosso do Sul e da Região Geográfica Imediata de Campo Grande	38
2.2 Disseminação do modo industrial: o papel industrial de Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho	45
3 A DINÂMICA INDUSTRIAL NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAMPO GRANDE – MS.....	51
3.1 Teorias do desenvolvimento.....	66
3.2 Desenvolvimento: uma leitura da Região Geográfica Imediata de Campo Grande..	70
4 RIBAS DO RIO PARDO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE DA SUZANO	84
4.1 Pressão demográfica e déficit habitacional em Ribas do Rio Pardo.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
6 REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA

O crescimento econômico impulsionado pela industrialização frequentemente se confunde com desenvolvimento, tanto no senso comum quanto nos discursos institucionais. A elevação do Produto Interno Bruto (PIB), a geração de empregos, o aumento da arrecadação e a inserção de determinados territórios na divisão internacional do trabalho¹ são, em geral, interpretados como evidências inequívocas de desenvolvimento. Essa associação ganha força sobretudo em contextos marcados pela instalação de grandes empreendimentos industriais, que promovem uma dinamização econômica imediata e ampliam o acesso ao consumo para parcelas da população, elevando a renda e produzindo uma percepção concreta de melhoria das condições de vida.

Nesse cenário, o desenvolvimento passa a ser compreendido, de forma quase automática, como sinônimo de crescimento econômico, reforçando uma leitura que privilegia indicadores puramente econômicos. O crescimento econômico, embora produza efeitos visíveis, não se distribui de maneira homogênea no território, sendo apropriado de forma desigual entre grupos sociais e setores produtivos.

Especialmente em cidades pequenas, a inserção na divisão internacional do trabalho, frequentemente apresentada como sinal de modernização, pode reforçar uma especialização produtiva dependente, com limitada diversificação econômica e baixa autonomia tecnológica. Soma-se a isso a pressão sobre a infraestrutura urbana, o encarecimento do custo de vida, a sobrecarga dos serviços públicos e os impactos socioambientais, que evidenciam as contradições de um modelo de desenvolvimento orientado pela lógica da acumulação.

Dessa forma, embora o crescimento econômico e o desenvolvimento sejam frequentemente tomados como equivalentes, essa associação precisa ser problematizada. Compreender o desenvolvimento implica ir além dos indicadores econômicos e considerar como a riqueza é produzida, distribuída e apropriada no território, bem como seus efeitos sobre a qualidade de vida da população e sobre a reprodução das desigualdades socioespaciais.

Esta dissertação parte da seguinte concepção, construída ao longo da pesquisa: desenvolvimento é um processo histórico, social e territorial que envolve, de forma indissociável, a melhoria efetiva das condições de vida da população, o acesso universal a serviços públicos de qualidade (saúde, educação, habitação), a redução das desigualdades

¹ A divisão internacional do trabalho refere-se à especialização produtiva dos países no sistema capitalista global, implicando não apenas uma repartição de funções econômicas, mas também dos recursos materiais e imateriais. Essa lógica opera tanto nas relações entre países quanto internamente, produzindo desigualdades territoriais e regionais (SANTOS, 1999).

sociais e espaciais e a capacidade regional de planejamento e apropriação dos benefícios gerados pela atividade econômica (Dallabrida, 2015). Trata-se de uma perspectiva que busca afastar as abordagens reducionistas que equiparam desenvolvimento ao crescimento econômico, alinhando-se criticamente às formulações de Furtado (1974, 1978), para quem o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior, mas uma condição estrutural produzida pela expansão desigual do capitalismo, e de Rangel (1959), que concebe o desenvolvimento como resultado de projetos estratégicos coordenados pelo Estado (Economia do Projeto).

Dito isso, o trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica da Região Geográfica Imediata (RGI) de Campo Grande, com ênfase no município de Ribas do Rio Pardo, cidade pequena historicamente associada à produção de eucalipto, que, na atualidade, vem experimentando transformações profundas após a instalação da fábrica de celulose da Suzano. Esse empreendimento reposicionou o município na rede produtiva global e desencadeou uma expressiva dinâmica socioeconômica, marcada pelo aumento populacional, crescimento econômico, novas demandas urbanas e pela reestruturação territorial no contexto da região imediata.

Parte-se da hipótese de que a industrialização nas cidades pequenas da RGI de Campo Grande ocorre de maneira seletiva e contraditória, promovendo reestruturações territoriais articuladas às exigências do capital, mas que não resultam em desenvolvimento.

Ao se pensar na região reestruturada e inserida na divisão internacional do trabalho, pode surgir a ideia de que o papel da região foi reduzido ou até mesmo esvaziado. No entanto, Milton Santos (1999) argumenta que a globalização não elimina as regiões, mas redefine continuamente suas formas e conteúdos:

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não (Santos, 1999, p.165).

As transformações ocorridas em Ribas do Rio Pardo evidenciam que a região permanece como categoria fundamental de análise geográfica, embora marcada por maior dinamismo e complexidade. As condições atuais da globalização intensificam os fluxos econômicos e os eventos no território, promovendo constantes reestruturações regionais sem, contudo, suprimir a existência da região.

Inserida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), cuja área de concentração é “Integração, Território e Ambiente”, a pesquisa vincula-se à Linha 2 – Espaços urbanos, rurais e dinâmicas socioambientais. A análise de Ribas do Rio Pardo, especialmente a partir da implantação da indústria de celulose, dialoga diretamente com os objetivos do PPGEO de compreender as dinâmicas territoriais e socioambientais do Mato Grosso do Sul, contribuindo para a interpretação das relações entre economia, território e ambiente no contexto regional.

A motivação para esta dissertação está diretamente relacionada às pesquisas desenvolvidas durante a graduação em Geografia pela UEMS, nas quais se analisou o processo de industrialização nas cidades pequenas da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS. Naquele momento, foi possível identificar padrões importantes dessa dinâmica, mas também limites interpretativos que demandavam maior aprofundamento teórico e empírico.

Os estudos realizados evidenciaram uma industrialização desigual, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo: enquanto algumas cidades pequenas se inserem em cadeias produtivas modernas, como celulose, bioenergia e sucoenergia, a maioria permanece vinculada a atividades produtivas tradicionais, como os frigoríficos, ou desempenham funções de suporte às cadeias agroindustriais. Observou-se, ainda, que fatores como localização, incentivos fiscais e concentração fundiária influenciam diretamente o nível de incorporação tecnológica e a distribuição dos estabelecimentos industriais (D’Angelo; Jurado da Silva; Silveira, 2024).

Diante dessas constatações, a pesquisa emerge como um desdobramento e aprofundamento desse percurso, orientada pela necessidade de problematizar a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, bem como contribuir para uma compreensão mais crítica da economia regional e das possibilidades concretas de desenvolvimento no contexto sul-mato-grossense.

Essa dinâmica contemporânea, por sua vez, não pode ser compreendida de forma isolada, uma vez que se insere em um processo histórico mais amplo de formação econômica e territorial do Mato Grosso do Sul, cujas bases remontam à década de 1950, quando o estado ainda integrava o antigo Mato Grosso.

Nesse período, conforme Mamigonian (1976), o mercado consumidor nacional era restrito, concentrado em São Paulo e Rio de Janeiro, e a região desempenhava principalmente o papel de fornecedora de gado magro para engorda e abate no interior paulista, onde frigoríficos estrangeiros dominavam o setor. Esse cenário começou a se transformar ainda a partir de 1950, durante o governo de Getúlio Vargas, quando medidas como empréstimos e

isenções estimularam a instalação de frigoríficos nacionais no chamado Brasil Central, o que resultou na criação de unidades em cidades como Andradina, Araçatuba, Barretos e Campo Grande, marcando o início da consolidação regional da indústria frigorífica.

A partir da década de 1970, programas federais como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e iniciativas de integração produtiva, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) e o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), ampliaram a infraestrutura e fortaleceram a base agropecuária e agroindustrial, contribuindo para a consolidação do território sul-mato-grossense como produtor de commodities (Abreu, 2001; Santos e Missio, 2020).

Nesse contexto, a expansão do setor florestal em Mato Grosso do Sul resultou da atuação articulada do Estado, por meio de instrumentos normativos e financeiros, como a Lei estadual n.º 1.941/74, que instituiu o Distrito Florestal, a Lei n.º 5.106/1966 e o Decreto-Lei n.º 1.376/1974 (FISSET), que incentivaram o florestamento e reflorestamento. Tais políticas viabilizaram a ocupação de extensas áreas com monoculturas de eucalipto e pinus, especialmente em municípios como Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, estruturando uma lógica de uso do território subordinada às demandas do setor de papel e celulose (Delcol; Heimbach, 2024).

Os efeitos da intervenção estatal sobre o espaço rural passaram a se manifestar de forma mais estruturada ao longo da década de 1980, consolidando as bases de uma agricultura capitalista fortemente integrada ao mercado nacional e internacional. Conforme interpretou Le Bourlegat (2000), o planejamento estatal implementado nos anos anteriores criou as condições para a expansão produtiva e para a incorporação definitiva das áreas de fronteira agrícola aos circuitos econômicos modernizados, permitindo a ampliação da capacidade produtiva regional e o fortalecimento das atividades voltadas à exportação.

Já a partir da década de 1990, os incentivos fiscais passaram a ocupar posição central na política de atração industrial do estado, intensificados no contexto da chamada ²Guerra Fiscal, com destaque para a concessão de benefícios tributários, especialmente relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esse movimento insere-se em um cenário mais amplo de esgotamento do ciclo de crescimento da economia brasileira iniciado

² Guerra fiscal é a competição entre estados ou municípios para atrair empresas e investimentos por meio da concessão de incentivos fiscais, como redução ou isenção de tributos, especialmente do ICMS. Embora essa estratégia possa estimular a instalação de empreendimentos e a geração de empregos, também provoca perda de arrecadação, acirra a concorrência entre os entes federativos e pode aprofundar as desigualdades regionais (Feitosa, 2023).

nos anos 1930, o que levou o Estado nacional a orientar suas políticas para a geração de divisas por meio das exportações (Pavão, 2005).

Nesse cenário, conforme interpretou Pavão (2005), as economias regionais passaram a se reorganizar em função de seus potenciais exportadores, dando origem a espaços seletivamente dinamizados, denominados “ilhas de prosperidade”, sustentados pela produção e exportação de *commodities* e manufaturados, ao mesmo tempo em que se intensificava a competição entre estados por investimentos produtivos, com efeitos negativos sobre o pacto federativo³.

Contudo, como demonstrou Silva (2016), a estruturação de uma base agroindustrial e a capacidade de atração de investimentos industriais para o Mato Grosso do Sul a partir de 2003 foram resultados da articulação entre a política industrial federal neodesenvolvimentista e a política estadual de incentivos fiscais. O autor argumentou que, enquanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) canalizava financiamentos volumosos para setores de *commodities* com vantagens comparativas, como celulose, carnes e etanol, os benefícios tributários concedidos pelo estado (com destaque para a Lei nº 93/2001) catalisaram um movimento de desconcentração industrial, atraindo para Mato Grosso do Sul, em especial, unidades produtivas de origem paulista.

Para que se compreenda a lógica da política de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul nas duas primeiras décadas do século XXI, Paz e Lamberti (2022) contribuíram ao analisar os Planos Plurianuais (PPA) elaborados entre 2000 e 2015. As autoras evidenciam avanços institucionais no planejamento público, ao consolidar os PPAs como instrumentos centrais de orientação das políticas estaduais, incorporando progressivamente o discurso do desenvolvimento sustentável, da competitividade territorial e da inclusão social. Nesse processo, reconhecem-se problemas estruturais históricos do estado, como a baixa diversificação produtiva, a concentração de renda, os conflitos no campo e as tensões envolvendo povos indígenas, ao mesmo tempo em que a agroindústria é apresentada como vetor estratégico de dinamização econômica e geração de empregos (Paz e Lamberti, 2022).

Entretanto, a análise dos PPAs evidencia contradições entre o discurso desenvolvimentista e seus efeitos concretos. Observa-se o uso impreciso e sobreposto dos conceitos de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, bem como a permanência de um

³ “O pacto federativo é o conjunto de regras que tratam das relações entre os entes da Federação: União, estados, Distrito Federal e municípios. A Constituição de 1988 define as competências exclusivas de cada um e as atribuições concorrentes e comuns. Cada ente tem autonomia para tomar decisões em suas áreas, mas todos devem agir em cooperação pelo desenvolvimento econômico e social do país” (AGÊNCIA SENADO, 2025).

modelo produtivo fortemente ancorado na exportação de produtos primários, sustentado pelas vantagens comparativas oferecidas pelo estado e pelo papel historicamente assumido por Mato Grosso do Sul na divisão nacional e internacional do trabalho (Paz e Lamberti, 2022).

O PPA 2024–2027 reafirma os principais eixos do planejamento estadual, ao articular qualificação da mão de obra, modernização das cadeias produtivas, ampliação da competitividade territorial e inserção sustentável nos mercados, incorporando compromissos da Agenda 2030⁴ da ONU e do Acordo de Paris (2015)⁵. Embora reconheça desafios históricos, como desigualdades sociais, conflitos no campo e questões indígenas, o plano mantém a centralidade na geração de empregos e no fortalecimento das cadeias agroindustriais voltadas às commodities (PPA – MS, 2024/2027).

No âmbito federal, destaca-se o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶, com execução prevista entre 2023 e 2026. Em Mato Grosso do Sul, o programa prevê aproximadamente 18 bilhões de reais em investimentos, direcionados a eixos estratégicos como transporte, infraestrutura, cidades, água e saneamento, transição energética, inclusão digital, educação, ciência e tecnologia, saúde e inovação industrial (BRASIL, 2025).

Diante desse contexto, coloca-se como questão central da pesquisa compreender de que maneira o recente processo de industrialização na RGI de Campo Grande, particularmente em Ribas do Rio Pardo, tem reestruturado o território e produzido novas dinâmicas socioeconômicas, urbanas e regionais. Parte-se da problematização de que o crescimento econômico impulsionado pela instalação de grandes empreendimentos agroindustriais, frequentemente apresentado nos discursos políticos e institucionais como sinônimo de desenvolvimento, não implica, necessariamente, melhoria estrutural das condições de vida da população nem redução das desigualdades territoriais e sociais. Ao contrário, a inserção seletiva de cidades pequenas ao circuito capitalista de produção pode reforçar especializações

⁴ A Agenda 2030 é um plano de ação global lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, voltados à erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. O documento foi adotado por 193 Estados-membros durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada na sede da ONU, em Nova York (ONU, 2015).

⁵ O Acordo de Paris é um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). Esse acordo rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020, e tem por objetivos fortalecer a resposta à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança (BRASIL, 2025).

⁶ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi instituído no Brasil em janeiro de 2007 como um instrumento de coordenação do planejamento e do monitoramento dos investimentos em infraestrutura. Segundo o governo federal, o programa tem como objetivo dinamizar o crescimento econômico, ampliar a produtividade e promover o desenvolvimento sustentável, articulando ações voltadas à redução das desigualdades regionais e sociais, inclusive por meio de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada (BRASIL, 2007).

produtivas, ampliar a concentração fundiária e econômica e intensificar contradições urbanas e socioambientais.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica industrial nas cidades pequenas da RGI de Campo Grande, com ênfase no processo recente de industrialização de Ribas do Rio Pardo a partir da implantação da indústria de celulose da Suzano. Pretende-se compreender como a articulação entre políticas públicas federais e estaduais, incentivos fiscais, infraestrutura de transportes, fatores locacionais e atuação de grandes corporações agroindustriais tem produzido uma reorganização regional marcada por fortes desigualdades espaciais e econômicas. Busca-se, ainda, identificar em que medida o crescimento econômico observado no município se converte - ou não - em desenvolvimento.

A principal contribuição da pesquisa consiste em oferecer uma interpretação crítica sobre os limites e contradições do modelo recente de desenvolvimento baseado na expansão das commodities agroindustriais em Mato Grosso do Sul, especialmente no setor de celulose. Ao analisar Ribas do Rio Pardo como expressão das transformações contemporâneas da divisão territorial do trabalho, o estudo procura demonstrar que a modernização econômica e a inserção no circuito capitalista de produção não eliminam as desigualdades regionais, mas frequentemente as reconfiguram em novas escalas e formas. Assim, a dissertação pretende contribuir para o debate da Geografia regional ao evidenciar como cidades pequenas passam a desempenhar funções estratégicas, ao mesmo tempo em que permanecem marcadas por relações de dependência econômica, seletividade territorial e profundas contradições socioespaciais.

A metodologia adotada fundamenta-se na revisão bibliográfica acerca da temática, articulada à coleta, tabulação e análise de dados secundários, bem como à realização de trabalho de campo. Os resultados são apresentados por meio de gráficos, tabelas, quadros e produtos cartográficos, elaborados a partir de uma análise exploratória coerente com os objetivos do estudo. Para a obtenção de dados, foram utilizados órgãos e bases institucionais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e a FIEMS (Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul), que possibilitaram compreender aspectos como dados populacionais, vínculos empregatícios, porte e distribuição dos estabelecimentos industriais. Também foram mobilizados indicadores socioeconômicos, como o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), a fim de subsidiar a análise dos municípios para além de parâmetros econômicos.

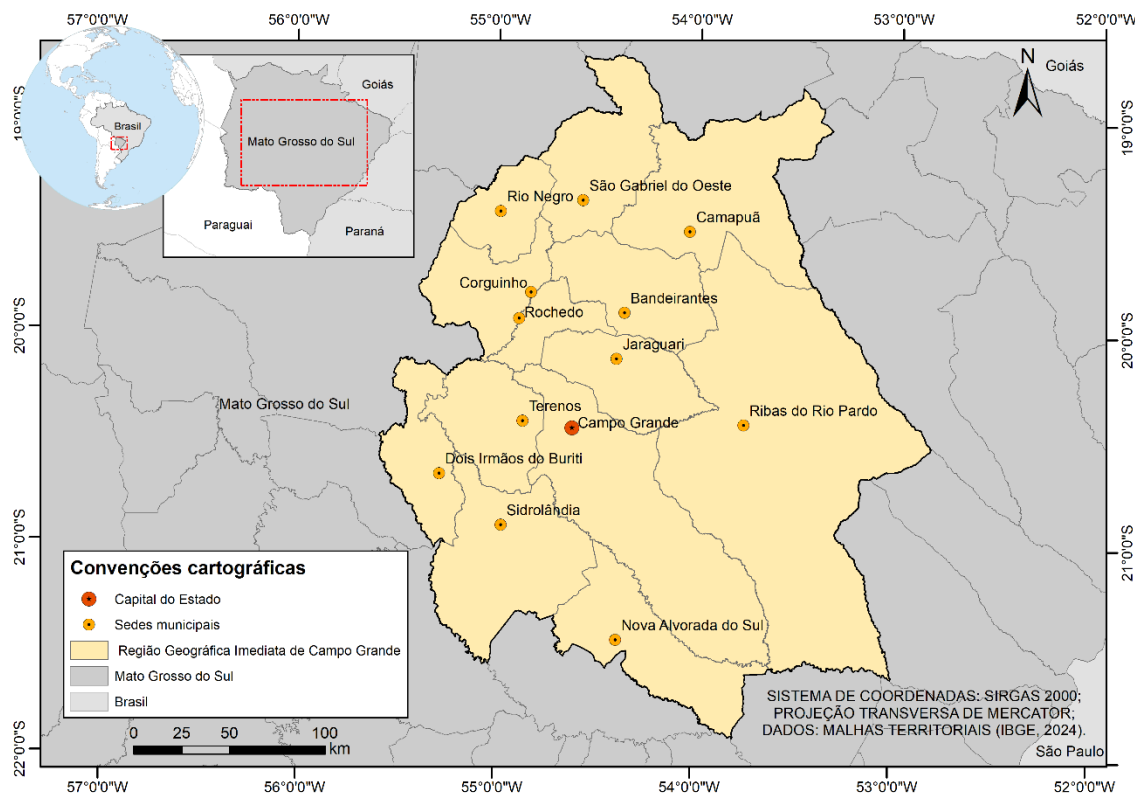
No que se refere ao embasamento teórico, recorreu-se a portais acadêmicos, como o Portal de Periódicos da CAPES, o Google Acadêmico e publicações de programas de pós-graduação, por constituírem importantes bases de acesso à produção científica nacional. A utilização dessas plataformas possibilitou reunir referenciais teóricos, dissertações, teses e artigos científicos relevantes para a compreensão das dinâmicas regionais, da industrialização e do desenvolvimento regional, além de permitir o diálogo com diferentes perspectivas analíticas.

O trabalho de campo realizado em Ribas do Rio Pardo permitiu observar diretamente a intensificação das transformações socioespaciais associadas à instalação da fábrica da Suzano, evidenciando uma configuração urbana cada vez mais vinculada à dinâmica industrial e aos interesses do capital. Foram identificados, como aspectos centrais, a expansão de moradias temporárias e a carência de infraestrutura urbana, elementos que expressam, no espaço, as contradições de um modelo de desenvolvimento marcado simultaneamente pelo crescimento econômico e pelo aprofundamento das desigualdades.

Cabe destacar que este trabalho não pretende esgotar as possibilidades de análise da dinâmica industrial das cidades pequenas da RGI de Campo Grande. Em função da complexidade do tema e da necessidade de maior aprofundamento empírico, optou-se por verticalizar as análises em Ribas do Rio Pardo, cuja escolha está diretamente relacionada à intensidade das transformações observadas em campo. A instalação da unidade da Suzano desencadeou um processo de reestruturação territorial, com intensificação dos fluxos regionais e mudanças socioeconômicas que extrapolam a escala local, tornando o município um caso emblemático para compreender as contradições do atual modelo de industrialização no estado.

O recorte espacial do trabalho abrange as cidades pequenas da Região Geográfica Imediata de Campo Grande, composta por 13 municípios: Bandeirantes, Camapuã, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Terenos, Rio Negro e Campo Grande, conforme apresentado no Mapa 1, permitindo situar a análise no conjunto regional em que tais dinâmicas se articulam.

Mapa 1 - Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS.



Fonte: IBGE, 2024.

Organização: Autor, 2025.

A escolha da RGI de Campo Grande como recorte espacial, justifica-se, também, por sua relevância demográfica e política, uma vez que, Campo Grande, capital do estado, exerce forte centralidade sobre as cidades pequenas da sua RGI, influenciando nos fluxos econômicos e na logística industrial do estado. De acordo com o IBGE (2022), residiam no Mato Grosso do Sul 2.757.013 pessoas, das quais, 1.092.006 somente na RGI de Campo Grande, conforme demonstrado na tabela 1. Esses dados evidenciam o peso regional da RGI no contexto estadual, reforçando sua importância como espaço estratégico para a análise das transformações econômicas, urbanas e territoriais associadas ao recente processo de industrialização.

Tabela 1 – População total de Mato Grosso do Sul por Regiões Geográficas Imediatas, 2022.

Regiões Geográficas Imediatas de Mato Grosso do Sul	População
Campo Grande	1.092.006
Três Lagoas	198.672
Paranaíba - Chapadão do Sul – Cassilândia	134.526
Coxim	107.539
Dourados	454.508
Naviraí - Mundo Novo	122.415
Nova Andradina	113.824
Ponta Porã	112.068
Amambai	88.337
Corumbá	117.790
Jardim	110.308
Aquidauana – Anastácio	105.020
Total	2.757.013

Fonte: IBGE, 2022. Elaborado pelo autor, 2025.

Trata-se, portanto, da região que possui o maior contingente populacional do estado, que está organizado em 12 Regiões Geográficas Imediatas e 3 Regiões Geográficas Intermediárias, conforme recorte regional criado em 2017 pelo IBGE, substituindo a divisão antiga que regionalizava os estados em microrregiões e mesorregiões. Essa reorganização teve como objetivo refletir as dinâmicas socioeconômicas e de deslocamento entre os municípios, levando-se em conta a diversidade do território brasileiro que está em constante transformação, bem como as relações em escala global do tempo presente (IBGE, 2017).

Diante do exposto, a verticalização do estudo em Ribas do Rio Pardo se justifica por se tratar de uma cidade pequena que materializa os processos discutidos por Fresca e Veiga (2011) sobre especialização produtiva em cidades pequenas, na medida em que:

[...] evidencia aspectos de multifacetados processos econômicos, sociais, políticos, etc. como a desconcentração da indústria; a ampliação e diversificação dos complexos agroindustriais e sua articulação com a concentração fundiária, a introdução de novos produtos, a estrutura financeira de controle da produção; a ação do poder público na esfera municipal e suas articulações com outras esferas; processos de acirramento do confronto entre capital e trabalho, dentre outros (Fresca; Veiga, 2011, p. 388).

Desta maneira, Ribas do Rio Pardo constitui um locus privilegiado para investigar, em escala local, como as transformações regionais e globais se manifestam nos territórios das cidades pequenas. Ao mesmo tempo, o estudo do município possibilita evidenciar as especificidades e as contradições desses processos, contribuindo para uma compreensão mais qualificada da reestruturação produtiva e de seus efeitos.

Ademais, torna-se fundamental delimitar conceitualmente as categorias urbanas mobilizadas nas análises, em particular aquelas relacionadas às cidades pequenas, que desempenham papel relevante na organização da RGI de Campo Grande.

1.1 Cidades pequenas

Com base nessas considerações, torna-se necessário delimitar a noção de cidade pequena e a escala analítica adotada neste estudo. O IBGE (2023) traz, em seu estudo intitulado “Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil”, a necessidade de se estudar os centros urbanos em escala municipal, uma vez que:

O conceito de continuum rural-urbano passa a dominar a agenda dos pesquisadores e gestores que postulam não haver uma distinção muito grande entre a vida urbana e rural. O urbano não deixa de existir onde começa o rural; na verdade eles se entrelaçam, se sobrepõem e se imbricam, originando padrões de ocupação que se diferenciam ao longo de um continuum de espaços rurais e urbanos (IBGE, 2023, p. 35).

Complementando essa abordagem, Soares (2008) defende uma leitura que compreende a cidade em articulação com as dinâmicas do campo, inseridas em um mesmo plano analítico, reconhecendo a interdependência entre os espaços urbano e rural. Nessa mesma direção, Bernardelli (2004) argumenta que as cidades pequenas têm seus papéis urbanos redefinidos pela divisão territorial do trabalho, assumindo muitas vezes a função de abrigar trabalhadores rurais e agroindustriais.

Nessa perspectiva, o IBGE (2023) sugere alguns critérios para que um centro urbano seja classificado, quais são: tamanho populacional; densidade demográfica; funções urbanas; e hierarquia urbana.

Sendo assim, no presente trabalho, define-se cidade pequena como um aglomerado urbano de até 50 mil habitantes, uma vez que, com exceção de Campo Grande, os municípios do recorte do estudo possuem baixa densidade demográfica⁷, funções urbanas básicas e relações socioeconômicas e espaciais estreitas com o rural. Ressalta-se, contudo, que esse critério constitui apenas um ponto de partida para a delimitação do objeto de estudo, cabendo ao

⁷ Entre as cidades pequenas do recorte da pesquisa, Ribas do Rio Pardo apresenta a menor densidade demográfica, com 1,34 hab./km², enquanto Sidrolândia possui a maior densidade, com 8,95 hab./km². Ambos os valores são significativamente inferiores à média nacional, de 23,86 hab./km² (IBGE, 2022).

pesquisador o avanço teórico e conceitual dessa definição inicial, à luz das contradições e das especificidades inerentes ao processo.

Esse recorte demográfico também é amplamente utilizado por autores que discutem as dinâmicas das cidades pequenas, como Jurado da Silva (2011) e Fresca (2010), que ponderam a necessidade de se analisar as singularidades das diferentes realidades urbanas, evitando generalizações, pois, na atualidade, os territórios das cidades pequenas estão suscetíveis as transformações que podem alterar seus papéis na divisão territorial do trabalho, a partir da desconcentração industrial e especialização produtiva sob a lógica capitalista, que visa potencializar a acumulação a partir de uma série de fatores locacionais oferecidos por esses centros.

Portanto, para compreender o conceito de cidade pequena, é indispensável adotar, também, uma abordagem que privilegie os aspectos qualitativos, uma vez que a análise puramente quantitativa tende a ser limitada e generalizadora. Conforme apontou Santos (1986, p. 69-70), “o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização [...]”.

Nesse contexto, Sposito (2024) propõe uma abordagem teórico-metodológica específica para o estudo das cidades pequenas, ressaltando sua centralidade na compreensão da rede urbana brasileira. Ao discutir o modelo hierárquico tradicional da rede urbana, o autor chama atenção para a necessidade de uma análise inversa, que parta dos municípios de menor porte em direção aos maiores, de modo a evidenciar as dinâmicas frequentemente invisibilizadas nos estudos centrados apenas nas grandes cidades. Essa perspectiva reforça a importância quantitativa e qualitativa das cidades pequenas no território nacional, aspecto enfatizado pelo autor ao destacar a expressiva população nelas residente:

[...] em termos absolutos, o total de 33 milhões de pessoas é significativo e se torna motivo para estudos geográficos. É um total semelhante ao de países como Uzbequistão, Peru e Malásia, e maior que países como Austrália, Romênia, Chile e Países Baixos, por exemplo. São muitos seres humanos para serem negligenciados nos estudos geográficos (Sposito, 2024, p. 2).

À luz dessa perspectiva, no recorte espacial adotado no presente trabalho, apenas Campo Grande não se enquadra como cidade pequena, uma vez que, segundo o IBGE (2022), sua população atinge 897.938 habitantes (Tabela 2). Ainda assim, o município não é excluído da análise, pois desempenha o papel de polo industrial, econômico e de serviços da RGI, estruturando fluxos produtivos, comerciais e de trabalho que condicionam diretamente a dinâmica das cidades pequenas do entorno.

Tabela 2 - Série histórica da população na RGI de Campo Grande (1991-2022)

Municípios	1991	2000	2010	2022
Campo Grande	526.126	663.621	786.797	897.938
Sidrolândia	15.545	23.483	42.132	47.118
São Gabriel do Oeste	12.034	16.821	22.203	29.579
Ribas do Rio Pardo	13.423	16.721	20.946	23.150
Nova Alvorada do Sul	7.330	9.956	16.432	21.822
Terenos	9.998	11.662	17.146	17.638
Camapuã	15.501	16.446	13.625	13.583
Dois Irmãos do Buriti	8.749	9.335	10.363	11.100
Bandeirantes	6.169	6.425	6.609	7.940
Jaraguari	4.496	5.389	6.341	7.139
Rochedo	3.522	4.358	4.928	5.199
Rio Negro	5.604	5.432	5.036	4.841
Corguinho	3.679	3.592	4.862	4.783

Fonte: IBGE, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

A Tabela 2 evidencia que, além de Campo Grande, diversas cidades pequenas da RGI apresentaram crescimento populacional expressivo entre 1991 e 2022, associado, em grande medida, à inserção dessas localidades em cadeias produtivas agroindustriais. Ribas do Rio Pardo, por exemplo, que passou de 13.423 para 23.150 habitantes no período, destaca-se pela instalação da planta industrial da Suzano, cuja presença tem provocado uma série de impactos socioeconômicos. São Gabriel do Oeste, cuja população mais que dobrou (de 12.034 para 29.579 habitantes), abriga uma moderna planta industrial da Aurora, voltada para a suinocultura e com forte inserção no mercado exportador. Sidrolândia também apresenta um crescimento populacional significativo (de 15.545 para 47.118 habitantes), impulsionado pelo expressivo número de vínculos na indústria frigorífica. Nova Alvorada do Sul, por sua vez, quase triplicou sua população (de 7.330 para 21.822 habitantes), resultado da expansão da atividade sucroenergética, sustentada pela atividade canavieira.

Por outro lado, em determinadas cidades pequenas do recorte, observa-se estagnação ou declínio populacional, resultado da concentração fundiária e da mecanização do campo. Esses centros, com menor relevância agroindustrial, mantêm-se vinculados a atividades agropecuárias tradicionais e exercem um papel secundário na dinâmica econômica e industrial da RGI.

Em âmbito estadual, Mato Grosso do Sul apresenta um número relativamente reduzido de municípios (79) em relação à sua extensa área territorial, resultado de seu processo histórico de ocupação tardia. Esse processo, associado à elevada concentração fundiária e à baixa densidade populacional, contribuiu para a formação de uma rede urbana caracterizada pelo predomínio de cidades pequenas. Além disso, a organização desse espaço urbano foi fortemente

condicionada pela dinâmica da atividade agropecuária, que orientou tanto a ocupação do território quanto a estruturação dos municípios (Jurado da Silva; Bernardelli, 2019).

Essa dinâmica reforça a noção de “cidade do campo”, proposta por Santos (1994), que destaca como a modernização agrícola transforma espaços urbanos em polos de regulação do agronegócio. Nessa mesma linha, Elias (2022) argumenta que essas localidades podem ser caracterizadas como “cidades do agronegócio”, pois sua economia e estrutura urbana estão profundamente vinculadas às demandas do setor, seja na produção de commodities, na agroindústria ou no fornecimento de insumos. A presença de grandes plantas agroindustriais na RGI de Campo Grande, é um exemplo de como essas cidades pequenas funcionam como nós estratégicos na rede produtiva do agronegócio, articulando escalas locais, regionais e globais.

Estudar as cidades pequenas não é uma tarefa fácil, pois esses pequenos centros são territórios diversos, complexos e numericamente expressivos. De acordo com o IBGE (2022), dos 5.570 municípios brasileiros, 4.913 possuíam menos de cinquenta mil habitantes. Ainda assim, conforme discutido por Sposito (2024) e pelos principais autores que estudam cidades pequenas, esses centros têm sido um objeto de estudo relativamente negligenciado na Geografia, apesar de sua relevância socioeconômica e territorial.

No senso comum, cidades pequenas são entendidas como centros urbanos sem complexidades, com vida social simples e economicamente estagnadas. No entanto, ao longo das últimas décadas, o papel das cidades pequenas vem se modificando e assumindo novas funcionalidades na rede urbana, na medida em que:

A localização industrial, antes caracterizada por uma distribuição clássica, vinculada basicamente a áreas metropolitanas, passou por mudanças com a transferência de empresas para áreas não-metropolitanas, resultante do processo de reestruturação produtiva, atraindo a atenção para esses espaços. Então, o processo de redefinição da espacialidade econômica, ainda que relativa, traz novidades para o planejamento territorial, mediante essa possibilidade de incluir áreas não metropolitanas de maneira mais deliberada no processo de desenvolvimento industrial (Endlich, 2006, p. 6).

A distribuição industrial clássica a qual se referiu a autora, foi observada entre as décadas de 1930 e 1970, período em que a industrialização brasileira foi marcada por um padrão espacial desigual, concentrada no estado de São Paulo, que se consolidou como o principal polo industrial do país. Essa concentração aprofundou as disparidades regionais, deixando outras regiões do território em posição periférica no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e industrial.

No entanto, a partir dos anos 1970, conforme discorreu Lencioni (2008), o processo de desconcentração industrial ganhou força, impulsionado por políticas estatais que visavam à integração nacional e ao desenvolvimento de outras regiões. Nesse contexto, Mato Grosso do Sul foi incorporado como espaço estratégico para a expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais, inserindo-se na divisão territorial do trabalho sob a lógica da modernização conservadora (Becker; Egler, 1998).

Conforme analisaram Becker e Egler (1998), essa modernização correspondeu a um processo de transformação econômica promovido pelo Estado, marcado pela incorporação de inovações tecnológicas e pela expansão do complexo agroindustrial, mas sem alterar a estrutura social concentradora de poder. Sustentada pelo fortalecimento do sistema de crédito rural, por subsídios à tecnificação e por incentivos à exportação, ela beneficiou sobretudo as grandes empresas agrícolas, convertendo a agricultura em condição necessária para a acumulação industrial. Tratou-se, entretanto, de um modelo excludente, que produziu a chamada “modernidade da pobreza”, ao gerar crescimento econômico sem democratização dos benefícios sociais, reforçando desigualdades regionais e consolidando o poder das elites agrárias e industriais.

A apropriação dos territórios das cidades pequenas da RGI de Campo Grande para a acumulação capitalista por meio da industrialização não ocorreu de forma homogênea ou aleatória. Ao contrário, tal processo revelou-se seletivo, condicionado por fatores locais atrativos ao capital e, sobretudo, pela inserção diferenciada desses municípios nas políticas públicas e nas cadeias produtivas. Essa seletividade reforça a necessidade de uma análise territorial atenta às especificidades das cidades pequenas.

É nesse sentido que este trabalho se ancora em um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que possibilitam compreender a dinâmica industrial da RGI de Campo Grande a partir de suas múltiplas escalas e determinações. Destacam-se as contribuições de Jurado da Silva (2011), com a noção de “disseminação do modo industrial” aplicada a áreas de menor densidade econômica; de Sposito e Matushima (2002), ao discutirem os “eixos de desenvolvimento” e a relação entre infraestrutura de transporte e localização industrial; e de Bernardelli (2004), que aborda a reprodução social, a estrutura fundiária e a moradia. Soma-se a esse debate Fresca (2010), ao enfatizar suas singularidades e seus papéis na divisão social e territorial do trabalho.

Contribuem igualmente para a análise as reflexões de Endlich (2006), que discute a redefinição da rede urbana e o declínio demográfico de cidades pequenas submetidas à apropriação do território por grandes empreendimentos capitalistas; de Silva (2016), ao

caracterizar a industrialização de Mato Grosso do Sul no contexto da política industrial brasileira do início do século XXI; e de Pavão (2005), ao analisar a estrutura e a dinâmica econômica estadual. Destaca-se ainda Thomaz Júnior (2010), que, por meio do conceito de Polígono do Agrohídronegócio, evidencia a centralidade do acesso à terra e à água na expansão agropecuária capitalista.

Também são fundamentais as contribuições de Becker e Egler (1998), ao discutirem a modernização conservadora e seus impactos sobre a organização socioespacial; de Abreu (2001), ao examinar os Planos Nacionais de Desenvolvimento e os programas federais de integração produtiva do Centro-Oeste; e de Elias (2022), cujo conceito de “cidades do agronegócio” é central para interpretar a subordinação das funções urbanas às demandas das cadeias agroindustriais.

Nesse debate, destacam-se ainda os trabalhos de Paz e Lamberti (2022) e de Lamberti e Gama (2020), que analisam os limites da política industrial sul-mato-grossense, evidenciando sua forte dependência do agronegócio e a baixa diversificação produtiva; bem como Dallabrida (2017), que contribui para a discussão conceitual sobre desenvolvimento regional.

A essa discussão somam-se as contribuições de Furtado (1974), Rangel (1959) e Jabbour e Dantas (2021). Furtado, ao criticar o "mito do desenvolvimento econômico", demonstra que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior, mas uma condição estrutural produzida pela expansão desigual do capitalismo. Rangel (1959), com o conceito de "Economia do Projeto", defende que o desenvolvimento em economias periféricas exige planejamento estatal de longo prazo para articular setores modernos e arcaicos. Jabbour e Dantas (2021) atualizam essa formulação com a "Nova Economia do Projeto", evidenciando, a partir da experiência chinesa, que o desenvolvimento depende da capacidade do Estado de coordenar o investimento e definir prioridades estratégicas.

Esses autores permitem compreender que a industrialização é uma realidade concreta na RGI de Campo Grande, mas que seus efeitos se manifestam de maneira desigual entre as cidades pequenas.

Do ponto de vista estrutural, esta pesquisa organiza-se de forma a construir um percurso analítico articulado. A introdução apresenta o problema de pesquisa, sua relevância e seu enquadramento teórico no debate sobre cidades pequenas, desenvolvimento e industrialização, além de delimitar o recorte espacial e os procedimentos metodológicos adotados. O capítulo 2 discute a inserção de Mato Grosso do Sul na economia nacional, com destaque para as políticas de desenvolvimento e os programas federais que reconfiguraram sua base produtiva. O capítulo 3 analisa a dinâmica industrial na RGI de Campo Grande, abordando a disseminação

do modo industrial, a política de incentivos fiscais e o desenvolvimento nas cidades pequenas da RGI. Por fim, o capítulo 4 examina o município de Ribas do Rio Pardo a partir da implantação da planta industrial da Suzano e seus impactos na dinâmica regional.

2 A INSERÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NA ECONOMIA NACIONAL

A industrialização brasileira, entre 1930 e 1970, apresentou um padrão espacial marcadamente desigual, com uma concentração acentuada no estado de São Paulo. A região metropolitana de São Paulo destacou-se como o principal polo industrial, concentrando a maior parte da atividade industrial e aprofundando o contraste com as demais regiões brasileiras. Em 1970, essa concentração atingiu seu ponto máximo, com a Região Metropolitana de São Paulo concentrando mais de 70% da atividade industrial do estado. Por sua vez, o estado de São Paulo concentrava mais de 40% da produção industrial brasileira nesse período (Cano, 2007).

A partir de 1970 iniciou-se o processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo para outras regiões do país. O referido processo foi impulsionado por diversos fatores, com destaque para o papel do Estado na criação de infraestruturas, incentivos fiscais e investimento direto.

Diante disso, é importante descrever os principais planos e programas promovidos pelo Estado brasileiro que impactaram Mato Grosso do Sul no que se refere ao desenvolvimento econômico, buscando compreender o papel assumido pelo estado no processo de desconcentração das atividades produtivas.

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, representou um marco na inserção da economia sul-mato-grossense no processo de desconcentração produtiva, atraindo investimentos agroindustriais, sobretudo de empresas paulistas dos setores frigorífico e de esmagamento de soja. De acordo com Oliveira (2003), a consolidação da soja no território sul-mato-grossense desempenhou papel decisivo na incorporação do estado às dinâmicas do modo de produção capitalista, na medida em que sua difusão reorganizou a base produtiva regional, impulsionou a constituição de cadeias agroindustriais e promoveu a reestruturação de atividades historicamente predominantes, como a pecuária, além de fomentar a articulação com outros circuitos produtivos.

Nesse contexto, Oliveira (2003) interpreta que a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste implicou a conformação de uma nova organização territorial, resultante da intensificação dos fluxos de capital e de trabalhadores oriundos da Região Sul do Brasil. Esse movimento possibilitou a difusão dos padrões técnicos, produtivos e institucionais associados à modernização agrícola, os quais passaram a estruturar o território segundo normas e lógicas vinculadas à expansão do capitalismo em escala global, redefinindo as formas de uso e apropriação do espaço (Pavão, 2005).

Essa reconfiguração territorial foi precedida por estudos realizados pelo governo federal, a partir de 1975, que analisaram a viabilidade e a conveniência do desmembramento do antigo Mato Grosso. Como destacaram Moreira Junior e Silva (2017), o Ministério do Interior justificou a divisão com base em razões históricas e econômicas, ao considerar que:

[...] a região Norte apresenta características pré-amazônicas e reúne grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração; diferente é a região sul, com extraordinária potencialidade agrícola, [...] liga-se aos grandes centros de produção da região sudeste e ao Paraná e aos corredores de exportação de Santos e Paranaguá (Reis, 1997, p. 4 apud Moreira Junior; Silva, 2017, p. 91).

Nota-se que a criação do estado de Mato Grosso do Sul inseriu-se em um contexto de reorganização produtiva do território brasileiro, marcada pela expansão do capital e pela adequação aos padrões de acumulação da região Sudeste. Essa inserção econômica implicou transformações no uso e na ocupação do território, com destaque para o papel das cidades pequenas, que passaram a desempenhar funções estratégicas dentro da política “[...] agroexportadora, possibilitando que as atividades agrícolas fossem pensadas e desenvolvidas dentro do moderno sistema produtivo mundial, o que influenciou, diretamente, o papel das cidades na rede urbana regional.” (Moreira Junior; Silva, 2017, p. 91).

Houve a inserção de áreas do cerrado sul-mato-grossense na cadeia produtiva nacional, impulsionada principalmente pelo Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). A rápida expansão da soja e do trigo, aliada ao modelo intensivo da pecuária, transformou o perfil produtivo de Mato Grosso do Sul na década de 1970, consolidando o estado como um dos principais produtores agropecuários do país.

Consequentemente, durante a vigência do II PND⁸ (1975-1979), uma série de programas foram voltados para Mato Grosso do Sul, quais foram:

a) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), criado em 1976, tendo como objetivo a modernização da agricultura da região. O programa impactou 22 municípios na região da Grande Dourados, o que corresponde a mais de 80 milhões de hectares. De acordo com Abreu (2001), o programa realizou iniciativas voltadas para transportes, armazenamento, fornecimento de energia, controle da erosão, pesquisa, assistência técnica,

⁸ O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi a principal diretriz de planejamento econômico e social do governo brasileiro durante o regime militar, com o objetivo de consolidar o crescimento acelerado do país e promover sua transição para uma economia industrial moderna. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/777/24>>. Acesso em: 15 dez. 2025.

além de promoção e suporte logístico. Tais investimentos estimularam cada vez mais as atividades produtivas agrícolas e agroindustriais voltadas à exportação.

b) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), que durou de 1974 a 1978, e foi criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O programa tinha como objetivo principal implementar um conjunto de ações voltadas a proporcionar ao Pantanal condições adequadas para a melhor utilização de seus recursos, com o objetivo de integrá-lo ao desenvolvimento nacional, conforme foi debatido por Abreu (2001). Para tanto, os objetivos específicos do programa visavam controlar as enchentes e realizar obras de infraestrutura que pudessem beneficiar a pecuária intensiva. De acordo com Pavão (2005), o programa construiu e melhorou vias estratégicas para o transporte, com destaque para a BR-262, a construção da ponte Porto da Manga, sobre o Rio Paraguai e a rodovia Transpantaneira. Ademais, foi construído, ainda no PRODEPAN, infraestruturas hídricas, logísticas e produtivas, como poços artesianos e canais vicinais para saneamento no espaço rural, armazéns e frigoríficos.

Conforme argumentado por Abreu (2001), a SUDECO propôs 5 linhas de atuação envolvendo o governo federal e a iniciativa privada nas áreas de transporte, saneamento ambiental, energia, desenvolvimento da pecuária e industrialização, como foco em investimentos em pesquisa, desenvolvimento industrial e ampliação de frigorífico por meio de financiamentos. O PRODEPAN impactou 26 municípios do estado, o que correspondeu a 47% da população da época (Pavão, 2005).

c) Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) durou de 1975 a 1982, e se caracterizou pela apropriação de 48% do território de Mato Grosso do Sul, resultando na incorporação de 3,7 milhões de hectares de cerrado, com aplicação de tecnologia, financiamento, e pesquisa agropecuária. Os investimentos executados abrangeram, também, infraestruturas de transporte, energia elétrica, suporte profissional aos produtores e crédito rural orientado. Tais ações do programa resultaram no incremento de mais de 900.000 hectares de produção agropecuária para o estado. A produção de soja e a pecuária foram as atividades mais beneficiadas, respectivamente com 6,6% destinados às lavouras e 93% às pastagens (Abreu, 2001).

d) Programa Nacional de Papel e Celulose – (PNPC), criado em 1974 e extinto em 1983, tinha como objetivo a criação de Distritos Florestais com o intuito de incrementar a produção de papel e celulose do Brasil. A política econômica adotada nesse contexto se deu com base em incentivos fiscais concedidos para empresas de reflorestamento e indústria de Papel e Celulose. O principal resultado desse programa, foi a criação de um Distrito Florestal com

abrangência nos municípios de Ribas do Rio Pardo (299.119 ha), Água Clara (110.756 ha), Três Lagoas (54.506 ha), Brasilândia (18.980 ha), e com menor impacto em Camapuã, Aparecida do Taboado e Sidrolândia. A criação desse distrito possibilitou o plantio de 460 mil hectares de eucaliptos e 30 mil de pinus, utilizados pelas indústrias de papel e celulose, madeira e mobiliária (Pavão, 2005).

e) Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975 no contexto da crise internacional do petróleo. Voltado à redução da dependência externa de petróleo, o programa estimulou a expansão de destilarias e usinas sucroalcooleiras em diversas regiões do país. Em Mato Grosso do Sul, a introdução da cana-de-açúcar ocorreu a partir desse período, ocupando áreas pouco exploradas do cerrado (Le Bourlegat, 2000).

f) Complexo Hidrelétrico Urubupungá, localizado no Rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pelas hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira. Sua construção foi dividida em duas etapas: a primeira, iniciada em 1961, com a hidrelétrica de Jupia, com os primeiros geradores operando a partir de 1969; e a segunda, com a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira iniciada em 1965 e oficialmente inaugurada em 1974. A construção da hidrelétrica foi financiada pelo governo do estado de São Paulo, possibilitando, o fornecimento de energia elétrica e consequente expansão urbana de Mato Grosso do Sul (Pavão, 2005).

A expansão urbana intensificada pelos programas supracitados deve ser entendida como parte de um processo histórico mais amplo de formação territorial. Conforme apontam Moreira Junior e Silva (2017), a urbanização sul-mato-grossense resultou de múltiplos fatores, como os fluxos migratórios de diferentes regiões do país, o militarismo em áreas de fronteira, a navegação fluvial, a exploração da erva-mate, a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das companhias colonizadoras, além da atuação de famílias de fazendeiros-colonizadores. A infraestrutura de transportes, inicialmente ferroviária e depois rodoviária, foi essencial para integrar atividades produtivas e formar povoados que evoluíram para cidades.

Contudo, em meados da década de 1980, apesar de contar com uma base agropecuária estruturada, infraestrutura em expansão e rede urbana em formação, o estado ainda carecia de um parque industrial mais robusto, capaz de reter renda, atender às demandas da população e promover o avanço técnico. Conforme analisou Oliveira (2003), a escassez de indústrias de médio e grande porte limitava a organização do trabalho industrial e a dinamização econômica estadual, o que levou o empresariado local a pressionar o poder público por uma política industrial mais efetiva. Esse movimento resultou, ao final de 1983, na formulação de demandas

pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul e, em 1984, na promulgação da Lei nº 440, considerada o marco inicial da política estadual de incentivos à industrialização.

A partir dessa iniciativa, foram criados o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e o Programa Estadual de Incentivos à Industrialização (PRÓ-INDÚSTRIA), com o objetivo de estruturar uma estratégia de diversificação e integração da economia estadual. Segundo Pavão (2005), esses instrumentos buscavam ampliar a geração de emprego e renda, fortalecer a arrecadação pública e estimular a instalação de empreendimentos industriais por meio de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura. Tal conjunto de medidas sinalizou aos investidores a disposição do estado em conduzir um processo de industrialização regional com participação do aparato burocrático, favorecendo especialmente a implantação de projetos de base agroindustrial.

Entretanto, esse processo desenvolveu-se em um contexto nacional adverso, marcado, ao longo da década de 1980, pela crise fiscal do Estado e pela fragilização das políticas de planejamento de longo prazo, o que restringiu a capacidade de intervenção estatal em escala nacional. Ainda assim, no âmbito estadual, conforme analisou Oliveira (2003), o estado passou a estimular a instalação de unidades agroindustriais, especialmente voltadas ao beneficiamento da soja, por meio de incentivos fiscais e de linhas específicas de financiamento, consolidando novas bases produtivas e territoriais.

Nos anos 1990, esse quadro foi agravado pela adoção das políticas neoliberais, quando, conforme destacou Fresca (2010, p. 117), o Estado se rendeu “às imposições neoliberais e globalizantes, “[...] onde a ação estatal se direcionou em favor das privatizações, da abertura do mercado, de modificações no sistema financeiro, na legislação trabalhista [...]”, dentre outros.

No Mato Grosso do Sul, esse movimento tornou-se particularmente evidente nas políticas industriais analisadas por Silva (2016), que constatou que os incentivos fiscais passaram a ser utilizados como uma das principais estratégias de promoção do desenvolvimento regional. Com a Constituição de 1988 e a ampliação da autonomia dos estados na gestão do ICMS, consolidou-se a prática de conceder benefícios fiscais visando atrair indústrias.

Diante desse contexto histórico e político, o próximo item tem como objetivo analisar o processo de industrialização sul-mato-grossense e a política industrial do estado no âmbito dos incentivos fiscais.

2.1 Industrialização e incentivos fiscais: breve análise de Mato Grosso do Sul e da Região Geográfica Imediata de Campo Grande

A dinâmica socioeconômica que caracteriza o atual território de Mato Grosso do Sul possui origens anteriores ao próprio processo de industrialização brasileira. Já no início do século XX, a construção da estrada de ferro, em 1914, intensificou a integração econômica entre a porção sul do antigo estado de Mato Grosso e a região Sudeste, sobretudo com São Paulo, fortalecendo fluxos comerciais e redefinindo as articulações territoriais, conforme destacou Silva (2016):

As primeiras tentativas de integração da região foram feitas a partir da implantação de ferrovias, já que o comércio se dava via fluvial, através da vinda dos produtos manufaturados para os portos de Corumbá e Cuiabá e sua posterior distribuição para as regiões urbanas locais (1856-1914). Com a implantação das estradas de ferro Noroeste do Brasil (1914) e a expansão da estrada que atingia a região do triângulo mineiro, foi possível integrar a região Centro-Oeste ao mercado de São Paulo, do qual recebiam produtos industrializados e enviavam suas produções de matérias-primas e insumos básicos (Silva, 2016, p. 59).

Essa relação contribuiu para que a região se consolidasse como fornecedora de matérias-primas e como fronteira agrícola, desempenhando um papel estratégico de apoio à economia industrial paulista. Dessa forma, antes mesmo da consolidação das políticas nacionais de industrialização, a base econômica regional já se estruturava a partir da agropecuária e do extrativismo, elementos que permanecem influentes até os dias atuais, ainda que sob novas configurações produtivas e territoriais (Gomes; Lamoso, 2016).

O tardio processo de industrialização brasileiro ganha força a partir da década de 1930, conforme discutido por Silva (2016), no contexto da estratégia nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas e do Processo de Substituição de Importações (PSI). O projeto varguista investiu na criação de indústrias de base, como a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, entre outras. Entretanto, Mato Grosso não foi beneficiado por essa industrialização inicial, concentrada majoritariamente na região Sudeste.

A partir dos anos 1950, o segundo governo de Vargas implementou medidas de proteção aos agentes econômicos nacionais que estimularam a expansão das indústrias frigoríficas (Mamigonian, 1976). Isso permitiu que a pecuária mato-grossense, tradicionalmente relevante, comesse a agregar valor via processamento industrial da carne, realizando um dos primeiros movimentos rumo à formação de um setor industrial regional ainda incipiente.

Até o ano de 1970, a indústria do até então estado de Mato Grosso apresentou baixo dinamismo, em razão, principalmente, da pouca oferta de fontes de energia e ineficiência da infraestrutura de transportes, que mantinham isoladas várias regiões. A superação desses entraves permitiu o crescimento do comércio entre regiões ao mesmo tempo que conformou a divisão territorial do trabalho da atualidade, na medida em que empresários mato-grossenses não tinham condições de competir industrialmente com São Paulo, que “[...] assumiu a liderança na construção do mercado nacional, como principal fornecedor de produtos industrializados e consumidor de matérias-primas e insumos das demais economias regionais” (Pavão, 2005, p. 14).

A dinâmica econômica diferenciada entre o norte e o sul do antigo estado contribuiu, de maneira decisiva, para a divisão territorial que culminou na criação de Mato Grosso do Sul em 1º de janeiro de 1979. Esse processo insere-se no contexto da modernização conservadora, entendida como uma estratégia de inserção do país no mercado mundial baseada na manutenção dos interesses das elites nacionais (Becker; Egler, 1998).

Conforme discorreram Becker e Egler (1998), tal modelo foi conduzido sob forte articulação entre o Estado e grupos ligados às elites agrárias e empresariais, em um contexto no qual incentivos fiscais, crédito, infraestrutura e outros privilégios econômicos funcionavam como mecanismos de sustentação política e de viabilização da modernização territorial e produtiva do país, sem, contudo, alterar significativamente as estruturas históricas de concentração de terra, renda e poder.

Simultaneamente a isso, a reestruturação produtiva e a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (Lencioni, 2008) reforçaram a expansão de atividades agroindustriais em novas áreas do país. Em Mato Grosso do Sul, esse movimento foi acompanhado pela chegada de granjeiros, sojicultores e criadores de gado sulistas, que ampliaram e modernizaram a produção agropecuária (Zamberlan et al., 2010).

Embora a sistematização dos incentivos fiscais e das políticas de industrialização em Mato Grosso do Sul tenha se consolidado principalmente a partir da década de 1980 em âmbito estadual, suas bases foram estabelecidas durante o II PND (1975–1979). Conforme analisaram Paz e Lamberti (2020), as diretrizes federais desse período previam a desconcentração industrial e o fortalecimento de polos regionais, o que se materializou tanto na implantação de distritos industriais quanto na criação de programas especiais de desenvolvimento com vigência de dez anos (1979–1988), como o Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (Prosul) e o Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso (Promat). Ainda que esses programas tenham enfrentado restrições financeiras e limitações operacionais, eles

desempenharam papel relevante ao delinear o perfil das políticas regionais de desenvolvimento, antecipando e condicionando as estratégias estaduais de incentivo à industrialização que se intensificariam nas décadas seguintes.

Durante a década de 1980, considerada pelos economistas como a “Década Perdida”⁹, o Brasil enfrentou forte desaceleração econômica. No entanto:

[...] nem todos os setores e nem todas as economias regionais seguiram a tendência da “década perdida”, pois a agricultura e o *agribusiness*, através da atração de capitais pela fronteira agrícola possibilitou a agroindustrialização de novas economias regionais no Brasil. Neste contexto, Mato Grosso do Sul segue a dinâmica econômica da nova fronteira agrícola e do agronegócio. (Pavão, 2005, p. 199).

O que foi observado pelo autor corrobora para a compreensão de que a industrialização sul-mato-grossense ocorreu mais tardiamente ainda, quando comparada com outras regiões brasileiras, especialmente a Sudeste.

Nesse contexto de industrialização tardia e baixa diversificação produtiva, Silva (2016) aponta que Mato Grosso do Sul adotou incentivos fiscais como eixo central de sua política industrial, utilizando principalmente a renúncia de ICMS para atrair e diversificar atividades produtivas:

Para exemplificar essa questão, Mato Grosso do Sul, segundo o relatório de assuntos econômicos do Senado, foi o primeiro estado a criar, em 1997, um ato normativo instituindo benefícios relativos ao ICMS sem a prévia e necessária celebração de convênio entre os estados e o Distrito Federal, contrariando os dispositivos constitucionais por meio da lei 1.798/97, que buscava diversificar a atividade industrial no estado com até 90% de isenção, chamado plano PROAÇÃO do governo estadual [...] durante o governo de Wilson Barbosa Martins (1995-1998) (Silva, 2016, p. 110).

A experiência do PROAÇÃO inaugurou, em Mato Grosso do Sul, uma trajetória de institucionalização dos incentivos fiscais como principal instrumento da política industrial estadual. Após a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 1.798/1997¹⁰, o estado reformulou sua estratégia por meio da criação de novos marcos legais voltados a conferir maior segurança jurídica à concessão de benefícios fiscais (Silva, 2016).

⁹ A expressão "Década Perdida" refere-se ao período da década de 1980, marcado por baixo crescimento econômico, elevada inflação, crise da dívida externa e restrição dos investimentos. Suas origens remontam, em parte, ao modelo de desenvolvimento adotado durante a Ditadura Militar (1964–1985), baseado no financiamento externo para sustentar o crescimento econômico, que se tornou insustentável diante da crise internacional e da elevação das taxas de juros no início dos anos 1980.

¹⁰ A Lei nº 1.798/1997 foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 2001, a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Destaca-se a Lei nº 93/2001, que instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor), estruturando um modelo sistemático de concessão de incentivos fiscais relacionados ao ICMS, com o objetivo de atrair investimentos, promover a interiorização da atividade industrial, ampliar a agregação de valor à produção primária e estimular a geração de emprego e renda.

Já na década de 2010, a promulgação da Lei nº 4.049/2011, que instituiu o programa MS Forte-Indústria (MS Forte), consolidou essa estratégia ao prorrogar por até quinze anos os benefícios fiscais concedidos às indústrias consideradas prioritárias, possibilitando reduções de ICMS que, somadas a benefícios adicionais, podiam alcançar até 90% de isenção. A regulamentação desse processo por meio do Decreto nº 13.606/2013 reforçou a centralidade da renúncia fiscal na política industrial sul-mato-grossense, estendendo os incentivos até 2028¹¹.

Essa trajetória de crescimento vinculada à agroindústria ajuda a compreender os rumos recentes da política industrial sul-mato-grossense. Ao analisar as renúncias fiscais federais (PIS/COFINS, IRPJ, CSLL e IPI) concedidas no estado em 2021, Andrade Filho (2025) demonstra que os incentivos fiscais têm operado majoritariamente no reforço dessa base produtiva historicamente consolidada, com forte concentração setorial na indústria de transformação, além de expressiva concentração territorial em polos como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Segundo o autor, longe de promover uma diversificação ampla da estrutura produtiva estadual, as renúncias fiscais tendem a reproduzir a especialização econômica associada à condição do estado como fronteira agroindustrial, evidenciando os limites da política de incentivos como instrumento de redução das desigualdades regionais e da diversificação produtiva.

Dessa forma, o Quadro 1¹² apresenta as principais empresas beneficiadas pelas renúncias fiscais federais na RGI de Campo Grande, no ano de 2023, explicitando os municípios contemplados e os respectivos valores da renúncia. A sistematização desses dados permite visualizar, de maneira concreta, a concentração setorial e territorial dos incentivos, possibilitando verificar em que medida, no recorte regional analisado, reproduz-se a tendência apontada por Andrade Filho (2025).

¹¹ O dispositivo estabelece a possibilidade de prorrogação, até 31 de dezembro de 2028, dos benefícios e incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos a estabelecimentos industriais, originalmente instituídos com base na Lei Complementar nº 93/2001 e na Lei nº 4.049/2011, na forma de crédito presumido ou crédito outorgado, desde que observados os prazos, procedimentos e condições definidos no respectivo decreto.

¹² Considerando que a política de incentivos fiscais alcança um número significativo de empresas, optou-se por apresentar apenas os principais beneficiários da RGI. Essa escolha metodológica tem por objetivo evidenciar a concentração dos recursos públicos destinados às renúncias fiscais e possibilitar uma análise mais clara das desigualdades existentes na distribuição desses incentivos.

Quadro 1 – Principais empresas beneficiadas com as renúncias fiscais IRPJ, CSLL, IPI e PIS/COFINS na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2023.

Municípios	Beneficiários	Valor da renúncia fiscal (R\$)
Ribas do Rio Pardo	SUZANO S.A.	99.344.601,00
Campo Grande	CIBRAFERTIL COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES	36.697.012,00
Nova Alvorada do Sul	ALIMENTOS DALLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	6.077.519,00
São Gabriel do Oeste	FERTICEL INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA	1.473.369,00
Sidrolândia	INOVAR AVIACAO AGRICOLA LTDA	1.035.119,00
Rochedo	NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	23.930,84
Terenos	-----	-----
Dois Irmãos do Buriti	-----	-----
Jaraguari	-----	-----
Bandeirantes	-----	-----
Camapuã	-----	-----
Corguinho	-----	-----
Rio Negro	-----	-----
Total		144.651.550,84

Fonte: Portal da Transparência, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

As renúncias fiscais apresentadas no Quadro 1 referem-se a benefícios tributários concedidos pela União sobre impostos e contribuições federais que incidem sobre a atividade empresarial, especialmente o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições ao Programa de Integração Social e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS). O IRPJ e a CSLL incidem sobre o lucro das empresas, sendo esta última destinada ao financiamento da seguridade social; o IPI é cobrado sobre a produção e a circulação de bens industrializados; e o PIS/COFINS incidem sobre o faturamento ou a receita bruta das pessoas jurídicas.

Tal dinâmica revela a contradição do modelo neoliberal, que defende a redução do papel do Estado, quando, na verdade, “o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações, cuja vida se torna mais difícil” (Santos, 2021, p. 24).

Em 2023, o município de Ribas do Rio Pardo apresentou um total de R\$ 102.136.110,16 em renúncias fiscais federais, considerando os valores destinados às empresas ali instaladas.

Desse montante, R\$ 99.344.601,00 foram direcionados à Suzano S.A., consolidando-a como a principal beneficiária no município e evidenciando a centralidade do setor de celulose na dinâmica econômica regional. Além disso, destaca-se a presença da Nouryon Industria Química Ltda, que recebeu R\$ 2.791.318,00 em renúncias fiscais. Trata-se de uma indústria química estratégica, voltada à produção de insumos como peróxido de hidrogênio e clorato de sódio, fundamentais para o processo industrial de branqueamento da celulose¹³.

No caso de Campo Grande, o total de renúncias fiscais federais em 2023 foi significativamente superior, alcançando R\$ 142.116.354,56. Observa-se, também na capital, uma concentração expressiva dos incentivos em atividades vinculadas ao suporte do agronegócio, especialmente no setor de fertilizantes, inserido na indústria química. A principal beneficiária foi a Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes, que recebeu R\$ 36.697.012,00 em renúncias fiscais. Em seguida, destaca-se a OCP Fertilizantes Ltda., segunda empresa que mais recebeu incentivos no município, com R\$ 28.541.773,42 em renúncias.

Em Nova Alvorada do Sul, o total de renúncias fiscais federais em 2023 somou R\$ 6.077.519,00, integralmente destinado a Alimentos Dallas Indústria e Comércio Ltda.

Em São Gabriel do Oeste, as renúncias fiscais federais totalizaram R\$ 1.759.228,58 em 2023, distribuídas entre diferentes empresas vinculadas, em sua maioria, ao suporte das atividades agropecuárias. O maior volume foi destinado à Ferticel Indústria de Fertilizantes Ltda, que recebeu R\$ 1.473.369,00. Também foram beneficiadas a Serrana Aviação Agrícola Ltda, com R\$ 233.865,40, a Fortuna Peças Ltda, com R\$ 41.899,18, e a Skytech Serviços Aeronáuticos Ltda, com R\$ 10.095,00.

No município de Sidrolândia, as renúncias fiscais federais totalizaram R\$ 1.035.119,00 em 2023, valor integralmente destinado à Inovar Aviação Agrícola Ltda. A empresa atua no segmento de aviação agrícola, prestando serviços de pulverização e aplicação aérea de insumos.

Em Rochedo, as renúncias fiscais federais em 2023 foram relativamente pequenas, somando R\$ 23.930,84. Esse montante foi destinado à Naturafrig Alimentos Ltda, empresa atuante no setor frigorífico.

Municípios como Terenos, Jaraguari, Bandeirantes, Camapuã, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti e Rio Negro não registram beneficiários no período analisado, o que reforça a seletividade territorial da política fiscal.

¹³ Trata-se de empresa com sede em Amsterdã, nos Países Baixos, que opera no Brasil por meio de dez plantas industriais, das quais três estão localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.nouryon.com/pt-br/noticias/nouryon-inicia-operacoes-no-mato-grosso-do-sul-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

Considerando o conjunto dos municípios analisados, o total de renúncias fiscais federais na RGI de Campo Grande, em 2023, alcançou R\$ 253.148.262,14. Esse montante evidencia a expressiva presença do Estado na indução e sustentação de atividades produtivas estratégicas na região, sobretudo aquelas vinculadas à cadeia agroindustrial.

A elevada concentração dos valores em poucos municípios e em segmentos específicos reforça a interpretação de que os incentivos fiscais têm operado, predominantemente, no fortalecimento da base produtiva já consolidada, reproduzindo o padrão de especialização econômica regional.

A análise empírica dos dados relativos às renúncias fiscais evidencia que os incentivos tributários não se configuram apenas como instrumentos técnicos de política econômica, mas como mecanismos estruturantes da própria relação entre Estado e capital. Nesse sentido, a reflexão de Oliveira (2003) oferece um aporte teórico fundamental para compreender essa engrenagem, ao explicitar como os subsídios se inserem na lógica do desenvolvimento capitalista, consolidando uma relação de interdependência entre o Estado e a indústria:

Garantir, encorajar, incentivar e sustentar projetos industriais pelo aparelho de Estado traduz-se, ao mesmo tempo, numa valorização do capital e numa obrigatoriedade do desenvolvimento social. O Estado suporta o quadro industrial, propiciando uma redução dos riscos e maiores lucros; em contrapartida, o quadro industrial incita a modernização e o avanço das forças produtivas [...] no espaço, traduzindo-se assim, numa relação de dependência entre o Estado [...] e a indústria. Sem a ajuda do Estado, a indústria [...] não se sente atraída a mover-se; sem a indústria, o Estado sucumbe em estágios pré-capitalistas. Neste sentido, os subsídios, através de liberação de impostos, dentro da “lógica” do desenvolvimento capitalista, tornam-se o meio mais prático, mais coerente e mais brando de atrelar o Estado ao desenvolvimento industrial [...] (Oliveira, 2003, p. 226 – 227).

Essa configuração reforça a interpretação de que a política de incentivos fiscais, embora justificada pelo discurso da geração de empregos e do desenvolvimento regional, opera de forma desigual, privilegiando municípios com maior capacidade de atração de grandes capitais e reforçando especializações produtivas já consolidadas, uma vez que:

Do ponto de vista da Geografia, os incentivos fiscais são, além de políticas industriais, políticas territoriais, já que podem exercer a força de desconcentração ou concentração das atividades produtivas, e possuem na sua formulação o território como ponto de partida [...] (Silva, 2016, p. 102).

Longe de promover uma diversificação produtiva ampla, tais políticas reforçaram especializações já consolidadas e concentraram recursos em segmentos estratégicos vinculados

ao agronegócio, reproduzindo desigualdades territoriais e aprofundando a inserção do estado na divisão territorial do trabalho como fornecedor de matérias-primas e espaço de agroindustrialização.

Ademais, nota-se que a industrialização em Mato Grosso do Sul é uma realidade, ainda que marcada por fortes desigualdades internas. Coexistem no território estadual regiões com diferentes níveis de densidade econômica e industrial. Para compreender essa dinâmica de forma mais aprofundada, o próximo item analisa a indústria sul-mato-grossense à luz da ideia de “disseminação do modo industrial”, proposta por Jurado da Silva (2011), buscando situar o papel do estado na divisão territorial do trabalho.

2.2 Disseminação do modo industrial: o papel industrial de Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho

Muitos autores já apontaram a importância de diferenciar as teorias econômicas das teorias espaciais, sendo estas últimas voltadas a entender por que certas regiões concentram mais atividades produtivas do que outras. As chamadas teorias da localização, por exemplo, tentam explicar essas desigualdades a partir das decisões das empresas sobre onde se instalar, levando em conta fatores como redução de custos, principalmente com transporte, ou a busca por maior lucratividade. Apesar disso, essas explicações ainda não dão conta de toda a complexidade do problema, deixando muitos pontos em aberto e mostrando como esse campo segue sendo um desafio para quem estuda o desenvolvimento regional (Dallabrida, 2017).

Com o tempo, outras abordagens começaram a trazer novos elementos para o debate. Um exemplo disso é Perroux (1977), que apresentou o conceito de Polos de Crescimento, demonstrando que o crescimento econômico não acontece de forma equilibrada por todo o território, mas sim em lugares específicos, como destacado pelo autor:

O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia (Perroux, 1977, p.146)

Para o autor, esses polos de crescimento são caracterizados pela concentração de atividades econômicas, especialmente industriais, que atuam como motores de crescimento e propagam seus efeitos para o entorno. Nessa perspectiva, o processo de crescimento econômico

seria um processo desequilibrado por natureza, o que pode reforçar desigualdades e tornar o crescimento econômico concentrado.

Acerca desse debate, conforme observado anteriormente, Mato Grosso do Sul foi impactado por diversos programas e planos de desenvolvimento nos quais o Estado atuou como planejador do processo de integração da economia nacional, no contexto da modernização conservadora (Becker; Egler, 1998).

A desconcentração das atividades produtivas sob essa lógica, acentuou ainda mais as desigualdades regionais já existentes, consolidando a região Sudeste como a região mais forte e diversificada no setor industrial, comercial e financeiro do país. A partir dos anos 1970 começa ocorrer com maior ênfase o processo de desconcentração industrial sentido ao interior do estado de São Paulo e para outras regiões do Brasil (Lencioni, 2008).

Na atualidade, no contexto da globalização, mesmo que cidades pequenas do Mato Grosso do Sul, por exemplo, possuam relações comerciais diretas com o mercado internacional, tal dinâmica não modificou, até o momento, o papel do estado na divisão nacional e internacional do trabalho. Acerca dessa constatação, Mamigonian, (2004), discorre que a relação centro-periferia é inerente ao capitalismo. Nesse contexto, Mesquita (2011, p. 99) afirma que:

[...] a estrutura produtiva que define a inserção local-global continua sendo definida pela inserção de regiões periféricas e centrais na divisão nacional e internacional do trabalho. Dessa forma, a tendência diante da globalização é que as regiões que historicamente se consolidaram como periferias internas ao território nacional mantenham essa relação ao se inserir na atual lógica global do sistema capitalista.

Ainda que o papel de Mato Grosso do Sul esteja bem definido na divisão territorial do trabalho, ele não pode ser negligenciado dos estudos. É nesse contexto que Jurado da Silva (2011), propõe a ideia de “disseminação do modo industrial” para ajudar a compreender os “espaços com menor densidade econômica e que também necessitam ser estudados do ponto de vista geográfico [...]” (Jurado da Silva, 2011, p. 152).

Nas diferentes etimologias das palavras do conceito lançado, o autor adota disseminação como “dispersão e difusão”; modo, como “forma particular de algo”; e industrial como concepção de que “as indústrias estão desenvolvidas ou disseminadas” (Sposito; Jurado da Silva; Silveira, 2023). Acerca dessa realidade, há de se:

Reconhecer [...] diferentes formas de inserção industrial [...], para considerar que os ramos da indústria podem ser mais complexos e com maior grau de incorporação tecnológica, dependendo do papel que tais localidades ocupam na divisão territorial do trabalho. Assim, a ideia de disseminação do modo industrial de produção possui contradições, resultantes do desenvolvimento desigual das forças produtivas no território (Sposito; Jurado da Silva; Silveira, 2023, p. 83).

Compreender as razões do desenvolvimento desigual das forças produtivas no território, a qual se referiu os autores, é o fator chave para a compreensão da característica espacial e tecnológica da indústria sul-mato-grossense. Sposito e Jurado da Silva (2013), no contexto da disseminação do modo industrial, versam sobre a necessidade de articular as escalas e a determinação da localização industrial, uma vez que cada região possui particularidades que afetam sua espacialidade econômica.

Sendo assim, é importante analisar as políticas econômicas estaduais, a localização dos municípios, a estrutura fundiária, a condições edafoclimáticas¹⁴, entre outras coisas que fazem parte dos fatores locacionais levados em conta pelo capital para a implementação de plantas industriais. Considerando tal perspectiva, Sposito e Matushima (2002) versaram sobre a espacialidade industrial no contexto do interior do estado de São Paulo, denominando “eixos de desenvolvimento” áreas que apresentam condições favoráveis à instalação de indústrias, como proximidade com a capital, infraestrutura de transportes, dinamismo urbano e comunicação.

Em articulação com a dimensão infraestrutural, para que se compreenda a espacialidade industrial do estado, o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul, produzido em 2015 pela SEMADE (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico), demonstra o arranjo produtivo do setor industrial estadual. Um dos critérios utilizados para a proposição de polos industriais se deu a partir da localização das rodovias BR 163, BR 262 e BR 267, que segundo o documento provocam “capilaridade de ligação inter-regional [...] nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste.” (SEMADE, 2015, p. 10).

De acordo com o documento, o setor industrial de Mato Grosso do Sul está estruturado para beneficiar a produção agropecuária a partir de quatro polos industriais que estão em processo de expansão e consolidação (SEMADE, 2015, p. 81), quais são:

Polo de Campo Grande com segmentos industriais de frigoríficos, lácteos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária,

¹⁴ Conjunto de características do solo (edáficas) e do clima (climáticas) de uma determinada região que influenciam diretamente o desenvolvimento das plantas e seres vivos.

vestuário, etc., liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia; Polo de Dourados com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, ervamate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, etc., destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brillhante; Polo de Três Lagoas com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, indústrias de bebidas, siderurgia, madeira, etc., com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado, e Polo Industrial de Corumbá com indústria extrativa mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário (SEMADE, 2015, p. 81).

Os polos evidenciados no documento da SEMADE (2015), tem sua gênese, segundo Silva (2016), no II PND (1975-1979), e são baseados nos estudos do economista francês François Perroux, conforme demonstrado, também, por Jurado da Silva (2011), que, no contexto dos estudos sobre cidades pequenas, discorreu sobre o processo de desconcentração industrial colocados em prática pelos governos federal e estaduais a partir da década de 1970.

O Diagnóstico Socioeconômico da SEMADE (2015), é importante para, além de compreender a espacialidade e atividades industriais desempenhadas no estado, analisar o discurso institucional, que afirma que a:

[...] política industrial do estado de Mato Grosso do Sul está voltada para a implantação e expansão de unidades agroindustriais que utilizem como insumo básico carne, couro, leite, soja, cereais, cana-de-açúcar, madeira da silvicultura, plumas e outros, propiciando agregar mais valor à produção interna.” (SEMADE, 2015, p. 81).

Ademais, a análise desses polos industriais não pode ser dissociada da infraestrutura de transportes. A localização estratégica dos municípios de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, próximos a importantes rodovias federais e ferrovias, favorece sua inserção na divisão territorial do trabalho reforça a concepção dos eixos de desenvolvimento (Sposito e Matushima, 2002). Essa infraestrutura de transportes facilita o escoamento da produção e a integração com os principais mercados regionais, nacionais e internacionais, o que explica a expressiva concentração de estabelecimentos industriais nesses centros, conforme demonstrado na Tabela 3. Essa relação evidencia que, na lógica de integração territorial, o setor de transportes exerce papel determinante na dinâmica econômica, ao articular produção e circulação.

Tabela 3 – Quantidade de vínculos e estabelecimentos industriais nos municípios polos de Mato Grosso do Sul, 2024.

Municípios	Indústria	Vínculos	% indústria	% vínculos
Campo Grande	1.773	23.146	33,17	19,23
Dourados	701	13.908	13,12	11,55

Três Lagoas	327	10.371	6,12	8,62
Corumbá	90	1.479	1,68	1,23

Fonte: RAIS/MTE, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

A análise da tabela demonstra que os quatro municípios selecionados concentram 54% dos estabelecimentos industriais e 40% dos vínculos de todo o estado. Em Campo Grande e Dourados, a atividade que mais gera empregos formais, de acordo com as bases de dados do MTE/RAIS (2024), CNAE 2.0, é o abate e fabricação de produtos de carne, com 5.293 e 7.487 vínculos respectivamente; em Três Lagoas e Corumbá, respectivamente, as principais atividades industriais são a fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel, com 3.394 vínculos, e produção de ferro-gusa e ferroligas, com 415 vínculos.

É importante salientar que Corumbá, apesar de apresentar números modestos na indústria de transformação, concentra 61% dos vínculos das indústrias extrativas minerais do estado (2.754). De acordo com o MTE/RAIS (2024), CNAE 2.0, o município possui 14 estabelecimentos que atuam na extração de minério de ferro, atividades de apoio à extração de minerais e extração de pedra, areia e argila.

Compreender como se conforma a estrutura produtiva dos polos de desenvolvimento propostos pela SEMADE (2015) é fundamental para explicar a característica espacial e tecnológica da indústria sul-mato-grossense. Paz e Lamberti (2022) demonstraram que, embora os discursos institucionais enfatizem a necessidade de diversificação produtiva e incorporação de tecnologia, a lógica industrial permanece baseada em vantagens competitivas vinculadas à agropecuária. Para as autoras, a organização do planejamento em polos de desenvolvimento pouco contribuiu para um salto qualitativo na industrialização, uma vez que os investimentos em ciência e tecnologia permanecem direcionados, em grande parte, às atividades tradicionais.

É nesse contexto que a reestruturação institucional do governo estadual, concretizada com a criação da SEMADESC¹⁵ (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) em 2023, deve ser analisada de forma crítica, considerando as continuidades e limites das estratégias de desenvolvimento industrial anteriormente adotadas. Ainda que o órgão atualize o discurso desenvolvimentista e passe a enfatizar o fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais em novas áreas do território estadual, observa-se a permanência da mesma racionalidade produtiva. Destacam-se, nesse movimento, a expansão

¹⁵ Conforme a Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, a estrutura administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul foi reorganizada, de modo que as competências da antiga Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) foram incorporadas pela atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC).

do setor sucroenergético; o avanço da indústria de processamento de grãos; a ampliação da atividade frigorífica voltada à exportação; e a consolidação do chamado Vale da Celulose, com a instalação de grandes empreendimentos em municípios como Ribas do Rio Pardo e Inocência, processo que tem promovido profundas transformações no uso e na ocupação do território, como evidencia o próprio discurso institucional ao afirmar que:

Os pastos antigos de uma pecuária extensiva deram lugar a milhares de hectares de florestas de eucalipto, que vão alimentar uma gigante de celulose que começa a despertar a 50 km de Inocência: o Projeto Sucuriú, da Arauco Brasil (SEMADESC, 2024).

A própria normativa que orienta a reorganização institucional da SEMADESC reforça essa contradição entre discurso e prática. O Decreto nº 16.180, de 9 de maio de 2023, ao redefinir a estrutura básica da secretaria, estabelece, em seu Art. 19, inciso IV, a necessidade de “buscar, como diretriz geral, a diversificação da propriedade rural e da agroindústria do estado”. (Mato Grosso do Sul, 2023).

Dessa forma, no Mato Grosso do Sul, a disseminação do modo industrial (Jurado da Silva, 2011) manifesta-se de maneira contraditória, articulando a ampliação espacial da atividade industrial à manutenção de uma estrutura produtiva pouco diversificada e fortemente dependente da base agropecuária.

Em escala nacional, o estado segue apropriado como território funcional ao agronegócio, conforme a lógica inaugurada pelos programas federais de desenvolvimento, como o I e o II PND; em escala estadual, essa racionalidade é atualizada por meio da consolidação e expansão dos polos industriais e de novas frentes agroindustriais, como o Vale da Celulose. Embora tais processos confiram maior visibilidade e protagonismo industrial a municípios como Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, configurando os principais eixos de desenvolvimento, eles não resultam, até o momento, em uma transformação qualitativa da inserção do estado na divisão territorial do trabalho. Ao contrário, reforçam um padrão de desenvolvimento seletivo, concentrador e territorialmente desigual.

Nesse sentido, torna-se fundamental avançar para a análise da dinâmica industrial em escala regional, a fim de compreender como esses processos se materializam, particularmente na Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, tema desenvolvido no capítulo seguinte.

3 A DINÂMICA INDUSTRIAL NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAMPO GRANDE – MS

A análise das cidades pequenas demanda uma compreensão que ultrapasse suas especificidades locais, articulando-as aos processos mais amplos que estruturam a rede urbana e a divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, Arcie; Jurado da Silva; e Vieira (2025) demonstram que a expansão das redes técnicas e informacionais na RGI de Campo Grande ocorre de forma seletiva, privilegiando centros com maior densidade econômica e populacional, o que condiciona a inserção das cidades pequenas nos fluxos produtivos dominantes e reforça relações de dependência no interior da RGI.

Em consonância com essa interpretação, Arcie (2023) analisou o Projeto Infovia Digital¹⁶, demonstrando como a nova infraestrutura de cabos de fibra óptica foi estrategicamente planejada para conectar municípios de menor porte, promovendo uma integração tecnológica hierarquizada:

O Cabo Anel óptico será interconectado entre Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Terenos, Jaraguari, Bandeirantes e São Gabriel do Oeste. O Cabo Atendimento Radial, por sua vez, terá ponto de atendimento em Nova Alvorada do Sul, Dois Irmãos do Buriti, Rochedo, Corguinho, Camapuã e Rio Negro (Arcie, 2023, p. 84).

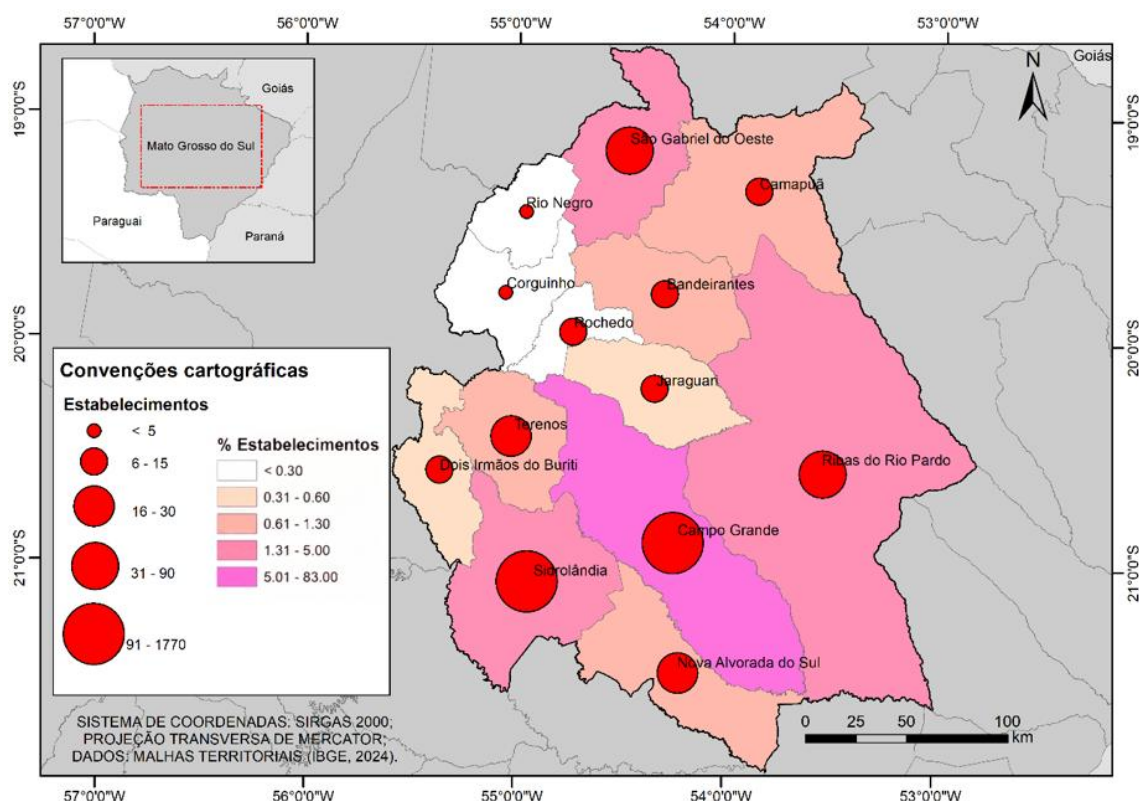
A seletividade espacial é marcada por fatores locacionais como infraestrutura de transportes e comunicação, políticas de incentivos fiscais e a estrutura fundiária, que orientam a territorialização do capital industrial sob a lógica do agronegócio (Elias, 2022; Silva, 2016). Nesse processo, Oliveira (2007) destaca que a industrialização da agricultura promove uma articulação cada vez mais estreita entre as atividades rurais e industriais, revertendo a separação histórica entre esses dois espaços. Como resultado, as formas produtivas tradicionais do campesinato perdem espaço, enquanto o território passa a ser reorganizado segundo novas bases técnicas e econômicas vinculadas à lógica industrial capitalista.

Para que se compreenda essa dinâmica econômica e industrial da RGI de Campo Grande, tomando como foco analítico as cidades pequenas do recorte espacial, torna imprescindível considerar as relações estabelecidas em múltiplas escalas (Sposito; Jurado da Silva, 2013). Isso implica examinar, entre outros aspectos, os processos de reprodução espacial do capital, os vínculos de trabalho e o perfil dos estabelecimentos industriais presentes na área

¹⁶ Governo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.epe.segov.ms.gov.br/ms-digital/>>. Acesso em 15 mar. 2026.

investigada. Assim, o Mapa 2 apresenta a distribuição do número de estabelecimentos industriais na RGI de Campo Grande em 2024.

Mapa 2 – Estabelecimentos industriais na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024.



Fonte: RAIS/MTE, 2024. Organização: Autor, 2025.

A análise do Mapa 2 evidencia uma forte concentração dos estabelecimentos industriais em Campo Grande, que em 2024 reunia 82,43% do total da RGI. Essa configuração não é recente, mas resulta de um processo histórico de estruturação da rede urbana sul-mato-grossense, no qual a capital consolidou-se como centro polarizador das atividades econômicas, administrativas e produtivas do estado, conforme destacou Le Bourlegat (2000).

A centralidade de Campo Grande foi consolidada a partir da articulação entre políticas estatais, investimentos em infraestrutura e da concentração de funções urbanas estratégicas, o que contribuiu para sua posição dominante na organização territorial e na atração de atividades industriais (Le Bourlegat, 2000). Segundo a autora, “a hierarquia urbana ocorre devido ao número de funções acumuladas e do porte e raridade do equipamento urbano para oferta de bens e serviços” (Le Bourlegat, 2000, p. 360).

As políticas de industrialização e os incentivos fiscais estaduais, associados à disponibilidade de infraestrutura, à proximidade com mercados consumidores e à presença de instituições de ensino e pesquisa, reforçam o papel da capital como principal polo industrial da RGI (Silva 2016).

Ademais, observa-se que São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Nova Alvorada do Sul, embora classificadas como cidades pequenas, apresentam número expressivo de estabelecimentos industriais. Essas localidades, juntamente com Campo Grande, concentram cerca de 96% dos estabelecimentos industriais da região, evidenciando que a industrialização se organiza de forma seletiva e hierarquizada, em estreita articulação com o centro polarizador da rede urbana.

Para compreender a dinâmica de crescimento no número de estabelecimentos na RGI, foi realizada consulta na base de dados da FIEMS (2025), onde foi possível observar um crescimento expressivo no número de estabelecimentos da Indústria da Transformação na RGI de Campo Grande, passando de 752 unidades em 2007 para 1.629 em 2024, o que evidencia um processo de reestruturação e especialização produtiva em cidades pequenas, conforme debatido no trabalho de Fresca (2010).

Entretanto, conforme alerta Lencioni (1998), a reestruturação não deve ser interpretada como a simples substituição de uma estrutura por outra. Para a autora, seria equivocado compreender a estrutura como algo estável até o momento de sua ruptura, quando então uma nova configuração se sobreporia à anterior. Ao contrário, a reestruturação deve ser entendida como um movimento contínuo, no qual as formas preexistentes não se dissolvem, mas se transformam e se subordinam às novas dinâmicas produtivas, reconfigurando simultaneamente a sociedade e o espaço (Lencioni, 1998).

À luz dessa interpretação, a consulta à base de dados da FIEMS (2025) evidencia a continuidade da lógica produtiva na RGI de Campo Grande, ainda que acompanhada pela incorporação de novas atividades associadas ao papel assumido por Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho. Em 2007, segundo a classificação da CNAE 2.0 (Grupo), as atividades com maior número de vínculos formais concentravam-se no “abate e fabricação de produtos de carne”, na “fabricação de biocombustíveis” e na “confeção de artigos do vestuário e acessórios”, padrão que, em linhas gerais, se manteve em 2024.

Entretanto, observa-se, no período mais recente, a atividade de “fabricação de celulose e outras pastas para a produção de papel”, impulsionada pela instalação da unidade da Suzano em Ribas do Rio Pardo. O Quadro 2 sistematiza as principais atividades industriais da RGI de Campo Grande, considerando a quantidade de vínculos formais registrados em 2024,

evidenciando tanto a centralidade de Campo Grande quanto o papel desempenhado por algumas cidades pequenas na absorção de mão de obra industrial.

Quadro 2 – Principais atividades industriais conforme vínculos empregatícios na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024

Municípios	Atividade industrial	Vínculos
Campo Grande	Abate de reses, exceto suínos	4.203
Sidrolândia	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	2.753
São Gabriel do Oeste	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	2.675
Nova Alvorada do Sul	Fabricação de álcool	1.607
Rochedo	Abate de reses, exceto suínos	989
Terenos	Abate de reses, exceto suínos	754
Ribas do Rio Pardo	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	678
Dois Irmãos do Buriti	Confecção de roupas íntimas	113
Jaraguari	Fabricação de produtos de carne	87
Bandeirantes	Fabricação de laticínios	80
Camapuã	Fabricação de laticínios	15
Corguinho	Fabricação de águas envasadas	14
Rio Negro	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	13

Fonte: Adaptado de MTE/RAIS, 2024.

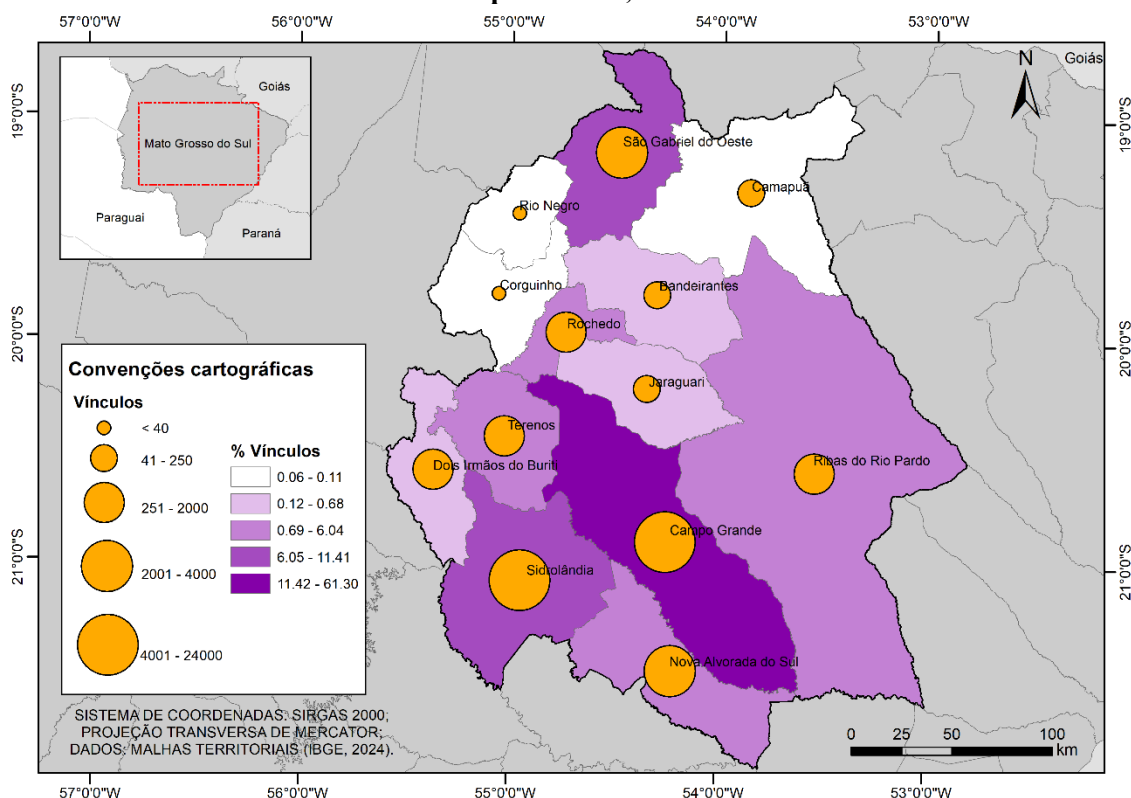
Elaborado pelo autor, 2025.

A leitura do Quadro 2 permite evidenciar que a estrutura industrial da RGI de Campo Grande é marcada por forte especialização produtiva e concentração setorial, sobretudo em atividades vinculadas ao agronegócio, como o abate de animais e a produção sucroenergética. Observa-se que os maiores volumes de vínculos formais se concentram em municípios como Campo Grande, Sidrolândia e São Gabriel do Oeste. No entanto, quando se analisa o caso de cidades pequenas que receberam grandes investimentos, como Ribas do Rio Pardo, percebe-se uma dissociação entre o volume de capital investido e a geração de empregos, já que a principal atividade (fabricação de celulose) apresenta apenas 678 vínculos formais.

Para compreender essa contradição, Endlich (2006) contribuiu ao demonstrar que investimentos volumosos em cidades pequenas não se traduzem, necessariamente, em geração proporcional de empregos. Isso ocorre porque tais recursos tendem a se concentrar em poucas empresas de grande porte, altamente capitalizadas, que demandam um número reduzido de trabalhadores. Assim, mesmo diante de cifras elevadas, a presença de um número pouco expressivo de postos de trabalho revela que não há, necessariamente, uma difusão efetiva dos benefícios econômicos no território.

Com o objetivo de complementar a análise setorial apresentada no Quadro 2, o Mapa 3 espacializa a distribuição dos vínculos empregatícios industriais na RGI de Campo Grande em 2024.

Mapa 3 –Vínculos empregatícios da indústria na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2024.



Fonte: RAIS/MTE, 2024. Organização: Autor, 2025.

A representação cartográfica permite visualizar as desigualdades territoriais na absorção da mão de obra industrial, evidenciando a concentração dos empregos nos municípios com maior inserção nas cadeias agroindustriais e reforçando o caráter seletivo da industrialização regional.

Em Nova Alvorada do Sul, por exemplo, município com 21.822 habitantes, destaca-se a expressiva presença do setor sucroenergético, cuja estrutura produtiva articula o uso intensivo de tecnologia para a produção de açúcar, etanol, energia e, mais recentemente, biometano¹⁷, com a intensificação dos investimentos do grupo Atvos¹⁸, por meio da unidade Santa Luzia. A

¹⁷ Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/ms-tera-a-maior-usina-de-biometano-do-mundo-a-partir-da-vinhaca-e-expandira-producao-de-etanol-de-milho/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

¹⁸ A Atvos, denominada Odebrecht Agroindustrial até 2017, foi impactada pelos desdobramentos judiciais envolvendo o grupo Odebrecht, o que levou a empresa a ingressar em processo de recuperação judicial em 2019.

empresa anunciou a instalação da maior usina de biometano do mundo a partir da vinhaça da cana-de-açúcar, com aporte de R\$ 350 milhões, além da construção de duas novas plantas para a produção de etanol de milho, uma delas também em Nova Alvorada do Sul, com investimento estimado em R\$ 1 bilhão de reais. A diversificação para o etanol de milho, até então ausente da estratégia da Atvos, sinaliza um reposicionamento empresarial que amplia a fronteira energética e produtiva da empresa no estado.

Esses investimentos não apenas consolidam Nova Alvorada do Sul como polo estratégico da bioenergia no Mato Grosso do Sul, como também integram o município a uma nova fase do capitalismo agroindustrial contemporâneo, marcada pela incorporação de narrativas de sustentabilidade e descarbonização. A usina de biometano, por exemplo, foi apresentada pelas autoridades estaduais como parte da estratégia para tornar o estado carbono neutro até 2030, demonstrando a relação entre política ambiental, incentivos fiscais e o capitalismo industrial.

Assim, o que se observa é a intensificação de um modelo de desenvolvimento que combina especialização produtiva e territorialização seletiva, conforme evidenciou Silva (2016), ao destacar que:

Essas corporações representam, no Sul do estado, uma especialização produtiva regional, em torno de Dourados, na qual até municípios sem expertise industrial, como Nova Alvorada do Sul, tornam-se estratégicos no domínio territorial da corporação. Por isso, argumenta-se aqui sobre o domínio geoeconômico das atividades industriais no Mato Grosso Sul, baseadas em recursos naturais, que alçam competitividade, sobretudo com financiamentos e incentivos fiscais (Silva, 2016, p. 196).

A expressiva atividade sucroenergética revelada em Nova Alvorada do Sul teve, inicialmente, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como principal financiador. Conforme foi verificado por Silva (2016), o banco público realizou, em 2008, investimentos na casa de R\$ 1 bilhão de reais no setor sucroenergético de algumas cidades de Mato Grosso do Sul. Desse montante, 35,2% foram destinados para Nova Alvorada do Sul, seguido de Dourados, com 31,5%; Angélica, com 14,1%; e Maracaju, 12,4%.

A Agro Energia Santa Luzia está em operação em Nova Alvorada do Sul desde 2009, e é uma das nove unidades do grupo Atvos. Em Mato Grosso do Sul, o grupo conta com três unidades: em Costa Rica, Rio Brilhante, e a Unidade Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul.

Em 2023, o fundo Mubadala Capital assumiu o controle societário da companhia, concluindo sua reestruturação financeira e marcando a saída da Novonor (ex-Odebrecht) do controle acionário.

O grupo Atvos é uma grande corporação que atua globalmente e se insere na cidade pequena, que oferece condições para a acumulação capitalista por meio de diversos tipos de fatores locais.

Com base nos dados do boletim sucroenergético da Famasul - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (2025), é possível reforçar a análise da inserção de Nova Alvorada do Sul no circuito global do setor energético. Segundo o boletim, o município concentra 12% da área total plantada com cana-de-açúcar no estado, posicionando-se como o principal polo produtor da matéria-prima fundamental à essa cadeia de produção. Essa especialização produtiva se baseia não apenas em fatores locais estratégicos, como infraestrutura, logística e disponibilidade de terra, mas, sobretudo, em um modelo de desenvolvimento subordinado à lógica do agronegócio corporativo, conforme analisou Silva (2016).

Em termos de comércio exterior, o setor sucroenergético de Mato Grosso do Sul exportou US\$ 139,8 milhões nos quatro primeiros meses de 2025, com 92,92% desse valor proveniente da venda de açúcar bruto. Os principais destinos dessas exportações incluem Indonésia, Bangladesh, Malásia, Índia, Argélia e China (Famasul, 2025).

Outra cidade pequena do recorte é São Gabriel do Oeste, que assim como muitos municípios sul-mato-grossenses, tem seu surgimento diretamente ligado à criação de gado. De acordo com IBGE (2025), é possível afirmar que por volta de 1885 a área do atual município começou ser ocupada por criadores de gado vindos de Minas Gerais. Durante o século XX, além da criação de gado, diferentes atividades foram desenvolvidas no município, com destaques para o plantio de café, que durou de 1971 a 1975, e empresas madeireiras, como a Maffissoni e Sorgatto S/A, vinda do Paraná em 1973. Esta última, cujo proprietário era Baldúino Maffissoni, foi responsável pela vinda de diversos empresários do Sul do país, que viam na região de São Gabriel do Oeste oportunidade para desenvolverem suas atividades.

Ademais, a relação de Mato Grosso do Sul com atividades econômicas ligadas ao campo, também pôde ser vista também em São Gabriel do Oeste, que possui atividade industrial ligada à suinocultura: a Cooperativa Central Aurora Alimentos é a maior indústria do município, com o abate de aproximadamente 5 mil suínos por dia.

A planta industrial da Aurora começou a operar em 1996 em São Gabriel do Oeste, e é considerada uma das mais modernas do Brasil. De acordo com informações coletadas no *site* da prefeitura municipal de São Gabriel do Oeste (2025), a Aurora produz, por dia, 130 toneladas de presunto e apresuntado; 70 toneladas de linguiça fresca; 73 toneladas de hambúrguer; e 30 toneladas de linguiça calabresa e bacon. A Aurora é uma empresa catarinense, e se insere na

dinâmica de incentivos fiscais da política de industrialização promovida pelo governo sul-mato-grossense ao longo dos anos, assim como apontou Silva (2016), ao classificar quais estados possuíam mais indústrias beneficiadas pelos incentivos em 2014:

Santa Catarina aparece em segundo lugar, após São Paulo, com indústrias de alimentos, fabricação de fios de algodão, indústrias têxteis e indústrias de fécula de mandioca. As indústrias catarinenses estão presentes nos municípios de Glória, Dourados, Nova Andradina (ambos no sul do estado) e São Gabriel do Oeste, na região central (Silva, 2016, p. 129).

Acerca dessa realidade, percebe-se que a localização das cidades em que essas indústrias se instalam, dizem respeito não só as políticas industriais, mas também as políticas territoriais, conforme debateu Silva (2016).

Diante disso, o avanço técnico propiciou a especialização e fragmentação territorial, e “cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção.” (Santos; Silveira, 2001, p. 105). O recorte temporal da afirmação dos autores supracitados vai de 1970 a 1994. Dentro desse período, Santos e Silveira (2001) concluíram que a Região Centro-Oeste, conhecida por ser uma fronteira agrícola, se transforma agora, também, em uma fronteira industrial fora das regiões Sul e Sudeste, tendo instaladas em seu território algumas poderosas indústrias.

Esse é o caso da planta industrial da Aurora que, desde a sua instalação, o que se viu foi uma sucessão de investimentos e incentivos fiscais que contribuíram para que, na atualidade, a planta de São Gabriel do Oeste seja a que tem a maior produção de presunto do Brasil. A política de incentivos fiscais tem sido decisiva para a expansão da planta, que atualmente emprega mais de 2.300 trabalhadores e deverá gerar mais de 800 novos postos de trabalho com a ampliação prevista até 2026, subsidiada pelo governo do MS¹⁹.

Outro aspecto de destaque da atuação da Aurora é sua expressiva inserção no mercado internacional. A cooperativa ampliou consideravelmente seu volume exportado ao longo da última década, alcançando, em 2024, o recorde de aproximadamente 723 mil toneladas, de acordo com dados coletados no *site* da empresa. Os principais mercados são os Estados Unidos, Japão e Canadá.

Os incentivos fiscais e territoriais podem gerar ou acentuar desigualdades existentes entre as cidades pequenas de uma mesma região. Nesse contexto, autores como Silva (2016) e

¹⁹ “Fomento do Governo à suinocultura em MS viabiliza investimento de R\$ 400 milhões para ampliar indústria” (Mato Grosso do Sul, 2025). Disponível em: <<https://www.ms.gov.br/noticias/fomento-do-governo-a-suinocultura-em-ms-viabiliza-investimento-de-r-400-milhoes-para-ampliar-industria>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Santos e Silveira (2001), debatem como esses incentivos territoriais influenciam significativamente a localização das indústrias, beneficiando um segmento empresarial em detrimento de toda população inserida em determinado recorte espacial. Sendo assim, o território das cidades pequenas, no contexto da globalização, é “[...]organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores” (Santos; Silveira, 2001, p. 258).

Além da atividade industrial ligada à suinocultura observada em São Gabriel do Oeste, outras cidades pequenas do recorte possuem a atividade industrial frigorífica como a mais relevante. São os casos de Sidrolândia e Terenos, que possuem indústrias frigoríficas de bovinos.

Conforme debatido anteriormente, a inserção da indústria frigorífica em Mato Grosso esteve, até meados da década de 1950, condicionada a um mercado consumidor restrito, concentrado sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que relegava o estado a uma posição subordinada na cadeia produtiva, atuando como fornecedor de gado magro destinado à engorda no interior paulista e ao abate por frigoríficos, majoritariamente de capital estrangeiro (Mamigonian, 1976).

O cenário de domínio estrangeiro começou a se modificar a partir de 1950, no contexto de condições políticas favoráveis aos estabelecimentos nacionais. Acerca dessa realidade, Mamigonian, observou que:

[...] somente em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, foram tomadas várias medidas (empréstimos bancários, isenções de taxas, etc.) apoiando a implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil-central. Este estímulo foi respondido prontamente pelos invernistas de São Paulo e Mato Grosso, que passaram a montar, na década de 1950, vários frigoríficos nas suas áreas de engorda [...] (Mamigonian, 1976, p. 12).

A materialização desse processo histórico pode ser observada em Terenos, por meio da atuação do Frigorífico Frizelo²⁰, instalado no município desde 1992. A unidade emprega mais de 700 trabalhadores, concentrando a maior parte dos vínculos formais do setor industrial local. Esse dado é corroborado pelas estatísticas da FIEMS, que apontam a existência de 754 vínculos no segmento de abate e fabricação de produtos de carne.

²⁰ O proprietário do Frigorífico Frizelo é José Carlos Lopes, condenado pela Justiça Federal em 2023 por crimes de sonegação fiscal e previdenciária, envolvendo valores superiores a R\$ 113 milhões. Disponível em: <<https://midiamax.com.br/politica/transparencia/2023/zeca-lopes-e-condenado-a-7-anos-e-pagamento-de-multa-por-sonegar-r-113-milhoes/>>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Segundo dados do IBGE (2022), Terenos configura-se como uma cidade pequena, localizada a aproximadamente 31 km de Campo Grande, com população estimada em 17.638 habitantes. No recorte espacial desta pesquisa, o município apresenta características singulares, especialmente em função de sua proximidade com a capital estadual e da expressiva presença de assentamentos de reforma agrária, aspecto que se reflete na composição de sua estrutura fundiária. Essa particularidade pode ser observada na Tabela 4, que apresenta o número de estabelecimentos rurais com até 10 hectares nos municípios que integram a RGI de Campo Grande.

Tabela 4 - Estabelecimentos rurais de até 10 hectares na Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, 2017

Municípios	0 a 10 hectares
Sidrolândia	1.405
Terenos	1.266
Campo Grande	743
Jaraguari	606
Nova Alvorada do Sul	258
Dois Irmãos do Buriti	184
Ribas do Rio Pardo	180
Rochedo	166
Bandeirantes	112
Rio Negro	91
Camapuã	82
São Gabriel do Oeste	49
Corguinho	38

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017. Elaborado pelo autor, 2025.

A tabela 4 evidencia a quantidade relevante de pequenos estabelecimentos rurais em Terenos, o que influencia a configuração do urbano e nas relações socioeconômicas de uma cidade pequena. Fernandes (2012) debateu sobre isso, ao discorrer sobre territorialização, desterritorialização e reterritorialização ocasionada por movimentos geográficos formados em determinado território, como:

[...] empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais [...] (Fernandes, 2012, p. 29).

O que foi argumentado de Fernandes (2012) contribui para a compreensão da dinâmica recente de Terenos, na medida em que evidencia a mobilidade do capital e sua capacidade de

redefinir usos do território conforme as conjunturas políticas e econômicas. Embora o município apresente limitações estruturais, como a reduzida extensão territorial e a estrutura fundiária, sua proximidade com Campo Grande, principal mercado consumidor regional, o insere de forma funcional nos eixos de desenvolvimento.

Esses fatores locacionais têm ampliado a atratividade do município para atividades industriais menos dependentes de grandes extensões de terra, como exemplifica a recente decisão de instalação da primeira indústria farmacêutica²¹ de Mato Grosso do Sul em Terenos. O empreendimento, com investimento previsto de R\$ 45 milhões e geração inicial de cerca de 120 empregos, evidencia como a localização estratégica, a acessibilidade e a articulação com a capital estadual podem redefinir seletivamente o papel produtivo das cidades pequenas, mesmo em contextos marcados pela predominância do agronegócio.

As análises do espaço geográfico e da inserção industrial são complexas e nunca devem ser generalizadas, uma vez que há especificidades, como no caso de Sidrolândia, cidade pequena que fica a 71 km de Campo Grande, que abriga uma população de 47.118 habitantes (IBGE, 2022). O município, assim como Terenos, tem em sua estrutura fundiária um grande número de propriedades de 0 a 10 hectares, se conformando como o município da RGI que mais possui pequenas propriedades. É importante destacar que o grande número de pequenas propriedades não significa que não haja desigualdades no espaço rural desses centros, uma vez que em dimensões territoriais os latifúndios são majoritários.

Em Sidrolândia, assim como observado em Terenos, a maior concentração de vínculos formais da indústria está associada ao abate e à fabricação de produtos de carne, totalizando 3.128 empregos, conforme dados da FIEMS (2024). Essa especialização produtiva revela a centralidade do setor frigorífico na economia local. Contudo, observa-se também um incremento relevante dos vínculos na fabricação de biocombustíveis, que somam 494 postos de trabalho, refletindo a recente reestruturação produtiva associada à expansão do setor sucroenergético e, sobretudo, à instalação e ampliação das operações da Inpasa²² no município. Esses movimentos recentes se articulam a processos já identificados por Silva (2016), que

²¹ A indústria farmacêutica IFA Ltda., de origem boliviana, anunciou a implantação de sua primeira unidade em Mato Grosso do Sul no município de Terenos, com inauguração prevista para 2026 (Mato Grosso do Sul, 2025). Disponível em: < <https://www.ms.gov.br/noticias/primeira-industria-farmaceutica-de-ms-deve-ser-inaugurada-no-primeiro-semester-de-2026> >. Acesso em: 15 dez. 2025.

²² Obra de indústria de etanol de cereais gera 600 empregos em Sidrolândia (Mato Grosso do Sul, 2025). Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/obra-de-industria-de-etanol-de-cereais-gera-600-empregos-em-sidrolandia/> >. Acesso em: 16 dez. 2025.

apontou a atuação do BNDES e a concessão de incentivos fiscais como fatores relevantes para a inserção do município nas cadeias internacionais de commodities.

Tal inserção somente se viabiliza no contexto do meio técnico-científico-informacional, no qual a articulação entre ciência, técnica e informação, mediada por sistemas avançados de comunicação e informática, permite a aceleração dos fluxos produtivos, financeiros e informacionais (Santos, 1999).

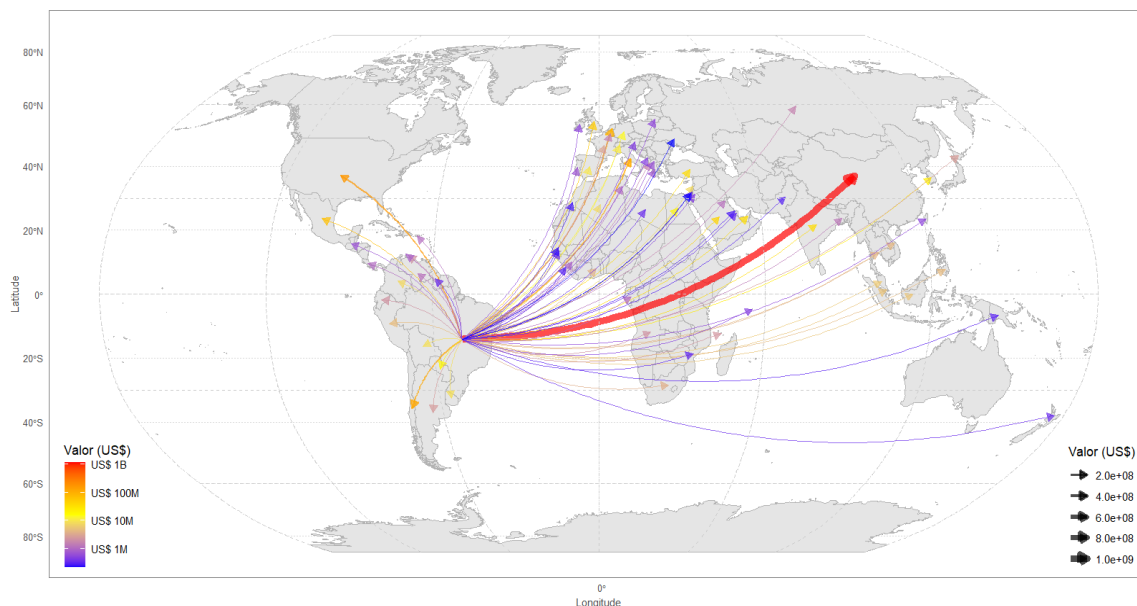
Nesse sentido, a globalização não se manifesta apenas como um fenômeno econômico, mas como um processo mais amplo, capaz de redefinir o papel das cidades pequenas, que passam a desempenhar funções estratégicas nas redes produtivas globais, conforme afirmou Damiani (2006, p. 136):

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade.

Diante disso, a inserção das cidades pequenas no processo de globalização não deve ser compreendida como um movimento autônomo ou de equiparação funcional em relação aos grandes centros urbanos, mas como uma integração seletiva e funcional às dinâmicas do capital global. Pode-se afirmar que “os vetores de alteração das relações do tipo hierárquicas têm sido determinados pelos interesses de uma economia internacional, que se articula a partir de sistemas de comunicação e informatização cada vez mais velozes” (Sposito, 2010, p. 54).

À luz dessas interpretações, o Mapa 4 permite visualizar, de forma mais ampla, a espacialidade do capital a partir da RGI de Campo Grande, ao representar os fluxos de exportação da indústria de transformação em 2025.

Mapa 4 - Fluxos de exportação da Indústria de Transformação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025.



Fonte: FIEMS, 2025.

Organização: Autor, 2025.

O Mapa 4, elaborado a partir dos dados da FIEMS (2025), revela a intensidade, a direção e a concentração dos fluxos de exportação da indústria de transformação na RGI de Campo Grande em 2025, permitindo compreender como o capital se organiza espacialmente e articula as cidades pequenas do recorte territorial a mercados externos de maneira seletiva e funcional. No período analisado, as exportações da RGI totalizaram aproximadamente US\$ 2,11 bilhões, com um volume físico de cerca de 2,82 milhões de toneladas.

Do ponto de vista dos destinos, observa-se que os fluxos de maior magnitude se dirigem predominantemente à Ásia, com destaque para a China, principal mercado comprador, seguida por países da América do Norte e da Europa. Essa orientação espacial confirma a centralidade das economias asiáticas e dos países do Norte Global na absorção da produção industrial regional, sobretudo de bens vinculados às cadeias globais de commodities agroindustriais, como a celulose e as carnes (bovina, suína e de frango). Essa configuração evidencia o papel das exportações como principal mecanismo de inserção econômica da RGI de Campo Grande. Como destacou Lamoso (2011, p. 34), “o comércio exterior é a via mais visível da relação entre a economia brasileira e os demais países. As estruturas técnicas e produtivas envolvidas na atividade exportadora materializam no espaço regional a face da relação externa da economia nacional”.

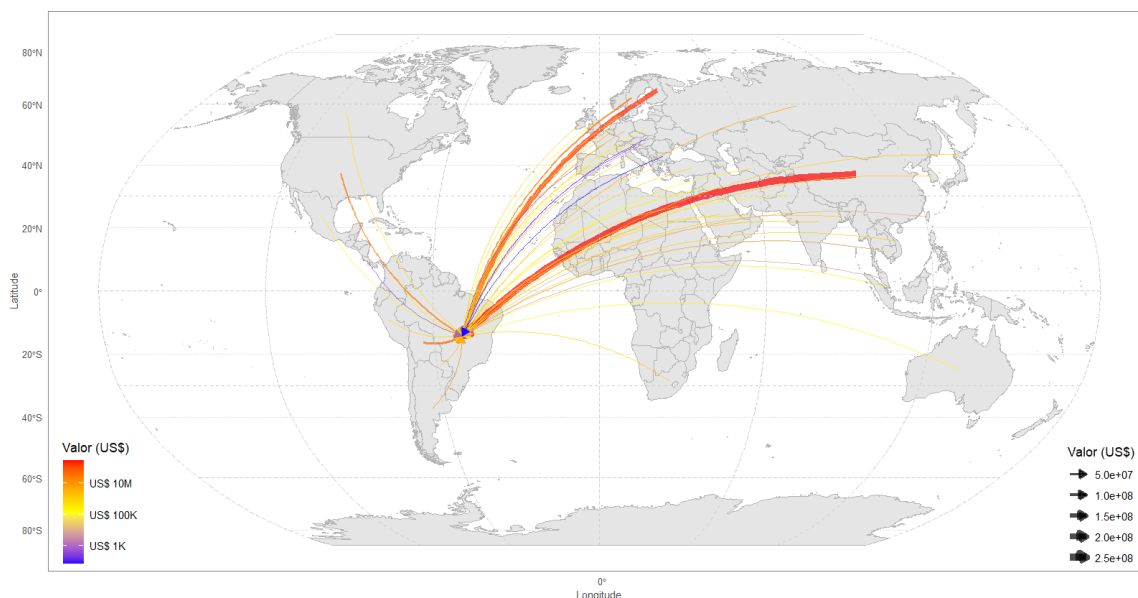
No plano intrarregional, dados da FIEMS (2025) explicitam uma forte concentração dos fluxos em poucos municípios. Destacam-se Ribas do Rio Pardo, responsável por cerca de US\$

1,13 bilhão, o que corresponde a mais da metade do valor exportado pela RGI, além de concentrar a maior parte do volume físico exportado. Na sequência, Campo Grande apresenta aproximadamente US\$ 644 milhões, assumindo a segunda posição. Complementam a lista municípios como Rochedo (US\$ 181,97 milhões), Sidrolândia (US\$ 105,16 milhões), São Gabriel do Oeste (US\$ 43,62 milhões), Terenos (US\$ 3,36 milhões), Nova Alvorada do Sul (US\$ 517,38 mil), Jaraguari (US\$ 216,12 mil) e Camapuã (US\$ 107,06 mil), evidenciando uma significativa desigualdade na distribuição dos valores exportados entre os municípios da RGI.

Essa concentração é ainda mais marcante quando se observa a composição das exportações. Em Ribas do Rio Pardo, cerca de 95,5% do valor exportado (aproximadamente US\$ 1,08 bilhão) é referente a um único produto: a celulose. Em contraste, a pauta exportadora dos demais municípios é majoritariamente composta pela atividade frigorífica, uma característica econômica mais disseminada na região. No entanto, mesmo somadas, as exportações de todos esses municípios não alcançam o montante gerado apenas pela celulose em Ribas do Rio Pardo. Essa disparidade evidencia o impacto da presença da indústria Suzano no município, redefinindo completamente sua participação no cenário exportador regional. Para se ter uma ideia comparativa da magnitude dessa mudança, dados da FIEMS (2025) mostram que, em 2019, a exportação do município foi de apenas US\$ 97,155 mil.

Se, por um lado, a análise das exportações revela a forte especialização produtiva e a centralidade da celulose em Ribas do Rio Pardo, por outro, a compreensão da dinâmica econômica regional exige também o exame dos fluxos de importação. Assim, o Mapa 5 permite visualizar a configuração espacial dessas importações na RGI de Campo Grande em 2025, evidenciando os circuitos que sustentam e complementam a estrutura produtiva voltada ao mercado externo.

Mapa 5 - Fluxos de importação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025.



Fonte: FIEMS, 2025.

Organização: Autor, 2025.

A análise do Mapa 5, que representa os fluxos de importação na RGI de Campo Grande, juntamente com os dados da FIEMS (2025), evidenciam uma forte dependência externa de bens de capital oriundos da China, Finlândia, Suécia, Alemanha e França; e insumos da Bolívia, Estados Unidos, Argentina e Rússia. Em 2025, o valor total importado pela RGI alcançou aproximadamente US\$ 618,7 milhões, o que reforça o papel estratégico das importações no suporte às dinâmicas produtivas regionais.

Esse padrão de inserção externa, entretanto, manifesta-se de forma profundamente desigual no território, com elevada concentração das importações em poucos municípios. Ribas do Rio Pardo destaca-se de maneira expressiva, respondendo por cerca de US\$ 342,7 milhões, o equivalente a aproximadamente 55,3% do valor total importado pela RGI. Na sequência, Campo Grande concentra cerca de US\$ 266,2 milhões, reforçando seu papel como principal polo logístico e industrial da região. Os demais municípios apresentam participações bastante reduzidas, como São Gabriel do Oeste (US\$ 9,0 milhões), Sidrolândia (US\$ 451,7 mil), Terenos (US\$ 107,1 mil), Jaraguari (US\$ 90,0 mil), Bandeirantes (US\$ 40,1 mil), Corguinho (US\$ 21,0 mil) e Nova Alvorada do Sul (US\$ 19,3 mil), o que evidencia a forte seletividade espacial das importações.

O protagonismo de Ribas do Rio Pardo está diretamente associado à instalação e à operação da Suzano, cuja cadeia produtiva demanda equipamentos de elevado grau de incorporação tecnológica e limitada oferta no mercado interno. Destacam-se, nesse contexto, as importações de caldeiras de vapor, semicondutores e maquinário específico para a produção

de celulose, oriundos, respectivamente, da Finlândia, China e Suécia, de acordo com dados da FIEMS (2025).

Dessa forma, as importações observadas não apenas atendem às necessidades imediatas da produção industrial regional, mas também revelam a permanência de um modelo de desenvolvimento dependente, no qual a ampliação da capacidade produtiva permanece condicionada à aquisição externa de máquinas, equipamentos e insumos, majoritariamente controlados por economias centrais do Norte Global. Tal dinâmica reforça uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

O debate realizado até o momento evidencia, sobretudo, dinâmicas associadas ao crescimento econômico, expressas pela ampliação da produção industrial, pelo aumento do número de estabelecimentos e pela geração de empregos em determinados municípios da RGI. No entanto, tais indicadores, embora relevantes, pouco permitem afirmar sobre a efetiva promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se necessário avançar para uma análise conceitual mais aprofundada sobre o desenvolvimento, buscando compreender seus significados, limites e diferentes interpretações teóricas.

3.1 Teorias do desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento passou a ocupar posição de destaque nos debates acadêmicos e políticos sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em um contexto marcado pela reorganização do capitalismo no pós a Segunda Guerra Mundial e pela consolidação de uma ordem econômica internacional profundamente desigual. Até então, predominava uma leitura restrita que equiparava desenvolvimento a crescimento econômico, medido principalmente pelo aumento da produção e da renda, desconsiderando as implicações sociais, espaciais, históricas e territoriais desse processo. Essa concepção reducionista contribuiu para a legitimação das desigualdades regionais, especialmente em países periféricos, ao tratar a concentração da riqueza e da atividade produtiva como resultado “natural” do progresso econômico (Dallabrida, 2017).

Nesse sentido, Furtado (1974) demonstra que o modelo de desenvolvimento observado nos países centrais é resultado de condições históricas específicas e não um estágio universal a ser reproduzido pelas economias periféricas. Para o autor, o subdesenvolvimento não corresponde a uma fase anterior do desenvolvimento, mas constitui uma condição estrutural produzida pela expansão desigual do capitalismo em escala mundial. Assim, o crescimento econômico nos países periféricos tende a ocorrer de forma dependente, reforçando padrões

produtivos voltados à exportação de bens primários, a concentração de renda e a reprodução de desigualdades sociais e regionais.

O autor denomina de “mito do desenvolvimento econômico” o modelo ideológico adotado como referência pelas economias periféricas, ao sustentar a crença de que a simples imitação dos padrões produtivos e de consumo dos países centrais conduziria, de forma automática, ao desenvolvimento. Nesse contexto, o autor afirmou que:

[...] os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhes proporciona conforto, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva (Furtado, 1974, p. 15).

Ao empregar o termo “mito”, o autor não se refere a mentiras ou ilusões ingênuas, mas a construções teóricas e ideológicas que organizam o modo como a realidade social, econômica e territorial é apreendida pelos pesquisadores e pelas políticas públicas. Esses mitos atuam como pressupostos estruturantes do pensamento, raramente colocados em questão, mas profundamente influentes na definição de diagnósticos, interpretações e estratégias de planejamento. Funcionam de forma seletiva, destacando determinados fenômenos enquanto ocultam outros, contribuindo para a naturalização das desigualdades espaciais e para a legitimação de projetos de desenvolvimento que reproduzem relações de dependência e subordinação territorial.

Nesse contexto, os pesquisadores e formuladores de políticas tendem a privilegiar indicadores como o crescimento do PIB, a atração de grandes indústrias, a expansão da infraestrutura, a geração de empregos formais e a inserção no mercado internacional como sinais inequívocos de desenvolvimento. Tal leitura, ao reduzir o desenvolvimento a variáveis predominantemente econômicas, desconsidera a forma como esses processos se materializam de maneira desigual no território, o que torna indispensável ampliar o debate para além do econômico e incorporar a dimensão espacial da dinâmica produtiva, uma vez que “espaço, tempo e economia configuram-se como tríade para a discussão da sociedade e para as diferentes formas de apropriação do território” (Jurado da Silva, 2020, p. 12).

Dessa forma, esse enfoque, amplamente reproduzido nos discursos institucionais, acaba por ocultar aspectos estruturais fundamentais, como a persistência da dependência produtiva baseada em commodities, a concentração da renda e do excedente fora do território, os impactos socioambientais, a precarização urbana, a exclusão de pequenos produtores, a ausência de

encadeamentos produtivos e autonomia tecnológica, contribuindo para a reprodução histórica das mesmas funções territoriais sob uma aparência de modernização.

É a partir dessa crítica aos limites dos modelos dominantes de desenvolvimento que Santos (2013) corrobora com a análise ao ressaltar que as teorias do desenvolvimento, embora concebidas como respostas às desigualdades em diferentes escalas, em grande medida foram formuladas a partir de referenciais externos às realidades dos países onde passaram a ser aplicadas. A adoção acrítica desses modelos, associada a um planejamento abstrato e universalizante, contribuiu para que, mesmo após décadas de debate, as desigualdades persistissem e se aprofundassem, evidenciando os limites de abordagens descoladas das especificidades territoriais. Essa crítica ao caráter abstrato e exógeno do planejamento conduz diretamente à necessidade de compreender como o desenvolvimento se materializa no espaço.

É nesse ponto que Santos (1999) demonstra que o espaço geográfico é produzido pela sobreposição de tempos e técnicas distintas, evidenciando que as transformações contemporâneas não promovem rupturas estruturais, mas reconfiguram heranças históricas sob novas racionalidades produtivas. No contexto do meio técnico-científico-informacional e da divisão territorial do trabalho, a incorporação de novas técnicas e infraestruturas gera descontinuidades nos usos do território, ao mesmo tempo em que preserva continuidades estruturais. Assim, o espaço passa a expressar simultaneamente a permanência de funções históricas e a imposição de novas lógicas de produção e circulação, revelando as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo.

Outro aspecto central debatido por Furtado (1974) refere-se aos limites materiais e ambientais do próprio sistema capitalista. Ao questionar a universalização do modelo de desenvolvimento dos países centrais, o autor evidencia que tal padrão pressupõe níveis de consumo de recursos naturais que não podem ser generalizados em escala planetária:

[...] se tal acontecesse a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado, 1974, p. 19).

As análises de Furtado (1974) mostram-se ainda mais atuais no contexto da crise climática e ambiental atual. Dados da Organização das Nações Unidas²³ (ONU), divulgados em 2024, revelam que os países ricos consomem seis vezes mais recursos naturais e geram

²³ Países ricos usam seis vezes mais recursos naturais do que países de baixa renda, aponta relatório do PNUMA. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/262067-pa%C3%ADses-ricos-usam-seis-vezes-mais-recursos-naturais-do-que-pa%C3%ADses-de-baixa-renda-aponta>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

impactos climáticos desproporcionais em relação aos países pobres, o que demonstra a inviabilidade de universalizar o padrão de produção e consumo dos países centrais. A expansão contínua da extração de recursos, associada ao aquecimento global, evidencia que o modelo de desenvolvimento dominante aprofunda desigualdades e pressiona os limites ecológicos do planeta.

Ademais, como pensar desenvolvimento a partir das concepções de Furtado? Em Furtado (1978), o autor concebe o desenvolvimento como um processo histórico de transformação social, fundamentado na capacidade de uma sociedade formular projetos próprios, apropriar-se da tecnologia, orientar a produção segundo interesses coletivos e promover mudanças em suas estruturas sociais, de modo que desenvolvimento passa a envolver, de forma indissociável, criatividade, cultura, organização social e poder político.

Corroborando com essa concepção, Rangel (1959) formula o conceito de Economia do Projeto, segundo o qual o desenvolvimento requer a coordenação do Estado por meio do planejamento e da definição de projetos estratégicos de longo prazo. O autor sustenta que a complexidade das economias periféricas e a coexistência de setores modernos e arcaicos tornam insuficiente a regulação espontânea do mercado. O projeto articula políticas keynesianas e economia planificada.

Essa leitura é retomada e atualizada por Jabbour e Dantas (2021) ao formularem o conceito de Nova Economia do Projeto, que busca interpretar as transformações contemporâneas do capitalismo, especialmente a experiência chinesa:

Trata de uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio a, e a partir, *de novos paradigmas produtivos e tecnológicos* e das *novas e superiores formas de planificação* que estão sendo gestadas e executadas em larga escala na China (Jabbour; Dantas, 2021, p. 290).

Na China, capacidade de coordenação, regulação e indução do investimento foi significativamente ampliada, sobretudo por meio do controle do sistema financeiro, da socialização do investimento e da execução de grandes projetos de infraestrutura. Esse arranjo permite ao Estado atuar como agente central da dinâmica econômica, orientando a inovação tecnológica, o setor produtivo e o uso do território, ao mesmo tempo em que enfrenta contradições inerentes ao próprio processo de acumulação (Jabbour; Dantas, 2021).

Nesse sentido, a Nova Economia do Projeto atualiza a formulação de Rangel (1959) ao evidenciar que o desenvolvimento depende menos da liberalização dos mercados e mais da capacidade política, institucional e técnica do Estado de formular, coordenar e executar

projetos. Não se trata da negação do mercado, mas de sua subordinação a objetivos estratégicos definidos pelo planejamento estatal, orientando a dinâmica econômica segundo prioridades sociais, produtivas e territoriais de longo prazo.

Essa perspectiva contrasta diretamente com a orientação predominante das políticas adotadas no Brasil ao final do século XX, quando, conforme observou Dallabrida (2017), a ideologia desenvolvimentista de viés neoliberal se consolidou, materializando-se, sobretudo, no intenso programa de privatizações da década de 1990 e na redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

Dessa forma, o debate teórico apresentado indica que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo histórico, social e político, cuja dinâmica não se restringe a indicadores econômicos. Ao destacar a relevância da divisão territorial do trabalho e das estratégias institucionais na conformação dos territórios, este item buscou contribuir para a problematização do próprio conceito de desenvolvimento, evidenciando que o crescimento econômico tende a se materializar de forma seletiva e desigual no espaço. A partir desse referencial analítico, torna-se possível examinar, no próximo item, como tais dinâmicas se expressam concretamente na RGI de Campo Grande, considerando suas especificidades produtivas, territoriais e institucionais.

3.2 Desenvolvimento: uma leitura da Região Geográfica Imediata de Campo Grande

O desenvolvimento regional constitui um tema complexo no âmbito da Geografia, uma vez que envolve a articulação entre dimensões econômicas, sociais e políticas, bem como suas formas de materialização no espaço. No Mato Grosso do Sul, um dos principais instrumentos de planejamento são os Planos Plurianuais (PPA). Sob o governo de Eduardo Riedel, o Plano Plurianual vigente corresponde ao período de 2024 a 2027, cujo objetivo é “ser um Estado inclusivo, próspero, verde e digital” (PPA-MS, 2024/2027). Paz e Lamberti (2022), de forma sintetizada, explicam o que são os Planos Plurianuais:

O Brasil utiliza os Planos Plurianuais nas esferas federal, estadual e municipal como instrumento legal para o planejamento, a organização e a viabilização da ação pública. O Plano Plurianual (PPA) está previsto no artigo 165 da Constituição Federal e foi regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998. Constitui-se em um plano de médio prazo que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas a serem perseguidos pela gestão pública ao longo de um período de quatro anos. É aprovado por lei, está sujeito a prazos, requer a participação popular e ritos diferenciados de tramitação (Paz; Lamberti, 2022, p. 75).

Estruturado em quatro grandes eixos temáticos, plano contempla 28 programas finalísticos voltados à ampliação da competitividade econômica, modernização da gestão pública, fortalecimento das cadeias produtivas, expansão da infraestrutura logística, incentivo à ciência, tecnologia e inovação, além de ações direcionadas à educação, saúde, habitação, inclusão social e sustentabilidade ambiental (PPA–MS, 2024/2027).

Acerca dessa realidade, torna-se necessário problematizar em que medida tais objetivos se materializam de forma efetiva no território, especialmente no recorte da pesquisa. A análise dos indicadores econômicos e socioeconômicos permite compreender as contradições existentes entre crescimento econômico e desenvolvimento regional.

Considerando esse cenário de transformações nas políticas de desenvolvimento e as críticas aos enfoques estritamente economicistas, a utilização de indicadores econômicos, embora insuficiente para apreender a totalidade do fenômeno do desenvolvimento, constitui um ponto de partida analítico relevante. O Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* dos municípios que compõem a RGI de Campo Grande permitem delinear um panorama inicial da dinâmica econômica regional, possibilitando identificar padrões de crescimento, concentração e desigualdades territoriais, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, 2021 - 2023.

Municípios	2021 - PIB R\$ (x1000)	2023 - PIB R\$ (x1000)	2021 - PIB <i>per capita</i> (R\$)	2023 – PIB <i>per capita</i> (R\$)
Bandeirantes	759.093,887	1.001.346,231	104.256,82	126.114,13
Camapuã	637.046,127	872.276,48	46.584,73	64.218,25
Campo Grande	34.731.151,045	42.269.767,537	37.916,06	47.065,77
Corguinho	150.317,683	172.551,44	24.410,15	36.075,99
Dois Irmãos do Buriti	332.159,486	456.776,952	28.765,87	41.151,08
Jaraguari	378.029,455	717.700,528	51.488,62	100.532,36
Nova Alvorada do Sul	1.963.622,063	2.592.615,07	85.497,54	118.807,4
Ribas do Rio Pardo	1.895.304,143	3.353.286,399	74.883,61	144.850,38
Rio Negro	134.316,908	170.385,672	28.229,70	35.196,38
Rochedo	280.437,661	352.336,836	54.772,98	67.770,12
São Gabriel do Oeste	2.231.787,822	2.883.850,034	80.686,47	97.496,54
Sidrolândia	3.207.170,146	4.102.346,427	52.756,45	87.065,38
Terenos	761.171,477	1.348.544,08	33.500,79	76.396,11

Fonte: IBGE, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

A análise dos dados de PIB e PIB *per capita* da RGI de Campo Grande, entre 2021 e 2023, evidencia não apenas desigualdades regionais, mas também a intensificação de um

processo de reestruturação econômica marcado por ritmos distintos de crescimento e pela crescente especialização produtiva de determinadas cidades pequenas. Embora Campo Grande permaneça como principal polo econômico regional, concentrando o maior PIB absoluto, seu PIB *per capita* apresenta valores relativamente inferiores aos de diversas cidades pequenas, passando de R\$ 37.916,06, em 2021, para R\$ 47.065,77, em 2023. Esse resultado está diretamente relacionado ao peso demográfico da capital no cálculo do indicador. Ainda assim, o valor permanece abaixo da média nacional do PIB *per capita* em 2023, que foi de R\$ 50.193,72, segundo o IBGE.

Em contrapartida, cidades pequenas inseridas de forma intensa na dinâmica do agronegócio e das cadeias agroindustriais passaram a registrar alguns dos maiores PIBs *per capita* da região e do país. Bandeirantes alcançou R\$ 126.114,13, ocupando a 155ª posição nacional; Nova Alvorada do Sul atingiu R\$ 118.807,40, na 175ª colocação; enquanto São Gabriel do Oeste registrou R\$ 97.496,54, ocupando a 279ª posição no ranking brasileiro.

Destaca-se, entretanto, o caso de Ribas do Rio Pardo, que apresenta uma das transformações econômicas mais expressivas da região no período analisado. Seu PIB salta de R\$ 1,89 bilhão, em 2021, para R\$ 3,35 bilhões em 2023, enquanto o PIB *per capita* praticamente dobra, passando de R\$ 74.883,61 para R\$ 144.850,38, colocando o município na 118ª posição nacional. O valor supera inclusive o PIB *per capita* de São Caetano do Sul – SP (R\$ 136.147,10), município reconhecido por possuir um dos mais elevados níveis de desenvolvimento humano do país e o maior IDHM do Brasil.

Essa comparação evidencia a necessidade de uma leitura crítica dos indicadores econômicos. Os elevados PIB e PIB *per capita* podem não significar, necessariamente, melhoria generalizada das condições de vida ou distribuição equilibrada da riqueza. Assim, parte significativa da riqueza produzida localmente pode se transformar em “[...] mais-valia global, cujo braço armado é a competitividade, que neste nosso mundo belicoso, é a mais guerreira de todas as ações (Santos, 1999, p. 226).

No caso de Ribas do Rio Pardo, a consolidação da indústria de celulose exemplifica esse processo. A instalação de grandes empreendimentos industriais reconfigura rapidamente a estrutura produtiva local, amplia a arrecadação e eleva os indicadores econômicos. Dessa forma, o crescimento econômico observado na RGI expressa, simultaneamente, a expansão da acumulação de capital em e a intensificação das desigualdades socioespaciais no território regional.

Ademais, cabe uma reflexão: os habitantes das cidades pequenas com menores PIBs *per capita*, como Corguinho, Camapuã, Rio Negro, Dois Irmãos do Buriti e Rochedo, vivem

necessariamente em condições piores do que aqueles residentes nas cidades pequenas com os maiores indicadores econômicos da RGI? Trata-se de uma questão relevante, uma vez que o PIB *per capita*, embora revele a intensidade da geração de riqueza no território, não traduz automaticamente a distribuição dessa riqueza nem as condições de vida da população.

Esse padrão de crescimento econômico pode ser interpretado à luz da análise desenvolvida por Oliveira (1981), cuja abordagem, embora realizada há mais de quatro décadas, permanece atual para a compreensão da realidade observada neste trabalho. Ao discutir a dinâmica da renda da terra²⁴ no Brasil, o autor evidencia como a modernização da agricultura ocorre de forma subordinada ao capital industrial e financeiro, permitindo a apropriação do excedente econômico por grandes grupos agroindustriais e agentes externos ao território produtor. Nesse sentido, a Tabela 6 permite evidenciar o que foi debatido pelo autor, ao apresentar o valor da produção agrícola dos três principais produtos cultivados no estado na RGI de Campo Grande.

Tabela 6 – Valor da Produção de Soja, Milho e Cana-de-Açúcar na Região Geográfica Imediata de Campo Grande - MS – Safra 2023/2024.

Municípios	Valor da produção R\$	Participação na produção estadual (%)
Sidrolândia	1.813.270.000	5,43
Nova Alvorada do Sul	1.613.176.000	4,83
São Gabriel do Oeste	1.089.712.000	3,27
Campo Grande	959.402.000	2,88
Bandeirantes	747.686.000	2,24
Jaraguari	280.395.000	0,84
Terenos	220.637.000	0,66
Camapuã	166.320.000	0,50
Ribas do Rio Pardo	156.898.000	0,47
Rochedo	76.794.000	0,23
Dois Irmãos do Buriti	66.919.000	0,20
Rio Negro	16.874.000	0,05
Corguinho	3.301.000	0,01
Total	7.211.384.000	21,61

Fonte: FIEMS, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

Os dados apresentados na Tabela 6 evidenciam a elevada concentração espacial do valor da produção de soja, milho e cana-de-açúcar na RGI de Campo Grande, revelando que cidades pequenas do recorte apresentam produções milionárias/bilionárias. Esse padrão contribui para

²⁴ A análise de Oliveira (1981) fundamenta-se na concepção marxiana de renda da terra, desenvolvida por Marx (2004), segundo a qual a propriedade privada da terra permite ao proprietário fundiário apropriar-se de parte do excedente econômico por meio do pagamento realizado pelo capitalista-arrendatário pelo direito de uso da terra, enquanto o processo produtivo é efetivamente realizado pelos trabalhadores assalariados. Essa renda decorre da posse da terra, e não da participação direta na produção.

a elevação do PIB *per capita* em determinadas localidades e explicita as contradições do modelo de desenvolvimento historicamente implementado em Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, tais dinâmicas imprimem uma nova configuração socioespacial às cidades pequenas, que passam a ser refuncionalizadas em função de demandas externas dos circuitos produtivos globalizados, conforme apontaram Jurado da Silva e Bernardelli (2019).

Observa-se que Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e São Gabriel do Oeste concentram parcelas expressivas do valor produzido, respondendo conjuntamente por mais de 13% da produção estadual dos principais produtos agrícolas analisados.

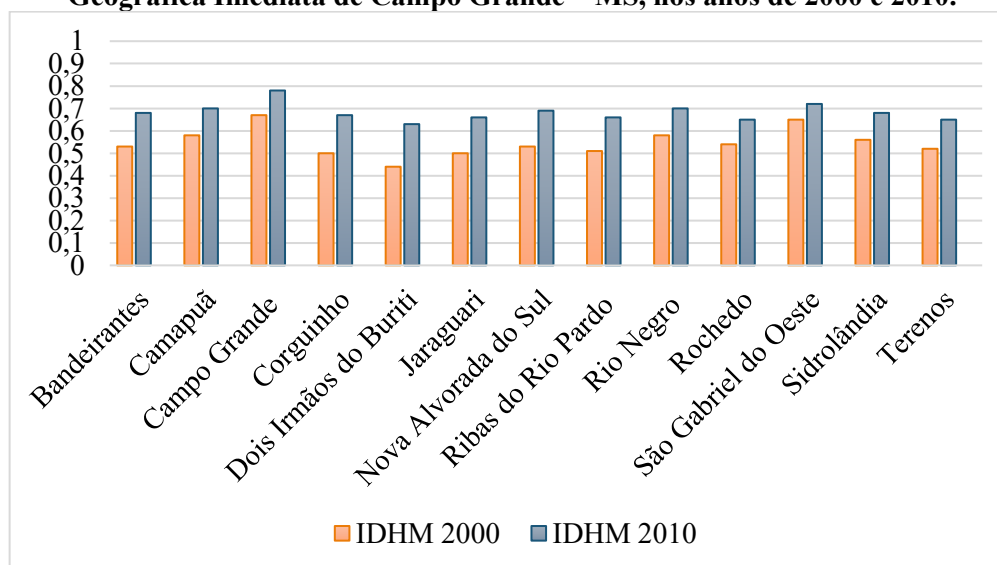
De modo geral, os dados revelam que o crescimento econômico da RGI de Campo Grande ocorreu de forma concentrada e seletiva, privilegiando áreas dotadas de maior infraestrutura e disponibilidade de terras. Essa dinâmica reforça a leitura de que a expansão do agronegócio, embora amplie o valor da produção e a participação estadual, tende a reproduzir desigualdades territoriais e a funcionalizar o espaço às exigências da acumulação capitalista. Nessa perspectiva, Lamberti e Gama (2020, p. 38) afirmaram que:

[...] os frutos da expansão econômica nem sempre beneficiam o conjunto da sociedade já que da variação quantitativa do produto podem derivar consequências prejudiciais ao ambiente social interno do país. Como exemplos destas consequências tem-se a transferência do excedente de renda para outros países, a apropriação concentrada da renda, salários básicos baixos que limitam o crescimento de setores de consumo popular, e ainda, baixo crescimento de empresas nacionais.

Nota-se, portanto, os limites dos indicadores econômicos utilizados para aferir o desenvolvimento regional. Conforme destacou Jurado da Silva (2011), o PIB, embora amplamente empregado para comparar diferentes espaços e mensurar a produção econômica, apresenta restrições importantes, pois não expressa, necessariamente, a forma como a renda é distribuída nem as condições de vida da população. Em diversos casos, municípios com elevado PIB ou PIB *per capita* convivem com infraestrutura precária e elevados níveis de pobreza, evidenciando que a geração de riqueza não se converte automaticamente em benefícios sociais.

Diante disso, para compreender como esses dados se materializam na realidade da RGI de Campo Grande, é fundamental analisar indicadores socioeconômicos que expressem as condições de qualidade de vida da população. Um desses indicadores é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que sintetiza informações sobre longevidade, educação e renda. O gráfico 1 apresenta os valores do IDHM dos municípios que compõem a região, permitindo uma aproximação sobre o nível de desenvolvimento regional.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS, nos anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

A análise do IDHM entre 2000 e 2010 evidencia avanços nos municípios da RGI de Campo Grande. Observa-se, no entanto, uma forte disparidade entre os municípios: enquanto Campo Grande alcançou os maiores índices em 2010, aproximando-se da faixa de alto desenvolvimento humano²⁵, municípios como Dois Irmãos do Buriti e Jaraguari mantiveram valores mais baixos, indicando desafios no acesso a serviços públicos básicos. Essa heterogeneidade reforça a ideia de que o desenvolvimento, mesmo em uma mesma região, ocorre de forma desigual. É importante frisar, que se trata de dados relativamente desatualizados, que não refletem possíveis transformações ocorridas na última década. Ainda assim, constituem um importante parâmetro para comparações em futuros estudos, permitindo identificar tendências históricas e estabelecer uma base de análise sobre o desenvolvimento humano na região.

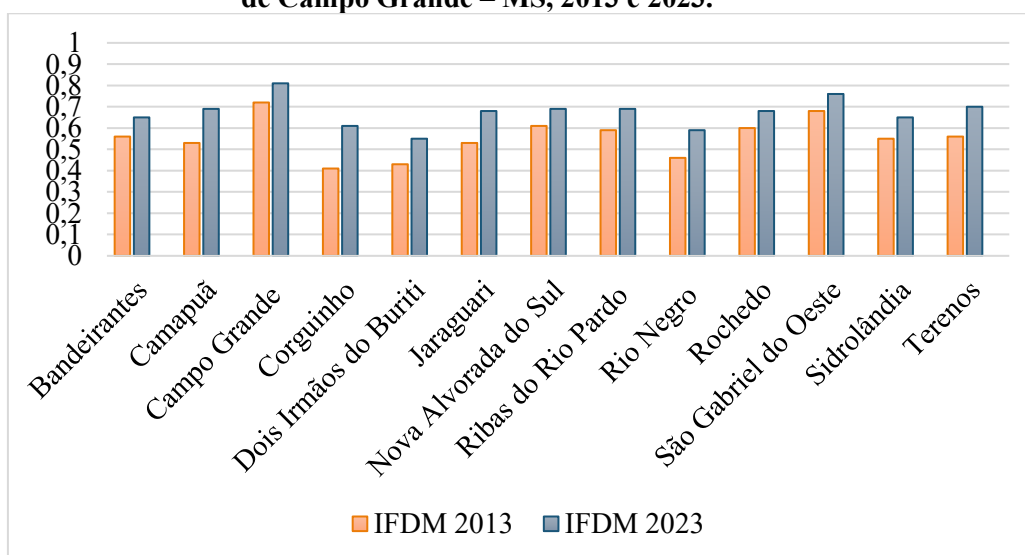
Nessa perspectiva, Dallabrida (2015) define o desenvolvimento territorial como um processo de transformação contínua, que ocorre em um contexto histórico e espacial específico, mas que não está isolado, articulando-se com dinâmicas internas do território, com outras regiões e com todo o globo. Esse processo fundamenta-se na valorização e no uso estratégico dos recursos disponíveis localmente, buscando dinamizar a economia, fortalecer as capacidades locais e promover melhorias efetivas na qualidade de vida da população.

²⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) varia de 0 a 1 e é classificado em cinco níveis: muito baixo (até 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1).

Outra ferramenta amplamente utilizada para a análise da qualidade de vida da população é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), desenvolvido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que mensura o desenvolvimento municipal a partir de três dimensões: emprego e renda (absorção da mão de obra formal, desligamentos voluntários, PIB *per capita*, participação dos salários no PIB, população em situação de pobreza e diversidade econômica), educação (matrículas em creches, adequação da formação docente, distorção idade-série, abandono escolar, oferta de educação em tempo integral e resultados do IDEB) e saúde (internações por condições sensíveis à atenção básica, óbitos infantis evitáveis, consultas pré-natais, número de médicos e cobertura vacinal, gravidez na adolescência e internações associadas ao saneamento inadequado).

O IFDM apresenta uma abordagem metodológica mais ajustada à realidade municipal brasileira, pois foi concebido especificamente para medir o desenvolvimento em escala local. Diferentemente do IDHM, que é atualizado a cada dez anos, com base nos dados censitários, o IFDM utiliza fontes oficiais de atualização anual, com recorte municipal e abrangência nacional. Por esse motivo, incorpora indicadores mais recentes e adequados, oferecendo uma visão mais atualizada e precisa das condições de vida nos municípios, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM da Região Geográfica de Campo Grande – MS, 2013 e 2023.

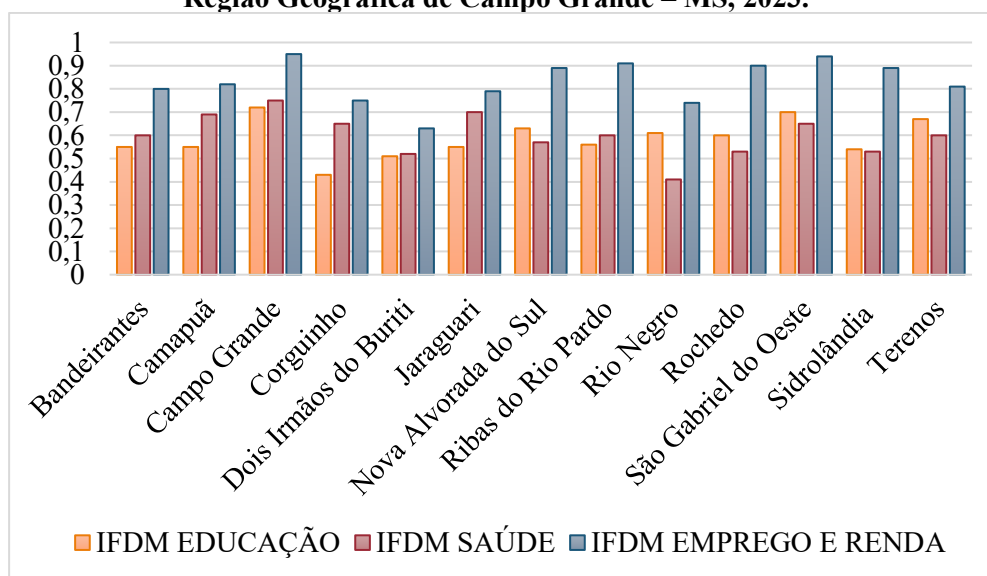


Fonte: IFDM, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

Conforme evidenciado no Gráfico 2, todos os municípios analisados apresentaram elevação de seus índices entre 2013 e 2023, movimento que, em grande medida, acompanha o

crescimento econômico de cidades pequenas articuladas às cadeias do agronegócio e da indústria. A maior parte dos municípios enquadra-se na categoria de Desenvolvimento Moderado (0,6 a 0,8), segundo a metodologia da Firjan. No entanto, tal resultado deve ser analisado com cautela quando o IFDM é observado de forma desagregada, uma vez que o desempenho agregado é fortemente sustentado pela dimensão Emprego e Renda, conforme evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM (desagregado) da Região Geográfica de Campo Grande – MS, 2023.



Fonte: IFDM, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

Observa-se, no Gráfico 3, que o avanço econômico não se converteu, de maneira proporcional, em melhorias significativas no bem-estar social. Saúde e Educação, dimensões fundamentais para a qualidade de vida, mantêm-se em patamares preocupantes, concentrando-se entre o Desenvolvimento Baixo (0,4 a 0,6) e, em alguns casos, muito próximos do Desenvolvimento Crítico (abaixo de 0,4). Na dimensão Saúde, por exemplo, Rio Negro registra 0,41, limítrofe ao nível crítico, enquanto Dois Irmãos do Buriti (0,52), Sidrolândia (0,53) e Rochedo (0,53) permanecem em nível baixo. Na área da Educação, o cenário se repete: Dois Irmãos do Buriti (0,51), Sidrolândia (0,54) e Jaraguari (0,55) não superam a barreira do desenvolvimento baixo.

Apesar de sua relevância como indicador do desenvolvimento social, o IFDM apresenta limitações importantes, pois mensura apenas os resultados finais, sem explicitar em que medida esses avanços ou retrocessos estão relacionados à eficácia das políticas públicas implementadas. Nesse contexto, Silva e Lamberti (2023) afirmaram que não há

desenvolvimento possível sem que a saúde seja tratada como dimensão prioritária, uma vez que ela se articula de forma sistêmica às demais metas da Agenda 2030²⁶.

No Mato Grosso do Sul, essa agenda tem sido frequentemente mobilizada como discurso legitimador da expansão de atividades agroindustriais associadas à chamada economia verde, como as florestas plantadas e a geração de energia a partir da biomassa, apresentadas como estratégias de descarbonização e enfrentamento das mudanças climáticas.

Esse discurso institucional tende a esvaziar o caráter integrado da Agenda 2030, negligenciando objetivos centrais, como por exemplo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que visa “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015).

Ademais, para se aprofundar a análise da dimensão Emprego e Renda no contexto da indústria de transformação, apresenta-se a Tabela 7, que reúne os dados referentes ao salário nominal médio, ao número de vínculos formais e às vagas criadas no ano de 2024 nos municípios da RGI de Campo Grande. Esses indicadores permitem observar não apenas o nível de remuneração, mas também a capacidade de geração de postos de trabalho, evidenciando as desigualdades internas da região e o papel diferenciado desempenhado por determinados municípios na estrutura produtiva industrial.

Tabela 7 – Salário nominal médio nas indústrias de transformação na Região Geográfica Imediata de Campo Grande - MS, 2024.

Municípios	Salário R\$	Vínculos	Vagas criadas no ano
Ribas do Rio Pardo	7.853	1.422	-86
Nova Alvorada do Sul	3.615	2.268	82
São Gabriel do Oeste	3.025	3.658	156
Jaraguari	3.175	181	20
Rochedo	2.776	996	103
Sidrolândia	2.742	4.295	399
Campo Grande	2.673	21.099	768
Terenos	2.560	1.023	108
Bandeirantes	2.495	193	88
Camapuã	2.397	39	0
Corguinho	1.828	21	-5
Dois Irmãos do Buriti	1.693	258	-20
Rio Negro	1.545	14	-1

Fonte: FIEMS, 2025. Elaborado pelo autor, 2025.

²⁶ A Agenda 2030 da ONU é um plano global de ação adotado por 193 países em 2015, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos até 2030.

A Tabela 7 mostra uma estrutura industrial regional marcada por fortes desigualdades salariais. O primeiro aspecto que chama atenção é a discrepância entre Ribas do Rio Pardo e os demais municípios: com salário nominal médio de R\$ 7.853, o município mais que dobra os valores praticados nas demais cidades pequenas da RGI. Ainda que não concentre o maior número de vínculos (1.422) nem tenha apresentado saldo positivo de vagas em 2024 (-86), o patamar remuneratório reflete a presença de atividades industriais de maior incorporação tecnológica, especialmente ligadas à cadeia da celulose.

Em contraste, municípios como Sidrolândia (4.295 vínculos), São Gabriel do Oeste (3.658) e Nova Alvorada do Sul (2.268) apresentam maior volume de empregos formais na indústria de transformação, porém com salários médios significativamente inferiores, situados entre R\$ 3.000 e R\$ 3.600. Sidrolândia e Campo Grande destacam-se também na geração de novas vagas no ano (399 e 768, respectivamente), indicando maior dinamismo na absorção de mão de obra, ainda que com remunerações próximas ou abaixo da média regional.

Nos municípios menores, como Corguinho, Rio Negro, Camapuã e Dois Irmãos do Buriti, observa-se uma estrutura industrial bastante limitada, tanto em número de vínculos quanto em remuneração, com salários médios abaixo de R\$ 2.000 em alguns casos e saldos negativos ou nulos na geração de vagas. Esse quadro revela a fragilidade da base industrial nessas localidades e sua dependência de atividades menos complexas e de menor valor agregado.

Retomando o caso de Ribas do Rio Pardo, observa-se que o diferencial salarial identificado na Tabela 7 está diretamente associado à sua especialização produtiva, fortemente estruturada em torno da cadeia da celulose após a instalação da unidade da Suzano. As atividades de fabricação de celulose e outras pastas para papel (R\$ 11.728; 678 vínculos), fabricação de produtos químicos inorgânicos (R\$ 9.779; 115 vínculos) e desdobramento de madeira (R\$ 1.785; 85 vínculos), segundo a CNAE 2.0, concentram parcela significativa dos empregos formais do município e estão diretamente integradas à dinâmica da empresa.

Contudo, o elevado salário médio não significa, necessariamente, ampla distribuição de renda entre a população local. Os postos mais bem remunerados, vinculados às áreas técnicas, químicas e de engenharia, exigem qualificação especializada e, em muitos casos, são ocupados por trabalhadores provenientes de outros estados. À população local tende a se destinar funções operacionais e de menor complexidade técnica.

Ademais, no âmbito do planejamento territorial e das políticas de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul, observa-se a centralidade conferida à atração de indústrias, conforme analisam Paz e Lamberti (2022), ao examinarem as estratégias adotadas pelos municípios:

Do ponto de vista local, os municípios detêm políticas diferenciadas para atração de indústrias. Alguns benefícios que podem ser deferidos são: doação de áreas em distritos industriais; terraplanagem; isenção de Impostos Predial Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS) e capacitação de mão-de-obra (Paz e Lamberti, 2022, p. 93).

Tais incentivos, embora eficientes para atrair empreendimentos industriais, não asseguram, por si só, melhorias significativas nas condições de vida da população. Isso porque privilegiam a lógica de competição e a acumulação de capital. Essa dinâmica reforça a dissociação entre crescimento econômico e desenvolvimento, uma vez que, conforme já advertiram Lamberti e Gama (2020), a expansão apenas quantitativa tende a concentrar renda e a restringir avanços em setores essenciais ao bem-estar coletivo.

A Geografia contribui de maneira essencial para esse debate ao evidenciar que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, mas resulta de processos desiguais, condicionados por fatores como as relações de poder estabelecidas em diferentes escalas. Dessa forma, ao analisar o desenvolvimento sob uma perspectiva territorial, torna-se possível compreender as especificidades locais e regionais, evidenciando o papel do espaço na produção e na reprodução das desigualdades, bem como nas potencialidades de crescimento.

No atual período da globalização perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, ocorre o enfraquecimento da política conduzida pelo Estado e a imposição de uma política cada vez mais comandada pelas grandes empresas (Santos, 2021).

Hoje, com a lógica capitalista predominante em quase todo o planeta, pode-se ter a impressão de uma homogeneidade no que se refere ao modo capitalista de produção e reprodução. No entanto, Smith (1988), demonstra, a partir de suas teorias sobre desenvolvimento, que o desenvolvimento desigual não é o óbvio resultado das diferenças no mundo, onde a igualdade é improvável, nem somente ocorre pelo fato de ser vantajoso para o capital, mas é sim algo próprio do modo de produção capitalista, “é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital” (Smith, 1988, p. 16).

Nessa mesma linha de compreensão, Harvey (2005), ao observar a espacialidade contraditória do capitalismo, conclui que o desenvolvimento desigual geográfico é uma das condições estruturais que permitem a continuidade do modo capitalista de produção, através da exploração de diferentes espaços, com algumas áreas sendo mais desenvolvidas e outras marginalizadas. Ou seja, temos nos territórios, áreas mais avançadas que concentram tecnologia e produção, e áreas mais pobres que fornecem mão de obra barata e recursos naturais.

Essa dinâmica se manifesta nas cidades do agronegócio (Elias, 2022), que representam uma forma específica de reorganização territorial vinculada à expansão do agronegócio globalizado. Elias e Pequeno (2007) ressaltam que a territorialização do capital e a concentração fundiária provocam profundas transformações socioespaciais, afetando tanto o meio rural quanto o urbano.

Sendo assim, as cidades pequenas da RGI de Campo Grande desempenham funções especializadas dentro da divisão territorial do trabalho, evidenciando a articulação entre territórios e as cadeias globais de produção.

Para Santos (1982), as diferenças entre os lugares resultam do arranjo espacial dos diferentes modos de produção, entendidos como formas específicas de organizar o processo produtivo. Essa organização se materializa sobre uma base territorial construída historicamente, manifestando-se em diferentes recortes espaciais, como municípios, regiões ou territórios. Assim, considerando que os modos de produção não se configuram de maneira homogênea no espaço, cada lugar apresenta características e especificidades próprias.

Nessa mesma perspectiva, compreender as especificidades de cada lugar exige analisar como os elementos sociais e físicos se articulam no território. Santos (1999) aprofunda essa discussão ao destacar que a estrutura, o processo, a forma e a função são categorias fundamentais para a análise do método geográfico, pois revelam como o espaço é permanentemente produzido e transformado. Assim, o espaço deve ser entendido como uma totalidade, composta por homens, firmas, instituições, infraestrutura e meio ecológico, cuja dinâmica resulta justamente da interação entre essas dimensões e os diferentes arranjos produtivos que moldam cada lugar de maneira singular.

Na RGI de Campo Grande, evidencia-se um arranjo espacial estruturado para atender às demandas do agronegócio, no qual as cidades pequenas assumem funções estratégicas na reprodução ampliada do capital. O debate acerca do desenvolvimento desigual, em Smith (1988), contribui para compreender como o capitalismo se apropria de diferentes escalas do território, repercutindo na divisão territorial do trabalho conforme as vantagens comparativas atribuídas a cada espaço.

Sob essa perspectiva, Harvey (2005) resalta que a necessidade do capital de concentrar infraestruturas físicas e sociais resulta na constituição de um núcleo regional orientado à acumulação, moldando a identidade econômica da região e promovendo a formação de coalizões regionais de classe destinadas a proteger o capital materializado na paisagem.

Trata-se da ação articulada de múltiplos atores sobre o espaço, o que produz, em maior ou menor intensidade, desigualdades entre as cidades pequenas investigadas. Todavia, as

políticas de desenvolvimento regional “[...] afetam diretamente as cidades, as atividades agropecuárias, industriais, a dinâmica populacional, a geração de empregos, as bases produtivas e as relações sociais” (Fresca, 2010, p. 116).

Desse modo, analisar o desenvolvimento de uma rede urbana regional constitui tarefa complexa, pois o processo não se dá de forma linear e envolve condicionantes históricos, políticos e econômicos. Nessa direção, o próximo capítulo examinará a cidade pequena de Ribas do Rio Pardo no contexto da presença da multinacional Suzano.

O terceiro capítulo analisou a dinâmica industrial na Região Geográfica Imediata de Campo Grande, evidenciando que a expansão das redes técnicas e informacionais ocorre de forma seletiva, privilegiando centros com maior densidade econômica e populacional. A análise da distribuição dos estabelecimentos industriais revelou forte concentração em Campo Grande, que em 2024 reunia 82,43% do total da RGI, enquanto as cidades pequenas de São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Nova Alvorada do Sul, juntamente com a capital, concentram cerca de 96% dos estabelecimentos industriais da região.

O número de estabelecimentos da Indústria de Transformação na RGI cresceu expressivamente, passando de 752 unidades em 2007 para 1.629 em 2024, evidenciando um processo de reestruturação e especialização produtiva. No entanto, quando se analisa o caso de cidades pequenas que receberam grandes investimentos, como Ribas do Rio Pardo, percebe-se uma dissociação entre o volume de capital investido e a geração de empregos, já que a principal atividade (fabricação de celulose) apresenta apenas 678 vínculos formais.

A análise dos fluxos de exportação e importação revelou a forte inserção externa da RGI, com exportações totais de aproximadamente 342,7 milhões, com destaque para caldeiras de vapor, semicondutores e maquinário específico oriundos da Finlândia, China e Suécia, revelando a permanência de um modelo de desenvolvimento dependente de tecnologia externa.

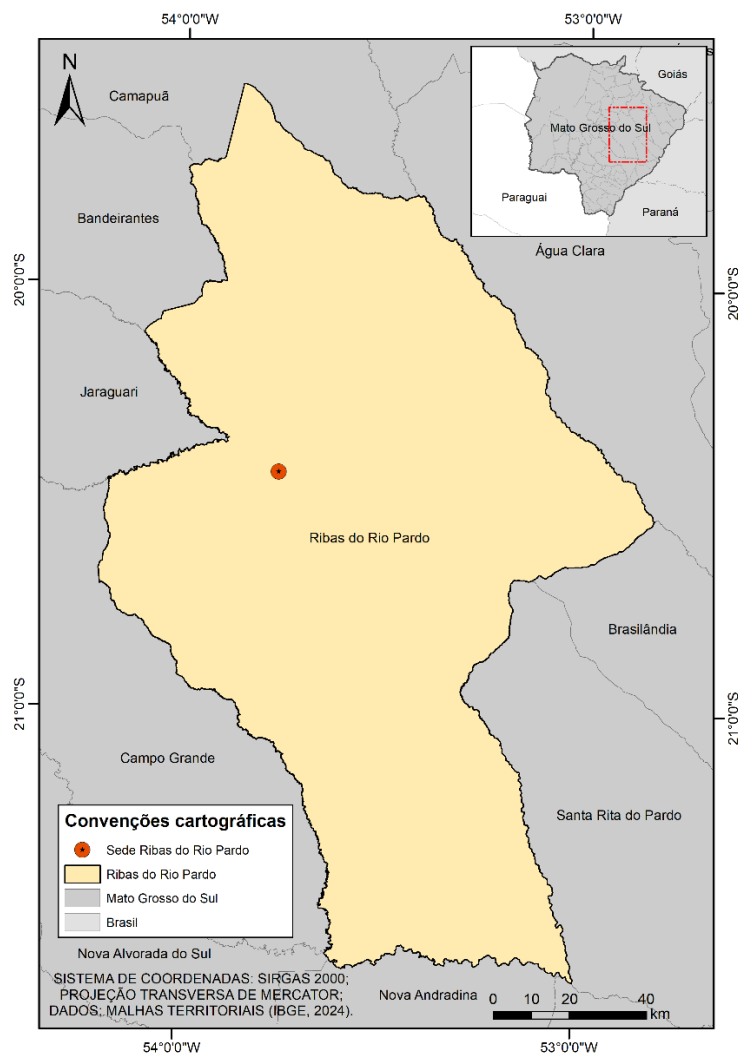
A análise dos indicadores econômicos demonstrou o expressivo crescimento do PIB e PIB *per capita* na RGI, com Ribas do Rio Pardo apresentando a transformação mais expressiva: seu PIB saltou de 3,35 bilhões (2023), enquanto o PIB per capita praticamente dobrou, alcançando R\$ 144.850,38. Contudo, quando se analisam indicadores socioeconômicos como o IFDM desagregado, observa-se que o avanço econômico não se converteu proporcionalmente em melhorias nas dimensões Saúde e Educação, que mantêm-se em patamares preocupantes (Desenvolvimento Baixo ou limítrofes ao Crítico), evidenciando a dissociação entre crescimento econômico e desenvolvimento. A análise do IDHM entre 2000 e 2010 também revelou fortes disparidades entre os municípios da região.

O capítulo concluiu, por meio do debate teórico sobre desenvolvimento, que o crescimento econômico na RGI de Campo Grande expressa simultaneamente a expansão da acumulação de capital e a intensificação das desigualdades socioespaciais, características do desenvolvimento desigual geográfico inerente ao modo capitalista de produção.

4 RIBAS DO RIO PARDO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE DA SUZANO

Ribas do Rio Pardo é uma cidade pequena que possui 23.150 habitantes, e está localizada em posição estratégica, a 97 quilômetros de Campo Grande, às margens da BR-262. Além disso, o território onde se constitui o município possui 17.308,72 km², correspondendo a 4,85% do território sul-mato-grossense, ficando na terceira posição em tamanho de área.

Mapa 6 – Localização do município de Ribas do Rio Pardo – MS.



Fonte: IBGE, 2024.

Organização: Autor, 2025.

No século XVII, o território do atual no município foi objeto de expedições exploratórias pelos jesuítas e bandeirantes paulistas, que buscavam ouro e a escravização de povos indígenas da região, os usando em lavouras no estado de São Paulo. A formação de um povoado só se deu a partir do ano de 1900, com a migração de mineiros que ocuparam as

margens do Rio Pardo e Bota (IBGE, 2024). Na atualidade, o município se insere no contexto do que debateu Delcol e Heimbach (2024, p. 8):

Desde 1970, o estado de Mato Grosso do Sul tem testemunhado sua estrutura produtiva e econômica, majoritariamente baseada na pecuária, passar por uma transição para uma economia também urbano-industrial. Assim, os municípios envolvidos nesse processo se reorganizam para atender a uma nova lógica de produção, reestruturada a partir de uma dinâmica que atende as demandas do « capitalismo verde ». Como consequência, ocorre um processo de reestruturação que transforma a morfologia, estrutura e funções das cidades no estado.

Em Ribas do Rio Pardo essa reestruturação produtiva ocorre, indiretamente, a partir da criação do Programa Maciço Florestal, pela Lei de n.º 5.106 de 1966 e pelo Decreto-Lei N.º 1.376/74, onde foram ocupados 416 mil hectares de terras com plantio de eucalipto e pinus nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas por meio dos incentivos fiscais promovidos pelo Estado, conforme debateu Delcol e Heimbach (2024).

Essa estratégia de ocupação territorial, viabilizada pela ação direta do Estado, pode ser compreendida a partir do trabalho de Martins (2000), que analisou a dinâmica socioespacial de Ribas do Rio Pardo a partir da expansão das carvoarias associadas ao Programa Maciço Florestal, evidenciando que a produção de carvão vegetal, intensificada a partir do final dos anos 1980, resultou do fracasso do projeto estatal de atração da indústria de papel e celulose, deixando como herança uma extensa base florestal. Nesse cenário, conforme destaca Martins (2000, p. 81):

[...] expande-se o número de carvoarias que começam a explorar a madeira na produção de carvão vegetal, com vistas a abastecer mormente o polo siderúrgico mineiro. Com uma demanda crescente por carvão vegetal na época, as siderúrgicas mineiras passaram a estimular e a condicionar a produção de carvão no Mato Grosso do Sul, cuja distância, cerca de 1.200 km, era compensada por baixíssimos custos de produção.

Tais custos de produção, segundo Martins (2000), eram sustentados por relações de trabalho degradantes, marcadas por endividamento, informalidade, insalubridade e trabalho infantil, as quais, segundo o autor, não devem ser interpretadas como resquícios arcaicos, mas como expressões contemporâneas do capitalismo, que recria mecanismos extremos de exploração em territórios periféricos para assegurar sua rentabilidade.

Atualmente, com a implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose no contexto do Projeto Cerrado, o município de Ribas do Rio Pardo experimenta uma profunda transformação

econômica e demográfica, destacando-se dentro de sua RGI. A planta industrial tem capacidade de produzir 2,55 milhões de toneladas de celulose por ano e recebeu um investimento total de R\$ 22,2 bilhões, dos quais R\$ 15,9 bilhões foram destinados à construção da unidade fabril e R\$ 6,3 bilhões à formação da base florestal e à estrutura logística para o escoamento da produção (Suzano, 2024).

Integrada ao complexo industrial, a Usina Termoelétrica (UTE) movida à queima de licor negro²⁷ representa um avanço tecnológico significativo, fruto do investimento de R\$ 2 bilhões que integra a carteira do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)²⁸. O projeto foi concebido para gerar 466 MW médios, garantindo autossuficiência energética à planta e permitindo a comercialização de até 180 MW médios no Sistema Interligado Nacional (SIN) — energia suficiente para abastecer uma cidade de 2,3 milhões de habitantes. A escala do empreendimento e seu grau de tecnificação colocam Ribas do Rio Pardo em um novo patamar de inserção no circuito produtivo global da celulose.

A atividade industrial desenvolvida pela Suzano leva em conta alguns fatores locais essenciais, como a disponibilidade de água, infraestrutura de rodovias para o escoamento da produção e a estrutura fundiária. Conforme já mencionado, Ribas do Rio Pardo possui a terceira maior área territorial do estado, além de forte concentração fundiária, como demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Estrutura fundiária de Ribas do Rio Pardo – MS, 2017.

Área ha	Quantidade de Estabelecimentos	%	Área ha	%
Acima de 0 a 200	857	77,8	14.307	0,9
200 a 1.000	174	15,8	201.432	12,6
1.000 a 2.500	48	4,4	412.200	25,9
2.500 a 10.000	18	1,6	683.531	42,8
Acima de 10.000	4	0,4	284.302	17,8
Total	1.101	100	1.595.770	100

Fonte: Censo Agropecuário (2017) Elaborado pelo autor (2025).

A análise da tabela 8 permite compreender tanto a predominância numérica de pequenos estabelecimentos quanto a desproporcionalidade na distribuição da área entre diferentes

²⁷ Biomassa de origem florestal com alto teor energético, gerada como subproduto do processo de produção da celulose. Esse material, ao ser queimado na caldeira, gera calor e vapor, convertidos em eletricidade.

²⁸ “Fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo (MS) tem investimentos do Novo PAC” (Brasil, 2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/fabrica-de-celulose-em-ribas-do-rio-pardo-ms-tem-investimentos-do-novo-pac>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

tamanhos de propriedades, uma vez que os menores estabelecimentos (até 200 ha), apesar de representarem a maioria em quantidade (77,8%), ocupam uma fração ínfima da área total (0,9%). Por outro lado, os grandes estabelecimentos (acima de 2.500 ha), mesmo representando apenas 2% do total, ocupam a maior parte da área (60,6%). Segundo o MapBiomias (2024), 79% da área do município foi ocupada pela atividade agropecuária, com quase 2 mil km² de florestas plantadas e 10 mil km² de pastos.

Para que se compreenda a relação entre campo e cidade no contexto do modo capitalista de produção, Smith (1988) demonstra que cidade e campo estão historicamente separados, mas contraditoriamente unificados na totalidade do capitalismo. Nessa mesma linha, Oliveira (2004) discorreu sobre o processo de “territorialização do capital monopolista”, que pode ser definido como o:

[...] mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude (Oliveira, 2004, p. 42).

A concentração fundiária observada em Ribas do Rio Pardo constitui um elemento importante para compreender esse processo. À medida que grandes propriedades ampliam seu controle sobre o território e atividades como a silvicultura se expandem, reduz-se o espaço para pequenos produtores e formas diversificadas de produção agrícola. Como resultado, parte da população rural tende a migrar para a cidade em busca de oportunidades de trabalho e renda, fenômeno que se aproxima do movimento descrito por Oliveira (2004). Dessa forma, a concentração da terra não representa apenas uma característica da estrutura agrária local, mas também um fator que contribui para a reorganização da relação campo-cidade e para a intensificação do êxodo rural.

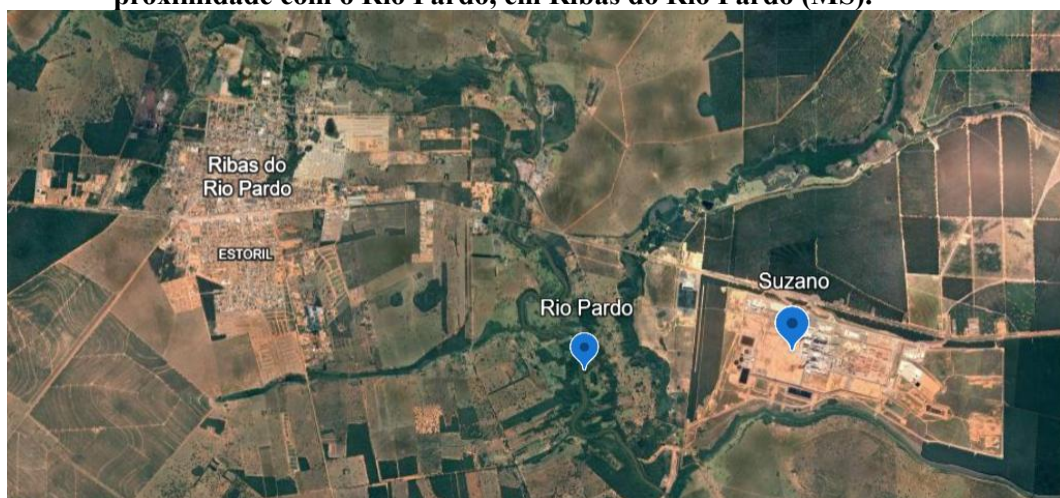
Nessa perspectiva, é possível afirmar que a Suzano está se territorializando em Ribas do Rio Pardo, na medida em que a mesma pessoa jurídica é o capitalista, o dono dos meios de produção e proprietário das terras. No entanto, a atividade agroindustrial sob a lógica capitalista, não apenas utiliza grandes extensões de terra para suas monoculturas, mas também exerce um controle significativo sobre os recursos hídricos, conforme debateu Thomaz Junior (2010):

O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e [...] acesso às melhores terras (planas, férteis, localização favorável e logística de transportes adequada) [...]

o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso a água [...] (Thomaz Junior, 2010, p. 94).

Com isso, a Suzano tem acesso à água superficial garantido pela presença do rio Pardo (evidenciado na Figura 1), além de água subterrânea do aquífero Bauru-Caiuá, fato esse que coloca o município na organização espacial chamada por Thomaz Junior (2010) de “Polígono do Agrohidronegócio”.

Figura 1 – Imagem de satélite da localização da planta industrial da Suzano e sua proximidade com o Rio Pardo, em Ribas do Rio Pardo (MS).



Fonte: Google Earth, 2026. Elaborado pelo Autor, 2026.

Embora as condições edafoclimáticas desempenhem papel relevante na organização produtiva do território, Smith (1988) adverte para o equívoco de se explicar o desenvolvimento capitalista exclusivamente a partir de fatores naturais, perspectiva que, durante longo período, orientou a Geografia Comercial e exerceu influência sobre a Geografia Regional, Agrícola e Política. Nessa abordagem, as diferenciações espaciais eram frequentemente atribuídas às chamadas “dádivas da natureza”, como explicita o autor:

[...] A “Geografia Comercial” descreveu a variedade de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza. [...] (Smith, 1988, p. 154)

Sendo assim, observa-se que as limitações impostas pela natureza passaram a ser relativizadas a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a década de 1950, com a modernização do campo no contexto da Revolução Verde. Segundo Endlich (2006), no contexto da conjuntura internacional do pós-guerra, os interesses econômicos e geopolíticos

dos Estados Unidos impulsionaram a difusão da Revolução Verde em países cuja base econômica já era agrário-exportadora. Esse modelo introduziu uma nova forma de produzir, baseada em sementes cientificamente desenvolvidas e de alta produtividade, condicionadas ao uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas, o que ampliou a dependência em relação às corporações fornecedoras desses insumos.

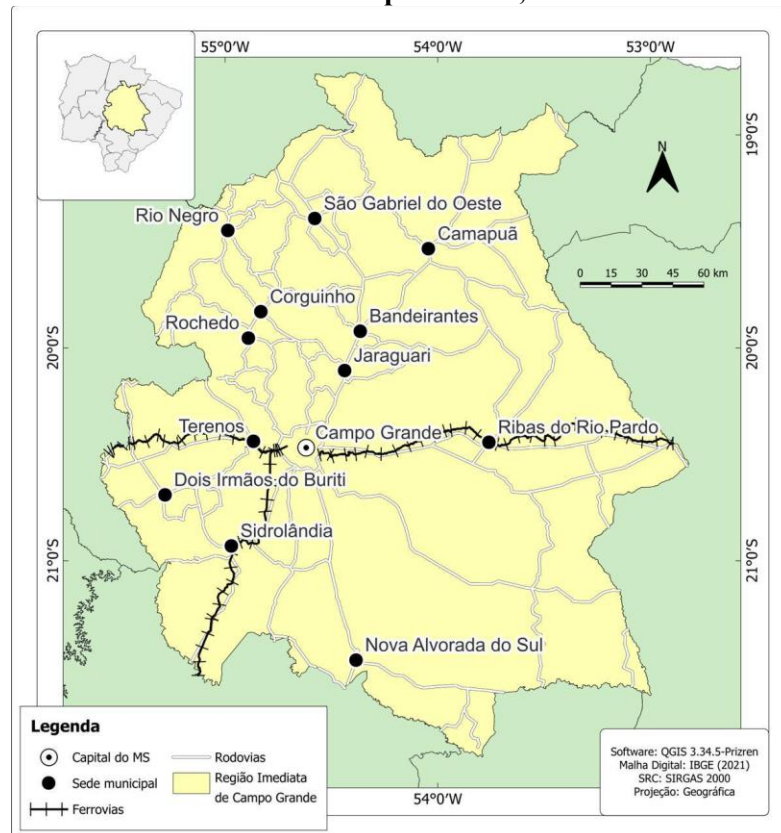
Embora apresentada sob o discurso de combate à fome, essa modernização implicou elevados custos financeiros, tornando-se seletiva e excludente, especialmente para pequenos produtores, ao mesmo tempo em que acelerou artificialmente os processos naturais da produção agrícola. Nessa perspectiva, Santos (2003) corrobora e complementa o que foi debatido pela autora, ao afirmar que a Revolução Verde:

[...] também transtorna os processos tradicionais de comercialização e cria as condições para a instalação de grandes monopólios importadores-exportadores, muitos dos quais são subsidiários de firmas multinacionais. E, naturalmente, ela também tem desorganizado o padrão tradicional de propriedade da terra, com o desenvolvimento de empresas agrícolas capitalistas às expensas de pequenos proprietários (Santos, 2003, p. 191).

A consolidação do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1999) não apenas redefiniu as bases produtivas do campo, mas permitiu a ampliação e modernização das redes de circulação, tornando a infraestrutura de transportes elemento estratégico para a integração das áreas produtoras aos mercados nacionais e internacionais.

Nesse contexto, a análise da infraestrutura regional torna-se fundamental para compreender como o território é reorganizado para atender às exigências do agronegócio contemporâneo, conforme pode ser observado no Mapa 7, que apresenta a infraestrutura de transportes da RGI de Campo Grande, evidenciando os principais eixos rodoviários e conexões que sustentam a dinâmica produtiva da Suzano.

Mapa 7 – Infraestrutura de Transportes da Região Geográfica Imediata de Campo Grande, 2025.



Fonte: IBGE, 2021.

Organização: Autor, 2025.

A análise do mapa evidencia o que foi observado por Sposito e Matushima (2002) no contexto dos eixos de desenvolvimento, ao afirmarem que na fase contemporânea do capitalismo as plantas industriais buscam se localizar ao longo dos principais eixos rodoviários e próximas de centros urbanos que exercem centralidade. Esse padrão de localização é claramente visível na instalação da Suzano em Ribas do Rio Pardo, município que, além de estar conectado a importantes corredores, encontra-se integrado à área de influência de Campo Grande, capital estadual e principal polo urbano da região.

A proximidade com Campo Grande reforça a lógica territorial apontada pelos autores, pois permite à empresa acesso a infraestrutura de transportes, mão de obra, serviços especializados e consumo, articulando produção industrial, logística e centralidade urbana.

Nessa perspectiva, Delcol e Heimbach (2024, p. 37), contribuem ao descreverem as possibilidades de escoamento da produção da Suzano, quais são:

a) o sistema rodoviário com a BR-262 que liga Mato Grosso do Sul ao estado de São Paulo, principal consumidor nacional de celulose; b) o sistema ferroviário, com ramais que interligam as empresas à Malha Norte (antiga Ferronorte); c) sistema hidroviário (hidrovia Paraná-Tietê), que possibilita o escoamento pelo Porto de Santos (SP), Porto de São Francisco do Sul (SC) e Porto Paranaguá (PR) para a exportação da produção; e d) sistema aeroportuário em Campo Grande e em Três Lagoas.

Além disso, o município integra o traçado da Rota de Integração Latino-Americana (Rila), ou Rota Bioceânica²⁹, corredor internacional que ligará o Brasil ao Paraguai, Argentina e Chile, oferecendo uma alternativa estratégica de acesso ao Oceano Pacífico. A expectativa é de que essa nova configuração logística reduza custos, distâncias e prazos no transporte de mercadorias, ampliando a competitividade da produção local. Como apontaram Sposito et al. (2015), a ampliação e integração das vias de transporte são elementos centrais na reestruturação urbana, ao intensificarem a circulação e a velocidade dos fluxos territoriais.

Em Ribas do Rio Pardo, esse processo também produz impactos diretos sobre a dinâmica urbana e social do município, especialmente no que se refere ao crescimento populacional, à ampliação da demanda por moradia e à pressão sobre os equipamentos públicos.

4.1 Pressão demográfica e déficit habitacional em Ribas do Rio Pardo

Comprovar a precariedade e o déficit habitacional no auge do crescimento econômico de uma cidade pequena como Ribas do Rio Pardo é uma missão um tanto quanto complicada, uma vez que a “[...] imprensa local é [...] uma arena onde a narrativa hegemônica do “progresso”, frequentemente impulsionada por agentes estatais e corporativos, confronta-se com os relatos segmentados da crise social” (Heimbach, 2025, p. 57). Dessa forma:

A análise de um processo tão acelerado e contemporâneo exige o recurso a fontes que capturem a velocidade das transformações. Nesse sentido, as matérias publicadas na imprensa regional e nacional constituem um arquivo documental indispensável. O jornalismo, com sua capacidade de registrar os acontecimentos de forma rápida oferece uma perspectiva de observação das contradições no momento mesmo em que elas se manifestam, documentando as tensões sociais, a especulação imobiliária e as falas dos agentes envolvidos, muitas vezes antes que estes processos possam ser plenamente absorvidos pela pesquisa acadêmica (Heimbach, 2025, p. 57).

²⁹ Para mais informações sobre o projeto e seus desdobramentos, consultar: <<https://rotabioceanica.com.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2026.

O saldo populacional de 2.204 pessoas registrado pelo IBGE (2022) entre 2010 e 2022 não reflete a realidade. Durante o auge das obras de construção da fábrica da Suzano, o município recebeu cerca de 10 mil trabalhadores temporários, provocando intensas transformações socioespaciais. Nesse contexto, os empregos formais cresceram 124% em apenas dois anos, enquanto indicadores de criminalidade também apresentaram forte elevação, com aumento de 17,7% nos furtos, 64,2% nos casos de estupro e 126% nas ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas (Correio do Estado, 2023).

Outra notícia evidencia o crescimento populacional:

De acordo com a assessoria de imprensa do município, nos últimos dois anos, Ribas gerou 6.185 novos empregos, abriu 1,4 mil empresas e ganhou 9,5 mil habitantes. Segundo a assessoria, antes da chegada da fábrica, em 2020, o município tinha 25.310 habitantes, e, atualmente, em 2023, tem 34.810 moradores (Correio do Estado, 2023).

Nesse cenário, a implantação da unidade fabril da Suzano impulsionou uma dinâmica urbana que intensificou a valorização imobiliária sob a lógica de acumulação capitalista, privilegiando o valor de troca em detrimento do valor de uso da moradia. Como consequência, o espaço urbano passa a ser apropriado como mercadoria, processo que, conforme destacou Bernardelli (2004, p. 12), resulta na “transformação do espaço em mercadoria e que acaba por esvaziar o sentido da cidade, levando também a alienação dos sujeitos (e ao não entendimento do espaço como produto).”

Nesse contexto, Bernardelli (2004) debateu como a moradia constitui elemento fundamental para o bem-estar social, uma vez que:

[...] representa, para os moradores das pequenas cidades, a possibilidade de maior estabilização material, no sentido de que assegura o lócus fundamental para sua reprodução social, uma vez que permite sua sobrevivência mesmo no caso da renda familiar ser irregular, caso de parcela dos moradores que não conseguem ocupação estável durante todo o ano (Bernardelli, 2004, p. 169).

O estímulo à valorização fundiária e à especulação imobiliária relega a função social da moradia a segundo plano, afetando diretamente a dignidade das famílias de baixa renda. Trata-se de uma contradição flagrante entre o discurso desenvolvimentista e a realidade cotidiana daqueles que enfrentam o aumento dos aluguéis, a precarização habitacional e a ameaça de deslocamentos forçados em nome do “progresso”.

Nesse sentido, o trabalho de Delcol e Heimbach (2024, p. 55) evidenciou que com

“o aumento da especulação imobiliária e o preço dos aluguéis subindo cerca de 400% – conforme divulgado pela própria assessoria de imprensa da Suzano – os habitantes que residiam em imóveis alugados se encontram em uma encruzilhada”.

O que Bernardelli (2004) e Delcol e Heimbach (2024) discutem encontra respaldo direto na realidade observada em campo. A intensificação da especulação imobiliária tem transformado profundamente o acesso à moradia, sobretudo para os trabalhadores de menor renda. Durante o trabalho de campo, constatou-se o uso de contêineres adaptados como moradias, como demonstrado na figura 2.

Ademais, além da proliferação de diferentes formas de moradias adaptadas, verificou-se uma paisagem urbana marcada pelo intenso fluxo de caminhões, pela expansão de estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento da atividade industrial e por vias urbanas empoeiradas e com deficiências de manutenção, evidenciando a pressão exercida pelo rápido crescimento sobre a infraestrutura da cidade.

Figura 2 – Moradias adaptadas em contêineres, 2025.



Fonte: Autor, 2025.

A figura 2 evidencia o que (Elias e Pequeno, 2020, p.122) chamam de informalidade da moradia, “[...] expressa por meio das construções irregulares desrespeitando quaisquer padrões construtivos e normas [...]” no contexto das cidades do agronegócio que experimentaram um rápido crescimento. A presença dessas moradias evidencia que a expansão da oferta habitacional não ocorreu na mesma velocidade que as transformações observadas no município. Como resultado, parte da população passou a recorrer a soluções precárias de moradia,

adaptando moradias para suprir uma demanda que não foi atendida pelo mercado imobiliário nem pelo poder público.

Em contrapartida, a produção do espaço urbano também se direciona aos segmentos de maior poder aquisitivo. Nesse contexto, encontra-se em construção o condomínio fechado Mantena, cuja maquete é apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Maquete eletrônica do futuro condomínio Mantena Resort Park, 2026.



Fonte: Mantena Resort Park, 2025.

A implantação de um condomínio de alto padrão em uma cidade que enfrenta problemas habitacionais e o aumento da violência³⁰ urbana evidencia as contradições presentes na produção capitalista do espaço. Enquanto parte da população encontra dificuldades para acessar moradias adequadas, empreendimentos destinados aos segmentos de maior renda avançam impulsionados pela valorização imobiliária, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. As informações coletadas no *site* do empreendimento permitem identificar algumas das estratégias utilizadas nesse processo de valorização:

Viva o seu auge no Mantena Resort Park, o primeiro condomínio fechado de Ribas do Rio Pardo, que eleva o conceito de segurança, lazer e conforto na região. Com paisagens deslumbrantes, lazer completo e segurança reforçada, este paraíso oferece um estilo de vida exclusivo e tranquilo para você e sua família (Mantena Resort Park, 2025).

Ao associar o condomínio à segurança, ao lazer e à exclusividade, o empreendimento transforma o bem comum em mercadoria, reforçando a segregação e a exclusão socioespacial. Nessa perspectiva, as transformações urbanas observadas em Ribas do Rio Pardo devem ser

³⁰ “[...] o crescimento populacional de Ribas do Rio Pardo, impulsionado por novos investimentos econômicos e oportunidades de trabalho na região, também trouxe aumento nas notificações de casos de violência contra a mulher” (Notícias do Cerrado). Disponível em: < <https://noticiasdocerrado.com.br/destaques/ribas-do-rio-pardo-adere-a-programa-do-tjms-para-reeducacao-de-agressores-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 21 mai. 2026.

compreendidas como parte de uma dinâmica mais ampla de produção do espaço, conforme argumentou Bernardelli (2004):

A urbanização [...] não pode ser explicada sem considerar que, ao mesmo tempo, é produto, meio e condição da divisão social e territorial do trabalho. Assim sendo, as transformações em suas formas e funções, ocorrem de modo combinado com tal divisão. Nesse sentido, a urbanização e o fenômeno urbano adquirem dimensões e especificidades no contexto do capitalismo (Bernardelli, 2004, p. 123).

A interpretação de Bernardelli (2004) permite compreender que as transformações urbanas observadas em Ribas do Rio Pardo não constituem fenômenos isolados, mas estão diretamente associadas às mudanças na divisão social e territorial do trabalho decorrentes da implantação da indústria de celulose. A expansão da construção civil representa uma das manifestações mais visíveis da reestruturação urbana em curso. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) evidenciam esse processo: em 2020, o município possuía apenas um estabelecimento classificado na atividade de construção de edifícios; em 2025, esse número alcançou 18 estabelecimentos.

Esse crescimento se materializa, entre outras iniciativas, no empreendimento habitacional vinculado à Suzano, que resultou na implantação de 954 unidades destinadas a colaboradores da empresa, conforme mostrado nas Figuras 4 e 5.

Figura 4 –Projeto habitacional para funcionários da Suzano, 2025.



Fonte: Autor, 2025.

Figura 5 – Residencial Santo Antônio, construído pela Suzano, 2025.



Fonte: Suzano, 2025.

A implantação das unidades no bairro Santo Antônio³¹ decorre de uma parceria entre a prefeitura de Ribas do Rio Pardo, o governo estadual e a Suzano, no âmbito do Projeto Bônus Moradia, da AGEHAB MS (Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul), que consiste da concessão de:

[...] subsídio financeiro para ajudar famílias de baixa e média renda a adquirir a casa própria, principalmente no pagamento da entrada do financiamento imobiliário. O valor do benefício varia conforme a renda familiar e o município, reduzindo o custo inicial da compra e facilitando o acesso à moradia. (Mato Grosso do Sul, 2026).

É importante destacar que, embora a Suzano tenha inserido no escopo do Programa Básico Ambiental (PBA)³² o compromisso de investir R\$ 48 milhões em áreas estratégicas como saúde, educação, habitação, segurança pública e segurança no trânsito no município, a destinação das unidades habitacionais previstas no loteamento da empresa possui um caráter seletivo. As moradias são direcionadas prioritariamente para atender colaboradores da própria

³¹ “Parceria entre Governo, prefeitura e iniciativa privada garante melhoria na habitação em Ribas do Rio Pardo” (SEMADESC, 2025). Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/parceria-garante-moradia-para-funcionarios-de-fabrica-de-celulose-com-954-casas-em-ribas-do-rio-pardo/>>. Acesso em: 12 abr. 2026.

³² “Suzano investirá R\$ 48 milhões na infraestrutura [...] de Ribas de Rio Pardo” (Suzano, 2025). Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-investira-r-48-milhoes-na-melhoria-da-infraestrutura-seguranca-publica-saude-educacao-e-habitacao-de-ribas-do-rio-pardo/>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

fábrica, não contemplando a população em geral, que também enfrenta os impactos do aumento da demanda por moradia.

Além disso, o modelo adotado prevê a coparticipação financeira dos trabalhadores para acesso às residências. Tal arranjo reforça a convergência de interesses entre os agentes envolvidos: enquanto o poder público busca responder à pressão por infraestrutura urbana decorrente do crescimento econômico, a empresa assegura condições de reprodução da força de trabalho local, contribuindo para a estabilidade de suas operações. Assim, a iniciativa revela não apenas uma ação de política habitacional, mas um mecanismo de suporte à dinâmica produtiva instalada no município.

Acerca dessa realidade, Bernardelli (2004) demonstrou que políticas habitacionais dessa natureza podem desonerar o setor empresarial, ao permitirem a manutenção de baixos salários, rebaixando os custos de produção e ampliando os lucros das empresas que se utilizam dessa mão de obra. Nessa perspectiva, a moradia opera como condição para a reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que reforça a subordinação do território às exigências da acumulação capitalista.

Com o agravamento do déficit habitacional, o governo estadual e a Prefeitura de Ribas do Rio Pardo anunciaram, em 2025, a construção de 100 moradias³³ populares, com um investimento total de R\$ 8,6 milhões. Embora a iniciativa represente um avanço no enfrentamento da precariedade habitacional, é necessário reconhecer que tais ações se inserem em um campo político marcado por interesses diversos. Nesse sentido, Bernardelli (2004), ao analisar os objetivos e a visibilidade atribuída aos programas habitacionais, argumenta que essas políticas podem também constituir uma:

[...] estratégia política bastante comum, como forma de constituição dos chamados ‘currais eleitorais’ [...] Outra possibilidade é o fato de se constituir numa tentativa de minimizar o ‘déficit’ dos que não fazem parte da demanda solvável. Considere-se, ainda, essa iniciativa enquanto uma estratégia para as pequenas cidades não perderem habitantes, nem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Acerca dessa realidade, observou-se que Ribas do Rio Pardo passou por um intenso processo de reestruturação territorial impulsionado pela instalação da indústria de celulose da Suzano. A modernização econômica, sustentada pela articulação entre estado, infraestrutura

³³ “Governo do Estado oficializa construção de 100 casas em Ribas do Rio Pardo durante evento” (Mato Grosso do Sul, 2025). Disponível em: <<https://www.agehab.ms.gov.br/governo-do-estado-oficializa-construcao-de-100-casas-em-ribas-do-rio-pardo-durante-evento/>>. Acesso em: 02 abr. 2026.

logística, concentração fundiária e capital, redefiniu as funções urbanas e produtivas do município, ao mesmo tempo em que aprofundou contradições socioespaciais. O crescimento econômico, a ampliação dos fluxos populacionais e a especulação imobiliária coexistem com o déficit habitacional, com a precarização das condições de moradia e com a seletividade dos benefícios gerados pelo empreendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu da hipótese de que a industrialização nas cidades pequenas da RGI de Campo Grande se dá de forma seletiva e contraditória, produzindo reestruturações territoriais que nem sempre se traduzem em desenvolvimento. Partiu-se da problematização de que o crescimento econômico impulsionado pela instalação de grandes empreendimentos agroindustriais, frequentemente apresentado como sinônimo de desenvolvimento, não implica, necessariamente, melhoria estrutural das condições de vida da população nem redução das desigualdades territoriais e sociais.

Os resultados confirmaram essa hipótese, uma vez que a dinâmica industrial na RGI é marcada por profundas desigualdades na distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios. Enquanto Campo Grande concentra 82,43% dos estabelecimentos industriais da RGI, as cidades pequenas apresentam participações significativamente menores, com exceção de São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Nova Alvorada do Sul, que, juntamente com a capital, detêm cerca de 96% do total de estabelecimentos. Essa concentração revela que a industrialização não se dissemina de forma homogênea pelo território, mas sim de maneira hierarquizada e funcional às demandas do capital agroindustrial.

No que se refere aos vínculos empregatícios, as disparidades são igualmente expressivas. Municípios como Sidrolândia (4.295 vínculos), São Gabriel do Oeste (3.658) e Nova Alvorada do Sul (2.268) apresentam maior capacidade de absorção de mão de obra, enquanto Ribas do Rio Pardo, apesar de receber o maior investimento industrial da região e apresentar o maior salário médio, gera apenas 1.422 vínculos formais, evidenciando a dissociação entre o volume de capital investido e a geração proporcional de empregos.

A análise dos fluxos de comércio exterior revelou a inserção subordinada das cidades pequenas na divisão internacional do trabalho. Ribas do Rio Pardo, impulsionada pela exportação de celulose da Suzano, responde por mais de 50% do valor exportado pela RGI, principalmente de bens de capital da Finlândia, China e Suécia, revelando a dependência tecnológica e a manutenção de um padrão de desenvolvimento que não gera encadeamentos produtivos internos nem autonomia tecnológica.

A instalação da unidade da Suzano reposicionou o município na divisão territorial do trabalho, elevou o PIB e fez mais que dobrar o PIB *per capita*. Contudo, esse expressivo crescimento econômico coexistiu com o aprofundamento do déficit habitacional, a precarização das condições de moradia e a seletividade dos benefícios gerados.

A análise dos indicadores socioeconômicos das demais cidades pequenas que compõem o recorte da pesquisa, como o IDHM e o IFDM, evidenciou que a dimensão renda foi a principal responsável pela elevação dos indicadores. Em contrapartida, as dimensões relacionadas à saúde e à educação permaneceram com resultados inferiores, revelando que a lógica da política industrial sul-mato-grossense, embora impulse o crescimento econômico, possui capacidade limitada de promover a diversificação produtiva e o desenvolvimento em escala compatível com os investimentos realizados.

É necessário situar esse processo em sua dimensão histórica mais ampla. O papel assumido por Mato Grosso do Sul na divisão nacional e internacional do trabalho não é um fenômeno recente ou circunstancial, mas o resultado de décadas de planejamento estatal orientado à funcionalização capitalista do território.

Programas federais como o II PND, o POLOCENTRO, o PRODEGRAN, o PRODEPAN e o Programa Nacional de Papel e Celulose moldaram a base produtiva sul-mato-grossense para atender às demandas da acumulação capitalista em escala nacional e global. A criação do Distrito Florestal, com abrangência sobre Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, e a concessão sistemática de incentivos fiscais às grandes corporações não foram medidas neutras, mas constituíram um projeto político-econômico. Mato Grosso do Sul foi historicamente inserido na divisão territorial do trabalho como fornecedor de matérias-primas e como espaço de agroindustrialização, papel que a instalação da Suzano em Ribas do Rio Pardo apenas atualiza e aprofunda, sem alterar sua natureza estrutural.

Ao longo desta dissertação, o debate teórico fundamentou-se nas contribuições de autores como Smith (1988) e Harvey (2005), que permitiram compreender o desenvolvimento desigual geográfico e a produção capitalista do espaço como processos inerentes ao capitalismo e fundamentais para interpretar as contradições socioespaciais observadas em Ribas do Rio Pardo. Somaram-se a essas reflexões as análises de Becker e Egler (1998), que situaram a industrialização brasileira no contexto de uma modernização conservadora marcada pelo crescimento econômico excludente.

No debate sobre indústria e cidades pequenas, destacaram-se as contribuições de Jurado da Silva (2011). A partir da aplicação do conceito de disseminação do modo industrial, foi possível compreender que a desconcentração industrial não ocorre de forma equilibrada no território, mas por meio da reprodução das desigualdades socioespaciais. Esse processo aprofunda a condição periférica de Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho, condição que também se reproduz internamente, em razão da concentração dos investimentos

em determinados municípios, favorecidos por um conjunto de fatores locais que contribuíram para a constituição de polos industriais.

Não menos importante, Bernardelli (2004) contribuiu para a compreensão da complexidade do processo de transformação de Ribas do Rio Pardo. A partir de seu referencial teórico, foi possível analisar a dinâmica do mercado imobiliário, o papel da cidade pequena como espaço de reprodução da força de trabalho destinada às agroindústrias e a forma como as políticas habitacionais podem desonerar o capital industrial, ao reduzir os custos da mão de obra. Além disso, a autora evidencia como tais políticas podem ser apropriadas politicamente, podendo transformar a cidade pequena em um curral eleitoral³⁴. Ainda com base nesse aporte teórico, observou-se que, mesmo diante das inúmeras carências da infraestrutura urbana e dos problemas habitacionais, ocorre a implantação de um condomínio fechado de alto padrão, nos quais bens coletivos, como segurança e lazer, são transformados em mercadorias acessíveis apenas a uma parcela restrita da população.

Acerca dessa realidade, e à luz das formulações de Furtado (1974; 1978), a interpretação do desenvolvimento permitiu compreender que aquilo que a política industrial sul-mato-grossense apresenta como desenvolvimento corresponde, em grande medida, ao mito do desenvolvimento econômico. Os resultados da pesquisa evidenciam a permanência do subdesenvolvimento como uma condição estrutural, sustentada pela reprodução da dependência em relação ao Norte Global, pela concentração fundiária e pela reprimarização da economia³⁵. Nesse contexto, o crescimento dos indicadores econômicos e a atração de grandes investimentos mostram-se insuficientes para alterar as estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades socioespaciais. Assim, torna-se imprescindível que as ciências sociais adotem uma postura crítica diante das narrativas desenvolvimentistas, questionando seus limites, contradições e beneficiários.

Nessa perspectiva, Rangel (1959) e Jabbour e Dantas (2021) indicam que a superação dessa condição depende da atuação de um Estado capaz de planejar, coordenar e induzir o desenvolvimento, direcionando os investimentos para a diversificação da estrutura produtiva, o fortalecimento da base industrial e o avanço científico e tecnológico. Sob essa ótica, o Estado não deve limitar sua atuação à concessão de incentivos fiscais para atrair empreendimentos,

³⁴ Curral eleitoral é a expressão utilizada para designar uma prática em que um grupo de eleitores passa a votar de forma recorrente em determinado candidato ou grupo político devido à dependência de benefícios, empregos, moradias, favores ou outras formas de influência, reduzindo a liberdade de escolha política.

³⁵ Embora incorpore processos industriais, a agroindústria pode ser associada à reprimarização da economia porque sua dinâmica permanece baseada na produção, no processamento e na exportação de commodities de baixo valor agregado, mantendo a especialização produtiva em bens primários.

mas assumir um papel estratégico na condução do desenvolvimento nacional, articulando política industrial, inovação, infraestrutura e formação da força de trabalho. Desse modo, o desenvolvimento das cidades pequenas da RGI de Campo Grande não pode estar condicionado apenas à atração de indústrias, mas à construção de um projeto de desenvolvimento capaz de transformar o crescimento econômico em melhorias concretas das condições de vida da população e na redução das desigualdades socioespaciais.

Uma limitação importante da pesquisa é a ausência de dados primários sobre a percepção dos moradores afetados pelas transformações, o que restringiu a apreensão das dimensões subjetivas e cotidianas do processo. Também a série temporal disponível para alguns indicadores não permitiu captar as transformações mais recentes associadas à operação plena da fábrica, inaugurada em 2024. O trabalho de campo realizado, embora tenha permitido registrar evidências materiais, não alcançou a realização de entrevistas estruturadas, aspecto que limita a compreensão das vivências dos moradores.

Pesquisas futuras poderiam avançar na comparação entre Ribas do Rio Pardo e outras cidades pequenas que receberam grandes empreendimentos agroindustriais, como no caso da fábrica de celulose da Arauco em Inocência – MS. Seria igualmente produtivo monitorar, ao longo da próxima década, os efeitos da operação plena da fábrica sobre os indicadores sociais e ambientais, bem como sobre a capacidade do poder público local de reter e ³⁶redistribuir a riqueza gerada.

Ao fim, a pergunta que esta dissertação deixa em aberto é: desenvolvimento para quem? Os indícios aqui reunidos apontam que, sem políticas efetivas de redistribuição de renda, planejamento e fortalecimento da autonomia territorial, o modelo de industrialização baseado na atração de grandes corporações tende a reproduzir e aprofundar as desigualdades socioespaciais que historicamente marcam a formação econômica de Mato Grosso do Sul.

O crescimento econômico, quando dissociado de transformações estruturais nas condições de vida da população, revela-se não como desenvolvimento, mas como sua aparência. O desenvolvimento exige um Estado que coloque o território e sua população no centro do projeto, e não como coadjuvantes de uma lógica de acumulação.

É preciso um planejamento que priorize, por exemplo, a construção de universidades públicas e institutos de pesquisa para gerar tecnologia própria e romper a dependência

³⁶ Enquanto a distribuição de renda representa a forma como a renda está repartida entre os diferentes grupos sociais em um dado momento, a redistribuição de renda consiste no processo de intervenção, geralmente estatal, que busca modificar essa repartição por meio de políticas fiscais, tributárias e sociais, visando reduzir as desigualdades.

tecnológica; que incentive uma política industrial voltada à diversificação produtiva e à agregação de valor às matérias-primas. Sem essa mudança de rumo, o que teremos em cidades pequenas como Ribas do Rio Pardo não será desenvolvimento, mas apenas o espetáculo da riqueza alheia produzida sob o aplauso acrítico do "mito do desenvolvimento econômico".

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no "Espaço Mato-Grossense"**. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/T.8.2001.tde-28022002-232232. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php>>. Acesso em 23 ago. 2025.

ANDRADE FILHO, Umberto de. Para onde vão os recursos das renúncias fiscais em Mato Grosso do Sul? **Entre-Lugar**, [S.L.], v. 16, n. 32, p. 63-91, 27 out. 2025. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rel.v16i32.19831>. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/19831>>. Acesso em: 05 dez. 2025.

ARCIE, Mahara Baggio. **Telecomunicações e desenvolvimento na Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS**. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2023.

ARCIE, Mahara Baggio; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; VIEIRA, Rosele Marques. As redes de suporte e a articulação da fluidez territorial na Região Imediata de Campo Grande -MS. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 50, n. 1, p. 22-43, 2025. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/18299/13252>>. Acesso em: 28 dez. 2025.

BRASIL. **Acordo de Paris**. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL. **Novo Programa de Aceleração do Crescimento 2023 – 2026**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos CAPES**. Brasília, DF: CAPES, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência da União**. Brasília, DF: CGU, 2025. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/.arquivos/pac.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Pacto federativo**. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 265p.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. São Paulo. Queiroz, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional. Porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. ed. Santa Cruz do Sul: **EDUNISC**, 2010. 212 p.

DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidades no Estado de Santa Catarina**. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. In: Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

D'ANGELO, Douglas Camilo Gonçalves; SILVEIRA, Claudia Vera da; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **A Dinâmica industrial no contexto das cidades pequenas da Região Geográfica Imediata de Campo Grande – MS. Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM), [S.L.], v. 16, n. 1, p. 116-141, 30 jul. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/70734/751375158109>>. Acesso em: 18 set. 2025.**

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro; HEIMBACH, Samuel da Silva. **Reestruturação Produtivo-territorial em Mato Grosso do Sul, Brasil: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose em Ribas do Rio Pardo (2021-2023). Geografares [on-line]. 2024. Disponível: <<http://diários.openedition.org/geográficos/12782>>. Acesso em: 05 jul. 2025.**

ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato. **Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. Revista GeoTextos. Vol. 16, n. 1, julho 2020. p.109-136. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/37591/21432/135145>>. Acesso em: 09 nov. 2025.**

ELIAS, Denise. **Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. Ciência Geográfica, Bauru, v. 26, n. 2 p. 1013-1019, jun. 2022. Disponível em: <<https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>>. Acesso em 14 out. 2025.**

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FAMASUL. Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul. **Boletim Sucroenergético**. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/sites/default/files/boletimcasapdf/Slides%20sucroenerg%C3%A9tico%20-%2011%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Agosto.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FEITOSA, Vladiana Meneses de Brito. A guerra fiscal entre os estados brasileiros acerca do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre o combustível. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-guerra-fiscal-entre-os-estados-brasileiros-acerca-do-imposto-de-circulacao-de-mercadorias-e-servicos-icms-sobre-o-combustivel/1861465621>>. Acesso em: 20 jul. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, [S.L.], n. 6, p. 24-34, 29 maio 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FIEMS. Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul. **Observatório da Indústria**. Disponível em: <<https://observatoriodaindustria.fiems.com.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **IFDM – Ano Base 2013 e 2023**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 12 dez. 2025.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, vol. 9, núm. 63 20, p. 75-81, dezembro, 2010. Disponível em: <<https://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398/310>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FRESCA, Tânia Maria; VEIGA, Léia Aparecida. Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de santa fé - pr. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 387-395, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1982-45132011000300002>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/SWkVjJbrFkHNz3XRHc6ck6t/?lang=pt>>. Acesso em: 13 abr. 2026.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. 1. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

GOMES, Thayná Nogueira; LAMOSO, Lisandra. P. A industrialização de Mato Grosso do Sul é influenciada pela condição de estado fronteiriço? In: Seminário internacional América Platina, VI., e Colóquio unbral de estudos fronteiriços, I. Campo Grande, **Anais [...]** Campo Grande: UEMS, 2016. Disponível em:

<https://eventos.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/3_2016-11-13_15-50-42.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIMBACH, Samuel da Silva. **A produção histórica do espaço e a crise habitacional em Ribas do Rio Pardo/MS: análise das transformações pré e pós-instalação da Suzano**. 2025. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9718#resultado>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil, 2023**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a Nova Economia do Projeto. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 287-310, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/jtzRs3jDcK5gGBzSqrWzMn/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 11 dez. 2025.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente - SP**. 2011. 282p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente - SP, 2011.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, p. 163-181, abr. 2019. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geosp/pt_BR/article/view/137104/152841>. Acesso em: 01 abr. 2026.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Uma nova Geografia econômica? In: SILVA, Paulo Fernando Jurado da; SPOSITO, Eliseu Savério; SANTANA, Mateus Ubirajara Silva (org.). **Geografia e Economia: relações e interfaces**. Dourados: UEMS, 2020. p. 7-331.

LAMBERTI, Eliana.; GAMA, Victor Azambuja. **Geografia e Economia: conexões a partir da temática do desenvolvimento**. IN: JURADO DA SILVA, Paulo. Fernando.; SPOSITO, Eliseu. Savério.; SANTANA, U. S. (Org.). Geografia e economia: relações e interfaces. Dourados, MS: Editora UEMS, 2020.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso Do Sul - Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 10, núm. 21, 2011, p. 33-47. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273619432003.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2026.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais**. 2000. 430 f. Tese (Doutorado). UNESP/ Presidente Prudente, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada**. São Paulo. Hucitec, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001516702>>. Acesso em 14 ago. 2025.

LENCIONI, Sandra. **A transformação sócio-territorial das principais áreas metropolitanas da América do Sul: Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. A importância da indústria inovadora e de alta tecnologia no caso de São Paulo e sua relação com as transformações sócio-territoriais, USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002673079>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 51, 1976. Disponível em: <<https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/Notas-sobre-os-frigor%C3%ADficos-do-Brasil-Central-pecu%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização. In. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. Livre Docência apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –FFLCH/USP. São Paulo, vol. 1, pp. 139-146, 2004.

Mantena Resort Park. **Grupo Mantena**. Disponível em: <<https://www.grupomantena.com.br/mantenaresortpark>>. Acesso em: 21 mai. 2026.

MAPBIOMAS. **Plataforma cobertura e uso do solo**. 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MARTINS, Sergio Ricardo Oliveira. **Mundo da fumaça: a vida e o trabalho dos carvoeiros em Ribas do Rio Pardo - MS**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001121195>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB)**. Projeto Bônus Moradia. Disponível em: <<https://www.agehab.ms.gov.br/programas-e-projetos/projeto-bonus-moradia/>>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Plurianual de Mato Grosso do Sul (2024/2027)**. Campo Grande, dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.segov.ms.gov.br/a-secretaria/planejamento-estrategico/>> Acesso em: 15 set. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 16.180, de 9 de maio de 2023. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/governo-de-ms-publica-decreto-com-a-nova-estrutura-organizacional-da-semadesc/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

MESQUITA, Fernando Campos. O processo de desconcentração industrial no eixo de desenvolvimento São Paulo-Brasília e a dinâmica do setor de alimentos e bebidas em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Geografia). 222f. Campinas: IG/UNICAMP, 2011.

MOREIRA JUNIOR, Orlando; SILVA, Walter Guedes da. A urbanização do Mato Grosso do Sul e o papel das cidades na rede urbana regional. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 88-105, 6 dez. 2017. UNESP - Universidade Estadual Paulista. <http://dx.doi.org/10.5016/estgeo.v15i1.12331>. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12331>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 58, p. 5–64, 1981. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1036>. Acesso em: 20 set. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p.29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em:

<https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Industrial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PAZ, Patrícia Poglise; LAMBERTI, Eliana. Planejamento e industrialização: relações com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (MS). **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara-RS, v. 19, n.4, 2022.

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

RANGEL, Ignácio. Elementos de Economia do Projeto. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005.

Ribas do Rio Pardo gerou 6 mil empregos e ganhou 9 mil habitantes, mas precisa de 6 mil casas. **Correio do Estado**, 21 mai. 2023. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/economia/ribas-do-rio-pardo-gerou-6-mil-empregos-e-ganhou-9-mil-habitantes-mas/415162/>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: Petrópolis. 2. Ed. Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 60 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003. Disponível em: <https://territorioidasideias.com/msantos/Economia_Espacial.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 32. ed. São Paulo: Record, 2021.

SANTOS, Kaully Furiama; MISSIO, Fabrício J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 921-950, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5248>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/r7PjgWJHZyr6n4PdvKJTtyyc/?lang=pt>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SÃO GABRIEL DO OESTE (MS). **Nossa Cidade**. Disponível em: <<https://saogabriel.ms.gov.br/municipio/nossa-cidade>>. Acesso em: 19 fev. 2026

SEMADE-MS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul 2015**. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Diagnostico_Socioeconomico_de_MS_20151.pdf>. Acesso em 21 jun. 2025.

SEMADESC-MS. Secretária de Estado de meio ambiente, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação. **Programa MS Indústria do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/programas-e-projetos/programa-ms-industria/>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, Bruna Pereira Alves da; LAMBERTI, Eliana. O desenvolvimento e saúde: a sustentabilidade em foco. **Revista de estudos interdisciplinares**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 195–216, 2023. DOI: 10.56579/rei.v5i2.344. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/344>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SILVA, Cristóvão Henrique Ribeiro. **Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no século XXI**. 2016. 278 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia. Dourados: UFGD, 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodageografia.uepg.br/s/ogb/item/52008>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Cidades Pequenas: **Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. 1. ed. Jundiaí-SP. Paco Editoria, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; SILVEIRA, Giovani Silveira da. Disseminação do modo industrial em cidades pequenas paulistas. 2023. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 1, 2023. p. 79 – 99. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2985>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SPOSITO, Eliseu Savério. Proposições teóricas e metodológicas para o estudo das cidades pequenas. **Revista Univap**, [S. l.], v. 30, n. 69, 2024. Disponível em:

<<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/4670>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SPOSITO, Eliseu Savério; MATUSHIMA, Marcos. A dinâmica econômica no estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma do eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João; SILVEIRA, Márcio (org.). **Geografia Econômica: temas regionais**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2002. p. 187-216.

SPOSITO, Eliseu Savério; FURINI, Luciano Antônio; MELAZZO, Everaldo Santos; OLIVEIRA, Cássio Antunes de. “O novo mapa da indústria no estado de São Paulo: metodologia para a obtenção e a interpretação de dados”. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **O novo mais da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 327-368.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/SPOSITO-Novas-Redes-Urbanas-1.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

Suzano inicia operação da maior linha de produção de celulose do mundo. **Suzano**, 2024. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-inicia-operacao-da-maior-linha-de-producao-de-celulose-do-mundo>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SUZANO. **Projeto Cerrado**. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/projetocerrado/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo – Território: Revista de Geografia agrária**, v 5, n. 10, p. 92 – 122, ago. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>> Acesso em: 23 ago. 2024.

ZAMBERLAN, João. Fernando. *et al.* Análise da industrialização sul-mato-grossense em face da industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-35, set./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/296>>. Acesso em: 21 nov. 2025.